

PALÁCIO BARRIGA-VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO LVIII

FLORIANÓPOLIS, 10 DE JULHO DE 2008

NÚMERO 5.914

16ª Legislatura
2ª Sessão Legislativa

MESA

Julio Cesar Garcia

PRESIDENTE

Clésio Salvaro

1º VICE-PRESIDENTE

Ana Paula Lima

2º VICE-PRESIDENTE

Rogério Mendonça

1º SECRETÁRIO

Valmir Comin

2º SECRETÁRIO

Dagomar Carneiro

3º SECRETÁRIO

Antônio Aguiar

4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO

Herneus de Nadal

PARTIDOS POLÍTICOS

(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA

Líder: Sílvio Dreveck

PARTIDO DO MOVIMENTO

DEMOCRÁTICO BRASILEIRO

Líder: Manoel Mota

DEMOCRATAS

Líder: Gelson Merísio

PARTIDO DOS TRABALHADORES

Líder: Pedro Uczai

PARTIDO DA SOCIAL

DEMOCRACIA BRASILEIRA

Líder: Marcos Vieira

PARTIDO TRABALHISTA

BRASILEIRO

Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO REPUBLICANO

BRASILEIRO

Líder: Odete de Jesus

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA

Líder: Professor Grandó

PARTIDO DEMOCRÁTICO

TRABALHISTA

Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Romildo Titon - Presidente

Marcos Vieira - Vice Presidente

Jean Kuhlmann

Gelson Merísio

Pedro Uczai

Pe. Pedro Baldissera

Narcizo Parisotto

Joares Ponticelli

Herneus de Nadal

Terças-feiras, às 9:00 horas

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Reno Caramori - Presidente

Décio Góes - Vice Presidente

Sargento Amauri Soares

Serafim Venzon

Manoel Mota

Renato Hinnig

Jean Kuhlmann

Terças-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Jailson Lima da Silva - Presidente

Odete de Jesus - Vice Presidente

Darci de Matos

Herneus de Nadal

Jandir Bellini

Jorginho Mello

Genésio Goulart

Quartas-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE AGRICULTURA, E POLÍTICA RURAL

Moacir Sopelsa - Presidente

Reno Caramori - Vice Presidente

Sargento Amauri Soares

Dirceu Dresch

Marcos Vieira

Gelson Merísio

Romildo Titon

Quartas-feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Jean Kuhlmann - Presidente

Joares Ponticelli - Vice Presidente

Elizeu Mattos

Dirceu Dresch

José Natal Pereira

Renato Hinnig

Professor Grandó

Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Jorginho Mello - Presidente

Gelson Merísio - Vice Presidente

Décio Góes

José Natal Pereira

Jandir Bellini

Manoel Mota

Renato Hinnig

Odete de Jesus

Sílvio Dreveck

Quartas-feiras, às 09:00 horas

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Dirceu Dresch - Presidente

Sargento Amauri Soares - Vice Presidente

Cesar Souza Júnior

Edson Piriquito

Elizeu Mattos

Kennedy Nunes

Nilson Gonçalves

Quartas-feiras às 11:00 horas

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E MINAS E ENERGIA

Sílvio Dreveck - Presidente

Renato Hinnig - Vice Presidente

Ada de Luca

Elizeu Mattos

Marcos Vieira

Pedro Uczai

Professor Grandó

Quartas-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Décio Góes - Presidente

Edson Piriquito - Vice Presidente

Edison Andrino

José Natal Pereira

Cesar Souza Júnior

Reno Caramori

Professor Grandó

Quartas-feiras, às 13:00 horas

COMISSÃO DE SAÚDE

Genésio Goulart - Presidente

Jailson Lima da Silva - Vice Presidente

Edson Piriquito

Gelson Merísio

Kennedy Nunes

Serafim Venzon

Odete de Jesus

Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER

Ada de Luca - Presidente

Pedro Uczai - Vice Presidente

Genésio Goulart

Kennedy Nunes

Elizeu Mattos

Serafim Venzon

Odete de Jesus

Quartas-feiras às 10:00 horas

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Darci de Matos - Presidente

Pedro Uczai - Vice Presidente

Ada de Luca

Manoel Mota

Jorginho Mello

Professor Grandó

Sílvio Dreveck

Quartas-feiras às 08:00 horas

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Nilson Gonçalves - Presidente

Narcizo Parisotto - Vice Presidente

Edison Andrino

Jandir Bellini

Elizeu Mattos

Moacir Sopelsa

Jailson Lima da Silva

Terças-Feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Odete de Jesus - Presidente

Kennedy Nunes - Vice Presidente

Jailson Lima da Silva

Moacir Sopelsa

Joares Ponticelli

Nilson Gonçalves

Jean Kuhlmann

Romildo Titon

Manoel Mota

**DIRETORIA
LEGISLATIVA**

Coordenadoria de Publicação:
responsável pela digitação e/ou
revisão dos Atos da Mesa Diretora e
Publicações Diversas, diagramação,
editoração, montagem e distribuição.
Coordenador: Eder de Quadra
Salgado

Coordenadoria de Taquigrafia:
responsável pela digitação e revisão
das Atas das Sessões.
Coordenadora: Lenita Wendhausen
Cavallazzi

**Coordenadoria de Divulgação e
Serviços Gráficos:**
responsável pela impressão.
Coordenador: Claudir José Martins

**DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA
EXPEDIENTE**

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500
Internet: www.alesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA
ANO XV - NÚMERO 1215
1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES
EDIÇÃO DE HOJE: 28 PÁGINAS

ÍNDICE

Plenário
Ata da 054ª Sessão Ordinária da
16ª realizada em 09/07/2008.....2

Publicações Diversas

Audiência Pública.....9
Atas das Comissões
Permanentes.....21
Aviso de Resultado.....24
Extrato.....24
Redação Final.....25
Projeto de Resolução.....25
Portarias.....27

PLENÁRIO

ATA DA 054ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 09 DE JULHO DE 2008 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

As 10h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Adherbal Cabral - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Carlos Hoegen - César Cim - Clésio Salvaro - Décio Góes - Dirceu Dresch - Edison Andriano - Elizeu Mattos - Gelson Merísio - Herneus de Nadal - Ismael dos Santos - Ivan Naatz - Jandir Bellini - Jean Kuhlmann - José Natal - Manoel Mota - Marcos Vieira - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Nilson Gonçalves - Odete de Jesus - Pedro Baldissera - Professor Grando - Renato Hinnig - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Valdir Cobalchini.

SUMÁRIO**Partidos Políticos**

DEPUTADO MANOEL MOTA - Reporta-se à implantação de indústria do fumo em Araranguá; discorre sobre obra na Serra do Faxinal e a obra que irá colocar a Estrada do Mar dentro do estado.

DEPUTADO PROFESSOR GRANDO (aparte) - Registra esforço do deputado Manoel Mota como baluarte na questão do gás como energia em Araranguá.

DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Manifesta-se sobre requerimento solicitando a vinda do secretário Ivo Carminati à Casa.

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS (aparte) - Refere-se ao livro *A Descentralização no Banco dos Réus*.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Tece considerações sobre desvio de recursos envolvendo figuras públicas; fala sobre a relação de trabalho no meio rural entre o agricultor e o contratado; aborda questão do segurado especial.

DEPUTADO JOSÉ NATAL - Discorre sobre problemas de corrupção vividos no país; reporta-se à fala do deputado Joares Ponticelli sobre o livro *A Descentralização no Banco dos Réus*; faz defesa dos suplentes; repudia atitude de médico no Hospital Governador Celso Ramos.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS (aparte) - Fala da questão dos suplentes.

DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - Registra presença de dirigentes do PPS de Bom Retiro; faz referência à questão do bom-senso e à lei seca; reporta-se à volta da inflação.

Explicação Pessoal

DEPUTADO CARLOS HOEGEN - Faz o registro da entrega, por parte do governo, da SC-428; refere-se à entrega de Planos Diretores a municípios do alto vale; fala da necessidade de recuperação da rodovia que liga Ituporanga/Imbuia/Vidal Ramos e também Taió/Rio do Campo.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (aparte) - Parabeniza o governo por obra no alto vale do Itajaí.

DEPUTADO ADHERBAL DEBA CABRAL (aparte) - Enfatiza que descentralização está dando bons proveitos; parabeniza governo pela construção da penitenciária da foz do rio Itajaí-Açu.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Parabeniza o governo pela inauguração do asfalto entre Leoberto Leal e Imbuia; lamenta falecimento do terceiro-sargento Kunrath e do cabo Antônio Júnior Paes; refere-se à necessidade de dar maior capacitação aos servidores da Segurança Pública.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Discorre sobre a União Parlamentar do Mercosul e a sua viagem à Argentina para discutir questões relativas ao transporte de cargas do Brasil.

DEPUTADO RENATO HINNIG (aparte) - Cumprimenta o deputado Elizeu Mattos pela posse como presidente do bloco brasileiro da UPM e fala sobre o papel do Mercosul.

DEPUTADO CÉZAR CIM - Tece considerações sobre lei criada pela Câmara de Vereadores de Blumenau estabelecendo critérios para o tempo nas filas dos bancos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

As atas das sessões anteriores serão lidas na sessão ordinária das 14h.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PP.

(Pausa)

Não havendo deputados do Partido Progressista que queiram fazer uso da palavra, passaremos ao horário destinado ao Demócratas.

(Pausa)

Não havendo deputados do Demócratas que queiram fazer uso da palavra, passaremos ao horário destinado ao PMDB.

Com a palavra o deputado Manoel Mota, por até 17 minutos.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital, venho a esta tribuna para fazer um relatório da situação que estamos vivendo e convivendo no sul e no extremo sul de Santa Catarina.

Eu, como parlamentar e líder da bancada do PMDB nesta Casa, vinha cobrando do eminente governador uma ação mais forte na região em termos de implantação de indústrias, até porque com todas as indústrias que estão sendo implantadas em Santa Catarina, que hoje é o estado mais competitivo do Brasil pelas leis que esta Casa aprovou como o Prodec e o Programa Pró-Emprego que atraem investimentos, o sul não estava recebendo atenção.

No primeiro momento que tivemos a oportunidade, recorri ao governador do estado de Santa Catarina, Luiz Henrique da Silveira, que prontamente deu toda a abertura possível para que pudéssemos implantar uma empresa em Araranguá.

Hoje tenho a honra e a alegria de poder registrar no Parlamento catarinense que uma das empresas, a terceira do mundo em fumo, irá se instalar no município de Araranguá. A obra começará dentro de poucos dias, porque eles precisam construir mais de 20.000m² para que possam, a partir de fevereiro, estar trabalhando, porque virá a safra dos fumicultores.

A CTA - Continental Tabacos Aliança - é a empresa que irá gerar de 800 a mil empregos em Araranguá, e vai gerar um faturamento para a cidade de R\$ 200 milhões/ano. Evidentemente que isso é importante e fundamental para toda a região.

Vejo, pelos resultados de ações como essa, que vale a pena lutarmos por um objetivo e alcançá-lo. Venho lutando há muito tempo. Araranguá sofre com a questão do baixo valor do dólar, as fábricas de calçados, que proporcionavam aproximadamente cinco mil empregos em Araranguá e Sombrio, hoje fecharam ou quebraram. Não há como conviver com o dólar disputando com o mercado da China, que está dominando em razão do baixo custo da mão-de-obra daquele país.

Agora estamos revertendo a situação, deputado Professor Grandó, trazendo uma empresa que irá gerar mil empregos em Araranguá, usando mão-de-obra qualificada, que são os fumicultores. A Souza Cruz e outras empresas que tenho conhecimento já estiveram lá. Temos mão-de-obra qualificada para esse trabalho, e é evidente que isso cria uma esperança, uma perspectiva muito grande.

Por isso estamos muito felizes e realizados por saber que Santa Catarina é um estado, hoje, que, pelas suas leis, pela sua competitividade, pelo desempenho do governador Luiz Henrique da Silveira, está colocado num excelente patamar e recebe investimentos em toda região, e agora também no sul de Santa Catarina.

O Sr. Deputado Professor Grandó - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Pois não! Ouço v.exa. que é professor, tem conhecimento, foi prefeito de Florianópolis e sabe a importância da geração de empregos e renda para uma cidade e uma região.

O Sr. Deputado Professor Grandó - Eu sou testemunha do seu esforço e da sua luta pela região, eu diria por toda a região do litoral e do sul. Uma delas é o esforço que tem sido feito por v.exa., como baluarte da questão do gás como energia, para realmente incentivar a energia limpa, que já chegou a Criciúma e irá se estender até Araranguá, Sombrio, Passos de Torres, enfim, como alternativa de desenvolvimento.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Quero agradecer a v.exa., que também participou daquele movimento em Araranguá, quando fizemos pressão, em termos de sociedade, para que fosse decidida a questão do gás na região. Já que a demanda não existia, precisávamos de uma ação política. Fomos vitoriosos, pois o governo do estado determinou que o presidente Ivan Ranzolin fizesse o projeto.

Quero convidar v.exa. para comparecer, no dia 12 de agosto, data do lançamento do projeto, na viabilização do gás em Araranguá.

Na última segunda-feira, tivemos uma audiência com o secretário da Fazenda, dr. Sérgio Alves, que prontamente atendeu à nossa reivindicação para que outra empresa do ramo do fumo se instale em Araranguá, gerando dois mil empregos. Já foi dada entrada nos documentos e só falta seguir os trâmites legais para assinar o protocolo. Essa empresa é uma das maiores do mundo e irá gerar R\$ 500 milhões por ano.

Então, valeu a pena a luta e o trabalho, pois somos a Capital do Fumo no Brasil. A melhor qualidade está em Santa Catarina e a minha região produz o fumo de melhor qualidade do mundo. E por isso recebe todos os investimentos que vão mudar toda a história da economia de uma região, porque não irá servir só para Araranguá.

Assim, é fundamental que nos preparemos para grandes missões, pois quem luta e trabalha busca resultados, como está acontecendo com a questão do gás na região.

Quantas vezes foi dito aqui que eu sonhava com a Serra do Faxinal? Daqui a alguns dias, trarei a comprovação de que as máquinas estão trabalhando a todo vapor, o que vai diminuir em 200 quilômetros a distância de Canela a Gramado e Caxias do Sul. Essa é uma decisão do governo do estado, é trabalho viabilizado.

Agora estamos na luta pela Interpraia para a região, que irá receber um investimento de aproximadamente US\$ 300 milhões na área do turismo, até ela ficar pronta. O governo do estado está buscando a licença ambiental para iniciar a obra. Nós já temos recursos, temos várias empresas para fazer uma parceria público-privada para poder viabilizar uma grande obra de turismo para a região. Essa obra irá colocar a Estrada do Mar dentro de Santa Catarina, vindo a primeira etapa até Laguna.

Então, nós vamos, com certeza, resgatar a cidade histórica de Laguna, um grande local de turismo do Brasil, porque essa Estrada do Mar irá proporcionar um salto de qualidade no município, com o potencial turístico que tem. Faremos o resgate da história de Anita Garibaldi na grande cidade de Laguna.

Esse é o trabalho de um estado que tem um governo que proporciona investimentos aqui em Santa Catarina. Por isso lutamos por resultados. E eu quero dizer que não vamos parar e vamos continuar lutando para buscar os resultados que são fundamentais para desenvolver a região.

Eu dividi o tempo do meu partido com o meu líder do governo, deputado Herneus de Nadal, que ocupará a tribuna pelo tempo restante para fazer suas considerações.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra o deputado Herneus de Nadal, ainda dentro do horário do PMDB.

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Sr. presidente, sra. deputada e srs. deputados, para que possamos convidar ou convocar pessoas para dar esclarecimentos sobre essa ou aquela área, sobre determinados assuntos, nós temos, regimentalmente, a previsão legal para fazê-lo.

Ontem votamos em plenário um requerimento que pretendia que o secretário Ivo Carminati aqui estivesse para falar sobre o assunto requerido. No entanto, o plenário, soberanamente, entendendo que a vinda serviria para criar mais um fato de exploração política, negou o pedido através do exercício livre e soberano do voto dos srs. parlamentares. Se entender que deveremos insistir nessa iniciativa, várias comissões poderão requerer a vinda do secretário.

O que contrasta, sr. presidente, com o Regimento Interno e com os costumes desta Casa é que temos conhecimento que aqui dentro do próprio Parlamento convida-se o autor não do livro, mas da tentativa de extorsão, em liberdade provisória e denunciado pelo Ministério Público do estado de Santa Catarina, portanto, por ora réu, para que venha falar no Parlamento.

Não estranhem, srs. deputados, se na semana que vem aportar um requerimento e, se ele não for aprovado, convide-se o prefeito Pitta para vir aqui numa sala ao lado também, quem sabe, dar uma palestra sobre notas, anotações que fez durante o período em que estava recluso.

É, portanto, na minha forma de ver e de sentir, um procedimento que não contribui para o engrandecimento desta Casa. É, na minha forma de sentir, quando se tem notícias que são reproduzidas notas... Porque, deputado Ismael dos Santos, não é um livro. O livro exige que se cumpram requisitos essenciais, de acordo com a legislação, para que assim possa ser denominado.

Por isso é que vejo com extrema preocupação a abertura desse espaço, e quero ouvir v.exa. sobre isso, caro deputado. Quando se abre esse tipo de espaço, principalmente num período eleitoral em que qualquer manifestação pode alcançar eleitoralmente quem está na disputa... E, além do mais, quem está em liberdade provisória tem restrições e tem que cumprir certas normas legais de conduta para continuar no gozo dessa liberdade provisória.

Por isso é motivo de grande preocupação quando o Parlamento, através de requerimento de duas bancadas, sem que seja aprovado em nenhuma comissão nem no plenário, estabelece esse tipo de relação dentro desta Casa, que é uma Casa de leis e de fiscalização, mas tem seus instrumentos legais. Quer se forçar uma CPI, sem ter assinaturas e sem ser instalada aqui dentro do Parlamento, e isso é muito grave.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Com muita alegria, quero ouvir v.exa., que é um profundo conhecedor desse assunto ao qual acabei de me referir.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Muito obrigado, deputado!

De fato, a Lei federal n. 10.994 é muito específica quanto à publicação de livros, especificando que um livro só se torna público quando tem o carimbo do ISBN. E diz mais: qualquer publicação dita como livro, sendo apenas um boneco, ela está sujeita, efetivamente, à apreensão 30 dias após a sua publicação, não havendo o registro.

Mas quero levantar outro fato, pois rapidamente li o livro - estou quase terminando o último capítulo -: estou mais do que convencido que de fato nós temos o que os estudiosos em literatura chamam de *writer glass*, um escritor fantasma. Estou convencido que de fato quem escreveu o livro foi quem fez o prefácio.

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Agradeço o aparte de v.exa. e incorporo-o ao meu pronunciamento.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Inscrito o sr. deputado Dirceu Dresch, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Bom-dia a todos e a todas, sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas!

De fato, mais uma vez, no dia de hoje, o noticiário nacional traz grandes fatos de desvio envolvendo figuras públicas, seja do setor privado, como é o caso do banqueiro Nahas, seja do setor público, como o caso do ex-prefeito Pitta e de tantas lideranças que se diziam lideranças e contribuíram para que diminuisse a aplicação do dinheiro público, do trabalhador brasileiro, da população brasileira, por causa dos desvios.

Esperamos que esses fatos sejam bem apurados e que os responsáveis sejam punidos por tudo isso. Então, a Justiça brasileira, o Judiciário, a Polícia Federal tem cumprido o seu papel na perspectiva de parar no nosso país com essa quase cultura do mau uso do dinheiro público.

Nesta perspectiva, também quero falar sobre o fato mencionado pelo deputado Herneus de Nadal e por outros deputados no dia de ontem, sobre os fatos aqui relatados da tal denúncia, do tal livro *A Descentralização no Banco dos Réus*, no sentido de que seja de fato apurado e esclarecido à população catarinense também. Esse é o desejo, com certeza, da maioria dos catarinenses.

Ontem foi citado aqui o caso da ministra Dilma Rousseff, dentre outras figuras, como o do ministro Altemir Gregolin, que é deste estado, no sentido de que a figura pública precisa ter clareza. É preciso esclarecer os fatos e comprovar se são verdadeiros ou falsos. Essa é a expectativa, com certeza, que a população e este Parlamento têm.

Então, nós entendemos que esses fatos precisam ser esclarecidos porque eles não vêm do nada. Há relações de pessoas, de lideranças, de figuras públicas e isso precisa ser esclarecido. E nada melhor que seja esclarecido ou na Justiça ou diretamente com a sociedade catarinense.

Mas eu falei ontem, e quero aqui reforçar, sobre a questão do ICMS dos produtos da agricultura familiar. Mas a Lei n. 11.718, publicada pelo presidente Lula e sancionada no dia 23 de junho, além de tratar a questão do ICMS dos produtos da agricultura familiar dos estados, trata de outro tema que contribui muito com a questão econômica dos nossos estados, deputado Moacir Sopelsa, e com a questão da agricultura, que é a relação de trabalho no meio rural entre o agricultor e o contratado, seja ele permanente ou temporário, ou ainda nos períodos de safra da nossa agricultura.

Nós temos muitos agricultores familiares que, em período de safra ou em certos períodos do ano, precisam contratar alguém, a mão-de-obra de terceiros para contribuir na propriedade. Essa relação era até hoje não regulamentada e causava alguns conflitos, seja pela falta de direito do trabalhador que vendia a sua mão-de-obra ou pelo próprio agricultor que fazia o contrato.

Então, essa Lei n. 11.728 vem na tentativa de resolver esses problemas para o produtor, como pessoa física, podendo contratar um trabalhador por um pequeno prazo, por menos de dois meses, garantindo o direito desse trabalhador também na sua Previdência. Isso é fundamental, pois garante o direito previdenciário a esses trabalhadores. De 2011 a 2015, cada mês comprovado, garantirá a contagem de três meses para efeito de aposentadoria. Então, cada mês contratado conta três para a sua aposentadoria, quando estiver trabalhando. E de 2016 a 2020 cada mês comprovado garantirá a contagem de dois meses para a aposentadoria.

Outra questão é o seguro especial. Está explicitado que parceiro, meeiro, arrendatário e assentados são, sim, segurados especiais. Então, esses agricultores também são considerados, para a sua aposentadoria no futuro, como segurados especiais, como é o caso do agricultor familiar. A lei coloca também a possibilidade de contratação de até 120 dias para trabalhador eventual.

Então, o agricultor familiar, mesmo contratado por 120 dias, fazendo contrato de trabalho para um trabalhador contribuir na sua propriedade, não perde o direito de seguro especial, continua sendo segurado especial pela Previdência no nosso país. Antes ele perdia o direito de segurado especial, isso complicava a sua vida futura e o próprio agricultor acabava não contratando ninguém, ou fazia de forma não oficial, ou não contratava para não prejudicar sua aposentadoria, ou ficava com esse problema jurídico na sua propriedade.

E há possibilidade de exploração para turismo da propriedade. O agricultor explorando a questão do turismo rural, ele também continua como segurado especial.

Exploração em pequenas agroindústrias: nós temos milhares de famílias que agregam valores e constroem uma pequena agroindústria familiar na sua propriedade. Essa pequena agroindústria não tira o agricultor de segurado especial. Essa é uma luta antiga dos nossos agricultores familiares.

A outra possibilidade é de trabalho como empregado até 120 dias por ano, que eu já falava anteriormente, e o agricultor não perde a condição de segurado especial.

E também não descaracteriza se for vereador ou dirigente sindical. Nós temos muitos casos em que agricultores se tornam vereadores ou vereadoras e perdem o direito de segurado especial. Isso é muito importante.

Outra questão é o dirigente sindical. A pessoa recebe uma renda e por trabalhar numa atividade sindical perdia o seu direito de trabalhador, de segurado especial.

Então, essa legislação é fruto de um trabalho de anos e anos, e agora são regulamentadas essas possibilidades no meio rural.

É claro que nós precisamos nos preocupar muito com essas contratações dos meeiros, dos parceiros, no sentido de que não se tornem uma possibilidade de burlar a legislação trabalhista, deixando de respeitá-la.

É preciso haver um cuidado e um acompanhamento muito grande no sentido de os bons não serem prejudicados pelos maus agricultores, para que justamente não seja tirado o direito do trabalhador assalariado, que teria que ter carteira assinada e coisa e tal, e que muitas vezes vira um caso de meeiro, parceiro e as pessoas não pagam os direitos trabalhistas para esses agricultores.

Então, com certeza, há aí uma grande conquista para o meio rural; para a agricultura familiar; para os nossos assalariados rurais, que legalmente vão poder contribuir para a sua Previdência Social; e para os diaristas ou os chamados bóias-frias, pois nós temos muitos trabalhadores no meio rural do nosso país e também no nosso estado de Santa Catarina.

Portanto, a Lei n. 11.718, que regulamenta concretamente essa relação de trabalho no meio rural, principalmente dos nossos agricultores familiares, traz uma possibilidade muito importante no sentido de também aumentar a nossa produção agrícola, a produção de alimentos, contribuindo, assim, para o desenvolvimento do nosso estado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o deputado José Natal, por até dez minutos. Logo em seguida o tempo será destinado ao PPS, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada, catarinenses que nos prestigiam pela TVAL e ouvintes da Rádio AleSC Digital, o deputado Dirceu Dresch acabou de falar aqui numa questão que o incomoda, que nos incomoda e, principalmente, incomoda a sociedade brasileira.

O descrédito da classe política na sua totalidade vem ao encontro realmente dos problemas de corrupções vividos no nosso país. E com certeza absoluta enalteço o trabalho da Polícia Federal, da Promotoria Pública. Estamos vivenciando esse momento não graças ao governo Lula, mas graças às pessoas comprometidas com a sociedade brasileira, porque, na verdade, o governo Lula, a sua equipe de trabalho e os deputados da sua base aliada até o presente momento devem muito esclarecimentos à sociedade brasileira no que diz respeito à corrupção.

E o governo Lula, no exercício da Presidência da República, se continuar neste país o prosseguimento de investigações no tocante à corrupção, terá que, como a maioria dos integrantes de seu governo, devolver muito dinheiro à nação, e teremos nós, quem sabe, esses recursos voltados em favor da sociedade.

Não tem moral alguma para falar de corrupção o governo Lula porque, até que provem ao contrário para este deputado, ele deve à sociedade brasileira uma explicação para os escândalos de corrupção.

E aqui em Santa Catarina temos casos pendentes ainda, volto a reiterar, de pessoas ligadas ao governo Lula que devem satisfação pelos recursos repassados às ONGs, as maiores desviadoras de recursos deste país. Hoje, tenho que dizer isso, lamentavelmente, para a sociedade brasileira, é muito mais fácil ter uma ONG neste país e ganhar dinheiro mais fácil do que em qualquer tipo de atividade, porque ali está o canal do desvio do dinheiro da sociedade, principalmente dos menos favorecidos, daqueles que mais contribuem para o desenvolvimento do Brasil.

Então, fica aqui o alerta. Não é vir nesta tribuna, como têm feito diariamente o PT, o PP e alguns de seus membros, para colocar o governo Luiz Henrique da Silveira e Leonel Pavan na vala comum de um suposto rascunho, de uma coisa mal publicada, publicada única e exclusivamente para extorsão, sim! Até provem contrário, isso visa fins eleitorais!

Eu assisti, ontem, desta tribuna, sentado em minha cadeira, ao deputado Joares Ponticelli focar numa única situação: nada em favor da sociedade de Santa Catarina. Eu, como deputado, não o vi apresentar nada neste plenário nem na comissão. A única coisa que ele quer é realmente tentar manchar o governo de Luiz Henrique e Leonel Pavan, mas não consegue! Daí procura mais uma coisa, alia-se aos cidadãos de mau-caráter para vir aqui nesta tribuna manchar um governo que o PSDB, este deputado e, tenho certeza, os demais deputados Jorginho Mello, Nilson Gonçalves, Serafim Venzon e Clésio Salvaro têm realmente orgulho de fazer parte.

Não aceito e não aceitarei isso! Eu vim para esta Casa e estou deputado, sim! E também o que tentaram colocar ontem aqui de que os suplentes devem fazer aquilo que o governo quer, não é verdade! Nós temos autonomia e essa autonomia não nos foi tirada, e jamais será tirada, no sentido de nos posicionarmos e fazer o que pretendemos na política.

Então, não venham realmente com esse jargão de que porque é suplente tem que cair no conto de quem faz oposição por oposição. Eu não cairei e não farei, com certeza, e exijo o respeito colocado aqui ontem pelo deputado Carlos Hoegen. Exijo isso, sim senhor!

Por isso que eu votei, nesta linha, sr. presidente e srs. deputados, contrariamente àquele requerimento com toda a convicção, pois é um requerimento única e exclusivamente politiquês, que não trouxe a este plenário e a esta Casa nenhum fato novo, além das baboseiras ditas há mais de 30 dias a respeito do famoso livro *A Descentralização no Banco dos Réus*. Quem deve continuar no banco dos réus é o sr. Nei Silva e aqueles que vêm para cá falar palavras que realmente não condizem com a realidade. Já está virando enfadonho esse assunto aqui colocado pelo deputado Joares Ponticelli.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Pois não!

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Deputado José Natal, eu quero falar sobre a questão do suplente. O cidadão é suplente até assumir a Assembléia Legislativa...

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Eu não me considero suplente; eu me considero um deputado.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Enquanto estamos aqui, nós somos deputados. Deixamos de ser suplentes e assumimos como deputado, mas há gente que continua sendo suplente ou, melhor, não caiu a ficha de que é deputado. E para aparecer a todo momento, fala asneiras e um monte de besteiras. Porque o que nós ouvimos ontem foram asneiras e besteiras de uma pessoa que assumiu. Talvez queira agradar outro que saiu, mas mais na vontade de aparecer do que ser deputado.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Concordo com v.exa. em número, gênero e grau.

Os posicionamentos feitos aqui pelo deputado Joares Ponticelli são exatamente para querer aparecer na telinha da TVAL, como se diz, para a sociedade de Santa Catarina, não contribuindo em nada para o seu desenvolvimento.

O PSDB, o PMDB e o DEM têm feito isso realmente na Assembléia em favor de Santa Catarina, porque nós somos um estado de destaque na nação brasileira e continuaremos sendo. Temos nesta Casa, na sua totalidade, deputados compromissados principalmente com a sociedade de Santa Catarina, que é o nosso dever. E será assim que Luiz Henrique da Silveira, Leonel Pavan e este deputado, que faz parte deste governo, continuarão a proceder.

Quero fazer um rápido comentário sobre a questão ocorrida no Hospital Governador Celso Ramos. Quero lamentar e repudiar o ato daquele profissional que, para mim, não é um profissional, e dizer aos srs. deputados e aos catarinenses que, quando vereador, em 1995, passei por uma situação idêntica àquela.

Uma criança de seis anos, internada com câncer, foi mandada para casa porque não havia os medicamentos no hospital, segundo alegavam. Mas no dia seguinte, ao dar alta para a criança, o remédio foi adquirido dentro do Hospital Governador Celso Ramos. Esse remédio foi adquirido através de propina paga por este deputado para provar que lá havia o medicamento, e sofreu um processo pelo Conselho Regional de Enfermagem. Ganhei na Justiça.

Eu pensei que isso havia acabado, mas ainda acontece em Santa Catarina, e com certeza acontece em outros rincões do país - o que é triste -, graças a alguns profissionais não comprometidos com o juramento que fazem quando se formam em favor da sociedade.

O meu repúdio àquele profissional que com certeza absoluta manchou o estado de Santa Catarina e manchou o nome dos outros médicos que são responsáveis e competentes. E temos um grande número de médicos sérios em Santa Catarina e em nosso país. Mas o meu repúdio àquele cidadão, o qual deveria ser realmente banido dos quadros da medicina brasileira.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PPS.

Com a palavra o deputado Professor Grando, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, primeiramente, quero registrar a presença de dirigentes do PPS de Bom Retiro, que nos estão visitando nesta Casa, na figura do seu presidente Edson.

Portanto, sejam bem-vindos a este Poder.

O meu pronunciamento, hoje, se refere à questão do que é o óbvio, refere-se à questão do bom-senso. Como é difícil nós termos bem-senso numa sociedade de certa forma conflitante. Mas o papel das lideranças, dos partidos políticos, de todo o cidadão, de todas as organizações, de todas as igrejas e de todos os políticos é sempre procurar o bom-senso.

Vejamos o primeiro: trata-se sobre a lei seca. Primeiramente, a lei seca é um episódio da cultura americana que demonstrou que não funciona. Não é o caso da nossa realidade, porque lá era proibido vender ou comercializar bebida alcoólica, e aqui não! Aqui se pode vender, comercializar bebida alcoólica. Portanto, esse termo lei seca não está sendo usado corretamente.

O que acontece aqui conosco, no Brasil? A bebida alcoólica pode ser vendida, pode ser comercializada, mas não se pode dirigir. Essa é a grande diferença. As pessoas podem ir a um restaurante beber um vinho, beber uma cerveja, em qualquer lugar, num bar, etc. Então, não existe a lei seca, apesar de certos setores da imprensa utilizarem esse termo que, no meu entender, não é correto. O que é proibido é a pessoa beber e dirigir.

E é interessante que eu estou falando em bom-senso porque realmente nós vamos chegar a um bom-senso. Nem tanto a terra nem tanto ao mar, mas pela consciência. Por quê? Porque alguns dados são concretos, e aí não podemos fugir da análise. Se se diminui o número de acidentes, conseqüentemente diminui o número de pessoas que procuram os hospitais por acidentes. Porque geralmente 30% dos acidentes são causados por quem está embriagado, os outros 70% têm que continuar tomando cuidado, dirigir com cuidado, obedecendo à sinalização e às leis.

Mas o importante, srs. deputados, é que sobram vagas em hospitais, que geralmente são ocupadas por emergência em acidentes, para servir melhor a população. Daí um dado positivo dessa lei. Ela só precisa ter um pouco mais de consciência e de bom-senso. Mas nós vamos caminhar e chegar lá. É nesse sentido o nosso pronunciamento.

Outra coisa eu gostaria de chamar a atenção é sobre quem vive a realidade, que sabe que está aumentando o preço dos alimentos e isso está causando a inflação.

Nós não queremos que haja inflação, somos contra ela porque quem mais sofre são as pessoas pobres. Mas também não podemos viver no ufanismo de que tudo está bem. Já houve governo aqui que tinha 86% de aceitação, pleno emprego, entrava num estádio de futebol e era aplaudido, ficava escutando o radinho num regime de exceção chamado Garrastazu Médiçi. Mas nós conseguimos derrubar esses regimes de exceção.

Portanto, nós também não podemos fazer como aquela orquestra do Titanic, que enquanto ele estava afundando, a orquestra continuava tocando. Nós, brasileiros, temos que tomar cuidado com influências externas como a inflação, tentando combatê-la, para que o pobre continue tendo mais alimentos em sua mesa para seus filhos e uma melhor qualidade de vida.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que será encaminhada ao destinatário a Indicação n. 0260/2008, de autoria do deputado Adherbal Deba Cabral, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do deputado Valdir Cobalchini, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos prefeitos e aos presidentes das Câmaras de Vereadores de Corupá, Santo Amaro da Imperatriz e Alto da Bela Vista, cumprimentando-os pelo aniversário dos respectivos municípios.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Nilson Gonçalves, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao procurador Juliano Dossena, cumprimentando-o pela posse no cargo de vice-presidente da Associação Nacional de Procuradores de Estado.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Adherbal Deba Cabral, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao reitor da Univali, cumprimentando-o pela posse no cargo de membro do Conselho Estadual de Educação.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Adherbal Deba Cabral, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao senador Casildo Maldaner, cumprimentando-o pela posse no Senado Federal.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Adherbal Deba Cabral, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao bispo de Chapecó, dom Manoel João Francisco, cumprimentando-o pelos 50 anos de fundação da Diocese.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Adherbal Deba Cabral, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito e ao presidente da Câmara de Vereadores de Balneário Camboriú, cumprimentando-os pelo aniversário do município.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Serafim Venzon, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao padre Sérgio Marcos Hemkemeier, pároco de Armazém, cumprimentando-o pelo Jubileu de Diamante de vida sacerdotal.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Serafim Venzon, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos prefeitos e aos presidentes das Câmaras de Vereadores de Alto Bela Vista, Paial, Corupá e Treviso, cumprimentando-os pelo aniversário dos respectivos municípios.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Ivan Naatz, que solicita o envio de mensagem telegráfica à direção da RIC-Record e ao jornalista Alexandre Gonçalves, de Blumenau, cumprimentando-os pelo Prêmio Mídia Destaca, na categoria Melhor Veículo de Comunicação do ano 2007/2008.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Manoel Mota, que solicita o envio de mensagem telegráfica à prefeita de Santa Rosa do Sul, cumprimentando-a pela realização da 3ª Festa do Polvilho e da Banana.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Adherbal Deba Cabral, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao gerente regional do INSS em Santa Catarina, pedindo a instalação de uma agência no município de Navegantes.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Clésio Salvaro, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao ministro da Fazenda e ao delegado da Receita Federal em Florianópolis, pedindo a instalação da delegacia da Receita Federal em Criciúma.

A Presidência defere de plano.

Pedido de informação de autoria do deputado Pedro Uczai, a ser enviado ao governador do estado, solicitando informações sobre os recursos repassados para custear obras na avenida Senador Leopoldo Sander, em Chapecó.

A Presidência defere de plano.

Pedido de informação de autoria do deputado Pedro Uczai, a ser enviado ao governador do estado, solicitando informações sobre os recursos repassados para custear obras na avenida Senador Atilio Fontana, em Chapecó.

A Presidência defere de plano.

Pedido de informação de autoria do deputado Pedro Uczai, a ser enviado ao governador do estado, solicitando informações sobre os recursos repassados para custear obras no pavilhão da Efapi em Chapecó.

A Presidência defere de plano.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra a primeira oradora inscrita, deputada Odete de Jesus.

(Pausa)

Na ausência da deputada Odete de Jesus, com a palavra o deputado Ivan Naatz.

(Pausa)

Na ausência do deputado Ivan Naatz, com a palavra o deputado Pedro Uczai.

(Pausa)

Na ausência do deputado Pedro Uczai, com a palavra o deputado Carlos Hoegen, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO CARLOS HOEGEN - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio AleSC Digital e funcionários desta Casa, estaremos vivendo, neste final de semana, deputado José Natal, na região do alto vale do Itajaí, um momento de felicidade ímpar, um momento alvissareiro, quando o governo do estado, através da secretaria de Desenvolvimento Regional e das prefeituras dos municípios de Leoberto Leal, Vidal Ramos e Imbuia, estará entregando às comunidades de Leoberto Leal e de Imbuia a SC-428, que é a rodovia Norberto Henrique Alves. Esse é um sonho de algumas décadas de um povo que passa, sem dúvida alguma, deputado Adherbal Deba Cabral, a partir de agora, a encontrar o verdadeiro caminho do progresso.

Não há possibilidade de desenvolvimento, se não existir a condição do transporte, a condição do ir e vir das pessoas com tranquilidade, com paz e com segurança. Sem dúvida alguma, essa é uma obra que é preciso registrar aqui.

Nós teremos nesse domingo, portanto, a inauguração de uma obra que custou R\$ 20 milhões, recursos do estado catarinense que lá foram investidos porque, acima de tudo, o governo acredita naquela cidade, no pujante povo daquele município e que essas ligações asfálticas não são apenas concreto armado e asfalto, e sim, sem dúvida alguma, forças para que o progresso aconteça de forma definitiva.

Também queremos registrar que nessa sexta-feira a Associação de Municípios do Alto Vale do Itajaí, deputado Sargento Amauri Soares, estará entregando os Planos Diretores de 17 municípios dessa região. É um exemplo para o Brasil o que faz a Amavi.

O trabalho de elaboração dos Planos Diretores teve início quando este deputado esteve na presidência daquela associação, e convidamos todos os prefeitos municipais para discutir o futuro do nosso alto vale, planejá-lo para que o futuro não seja apenas uma condição obrigatória, mas uma condição planejada.

Tivemos, então, a felicidade de dar início a esse trabalho que culmina nesse final de semana com a entrega, na sexta-feira, de 17 Planos Diretores. O alto vale será uma das primeiras regiões do país onde todos os municípios, independente de tamanho, de porte e do número de habitantes, terão o seu Plano Diretor. A comunidade foi chamada, respondeu ativamente, participou, discutiu e ajudou, com isso, a transformar aquela região. Projetos de outros municípios ainda estão sendo feitos, e até o final do ano nós teremos a felicidade de participar dessas entregas.

Por certo é uma discussão importante porque a comunidade precisa participar, precisa definir, estar atenta e saber para onde vai, para onde correm os rumos da sua história, os rumos do seu município.

Deputado Elizeu Mattos, as coisas estão mais calmas, hoje, pelo menos no período da manhã. À tarde, por certo armados com toda a estória que tentam transformar em história, em verdadeira, nós teremos aqui, mais uma vez, um calhamaço de informações para tentar transformar essa estória, essa ladainha, esse samba de uma nota só que já conhecemos.

Mas à tarde nós voltaremos a fazer nesse assunto, até para que possamos tocar, democraticamente, o debate nesta Casa com a presença daqueles que fazem uma acusação leviana ao governo que faz obras importantes como essas, ou como essa especificamente que estaremos festejando, deputado Valdir Cobalchini, neste domingo, em Leoberto Leal. Imaginem um município com seus três mil habitantes recebendo uma obra de R\$ 20 milhões!

É aquilo que tenho cobrado e falado nesta tribuna, e vou voltar a falar, que é a questão não apenas priorizar o transporte, a simples passagem do veículo, a simples melhoria da condição de ir e vir do cidadão motorizado, mas também lá houve a prioridade de atender à questão da mobilidade urbana para o cidadão, para o ser humano, para aquele que faz uso de uma bicicleta, para aquela senhora ou aquele senhor que anda a pé. Nós teremos lá uma rodovia com ciclovia em 7.320 metros.

Portanto, quem já esteve lá, deputado Sargento Amauri Soares, por certo pôde ver que aquela é a obra que sonhamos porque prestigia, atende às necessidades do trânsito, de maneira especial no perímetro urbano onde, deputado Nilson Gonçalves, nós exigimos e queremos que os cidadãos usem outros meios de transporte, mas o estado não cria as condições. Lá em Leoberto Leal, naquele pequeno e ordeiro município, isso vai acontecer através dessa obra.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO CARLOS HOEGEN - Pois não!

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Deputado Carlão, quero parabenizá-lo pelo seu pronunciamento e aproveitar para também fazer justiça, parabenizando o governador do estado e todas as autoridades que contribuíram para a realização daquela obra que liga a cidade de Imbuia a Leoberto Leal por via asfáltica. Esse era o anseio das comunidades de Leoberto Leal e de Imbuia, que transitam naquele trajeto. Inclusive, naquele trecho que v.exa. cita haverá ciclovia na comunidade de Samambaia.

Parabenizo o governo do estado, também na pessoa do governador Luiz Henrique da Silveira, por essa importante obra para a população daquelas cidades do nosso alto vale do Itajaí.

Leoberto Leal já é considerada a Grande Florianópolis, assim como Alfredo Wagner, e com certeza esse asfalto é uma questão de justiça.

Está de parabéns o governo do estado por ter realizado essa obra!

O SR. DEPUTADO CARLOS HOEGEN - Ela pode estar ligada de direito, mas de fato é ligada à nossa região, ligada a Imbuia, a Ituporanga, a Rio do Sul, ao nosso alto vale do Itajaí, em função de todos os negócios e os fatos acontecerem lá naquela região.

O Sr. Deputado Adherbal Deba Cabral - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO CARLOS HOEGEN - Ouço, com muito respeito e carinho, o nosso grande deputado Deba, que é lá de Navegantes.

O Sr. Deputado Adherbal Deba Cabral - Primeiramente, eu gostaria de parabenizar v.exa. pelo pronunciamento e aproveitar a oportunidade para dizer que, com relação à nossa descentralização, aquela pregada de rua em rua, de porta em porta pelo nosso governador Luiz Henrique e pelo vice-governador Leonel Pavan, estamos vendo que está dando bons proveitos.

Eu gostaria também de parabenizar o governo do estado, na pessoa do nosso secretário de Segurança Pública, pelo início da penitenciária, que era uma das obras mais importantes, em termos de segurança pública, na foz do rio Itajaí-Açu.

Parabenizo o nosso governador Luiz Henrique, o vice-governador, a secretária de Desenvolvimento Regional de Itajaí, o secretário de Segurança Pública e toda a população, os prefeitos de Balneário Camboriú, de Camboriú e de Itajaí, que participaram na doação do imóvel para que pudéssemos construir essa penitenciária que há muitos e muitos anos estava sendo reivindicada pela foz. Se Deus quiser, nos próximos meses vamos iniciar a construção do presídio.

A segurança pública é um direito, está na nossa Constituição, e o governo do estado, através da descentralização, está cumprindo esse compromisso com a população.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO CARLOS HOEGEN - Obrigado, deputado Deba. Incorporo sua manifestação ao nosso discurso.

A par disso, temos que lembrar que também temos problemas e que por certo já estão recebendo a atenção do estado. Mas na nossa região ações urgentes no sentido de recuperar a nossa rodovia que liga Ituporanga/Imbuia/Vidal Ramos e também Taió/Rio do Campo.

O deputado Sargento Amauri Soares sabe que lá o agricultor, que muitas vezes não tem outra forma de locomoção, usa o equipamento agrícola, o trator, o microtrator para se locomover de sua propriedade até a cidade, o que já tem resultado inúmeros acidentes.

É bem verdade que pela legislação do trânsito nós não poderíamos assistir a isso, mas temos que incorporar no nosso dia-a-dia os fatos comuns da nossa região, em função de ser uma região agrícola, que tem na força do agricultor o seu grande progresso.

Nós temos, agora, que criar as condições de segurança para que ele possa se movimentar através de uma rodovia que possa receber o devido acostamento, ciclovias, passarelas para pedestres, para que possamos garantir segurança à gente daquela região.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio AleSC Digital, servidores e servidoras deste Poder, gostaria, mais uma vez, de dar os parabéns ao governo do estado pela inauguração do asfalto entre as cidades de Leoberto Leal e Imbuia.

Imbuia agora também não é mais uma cidade que se vai. Ela fica num centro de deslocamento, pelo menos da população de Leoberto Leal em direção às cidades maiores, Ituporanga e Rio do Sul.

Assim como o deputado Carlão mencionou, é preciso que tenhamos preocupação com o trânsito, pois em uma rodovia que durante décadas não teve asfalto, a noção de velocidade, para quem está transitando por ela e para quem vai entrar nela, é bastante diferente. Lembro que quando foi feito o asfalto há mais de 20 anos, houve muitos acidentes, inclusive com mortes naquela rodovia.

Suponho que por isso a noção de velocidade, com máquinas agrícolas circulando ou atravessando no acostamento, levará a acidentes, até as pessoas se acostumarem com essa nova realidade do trânsito local, porque todas as estradas passam por áreas agrícolas, por comunidades rurais bastante povoadas.

Nós noticiamos, na tarde de ontem, o falecimento do terceiro-sargento Kunrath, na cidade de Maravilha, cujo sepultamento está acontecendo neste momento. A nossa solidariedade, os nossos pésames e o nosso lamento a todos os amigos e familiares pela perda de mais esse irmão de farda num acidente de moto.

Queremos lamentar também aqui o falecimento, no último dia 27 de junho, do cabo Antônio Júnior Paes, nosso irmão de farda da cidade de Lages, que trabalhava na cidade de Bocaina do Sul. O cabo Paes é irmão da nossa companheira que trabalha aqui na Casa, a sargento Silvana, que tem na família quatro policiais militares. O cabo Paes foi fazer um favor, conduzir uma pessoa doente até o hospital de Lages, quando o veículo que dirigia foi atingido frontalmente por outro que vinha desgovernado no sentido contrário. Ele teve morte instantânea, lamentavelmente.

Queremos registrar os nossos pésames a sargento Silvana - nós conhecemos a família inteira - pela perda desse companheiro. Sabemos a dificuldade desse momento e queremos nos solidarizar contigo e com a sua família e dizer que estamos à disposição, mesmo sabendo que uma solução não existe.

Gostaria de registrar o meu agradecimento à Silvana, aos demais servidores deste Poder, à Casa Militar, à Presidência, à Mesa Diretora desta Casa, quando do falecimento da minha irmã no ano passado. Quando estávamos naquele momento derradeiro de sair de casa e ir para o cemitério, para a igreja, naquela hora em que o mundo desaba - e aquela foi a primeira vez que aconteceu isso, em toda a minha vida, apesar de já ter perdido outros parentes, inclusive meu próprio pai -, chegaram ao local companheiros praças, diretores da Aprasc, amigos de todo o estado de Santa Catarina. E naquele momento específico chegou um grupo de servidores deste Poder, em nome da Assembléia Legislativa, em nome da Casa Militar, composto, que eu me lembre, talvez esteja enganado, pelo cabo Moacir, do nosso curso de cabo de 87, e pelo soldado Garcia. E peço desculpas se esqueci o nome de mais alguém que esteve lá naquele dia. Foi um grande conforto e uma alegria, contraditória e paradoxalmente, poder receber a solidariedade de tantos companheiros nessa hora.

Peço desculpas por não ter podido estar no sepultamento do teu irmão, mas tens a minha solidariedade. Estava em outra região distante, mas a solidariedade continua e é do mesmo tamanho.

Gostaria de falar da morte daquele menino de três anos, do Rio de Janeiro, que a imprensa tem noticiado e que foi vítima de um tiro disparado por um policial militar que imaginava estar atirando contra um carro de marginais, porque anteriormente seguia um carro com as mesmas características conduzido em fuga por eles.

O episódio lamentável demonstra o quanto nós precisamos progredir. E aqui no estado de Santa Catarina, felizmente, temos progredido no sentido de dar maior capacitação aos nossos servidores da Segurança Pública.

Na quarta-feira passada, há uma semana, nós tivemos esta Casa cheia de policiais militares. E nós falamos da importância das promoções, de aumentar o efetivo, dos direitos que os praças teriam. E talvez o fundamental que interesse para a sociedade é que esses direitos não são questões meramente corporativas para atender à vontade e à necessidade de promoção dos servidores, mas, sim, de um espaço, uma forma, um mecanismo institucional de capacitação do servidor policial.

Como já disse outras vezes aqui, é muito difícil ser policial, ter que discernir, em décimos de segundos, qual a ação correta. E não basta saber atirar bem, não basta saber acertar no alvo, não basta saber manusear, manipular uma arma ou uma metralhadora. É preciso tanto quanto, ou mais do que isso, saber a hora de atirar, saber em que circunstâncias atirar e agir. O uso da arma de fogo pode ser fatal. O que garante que o policial irá agir certo? É a sua condição emocional, a sua preparação técnica, o seu estado de espírito, o conhecimento das circunstâncias, a avaliação isenta de paixão. E nós sabemos o quanto é difícil o ser humano abstrair-se de paixões.

É preciso que o estado invista cada vez mais na capacitação dos policiais. Nós temos nesta Casa um projeto do deputado Nilson Gonçalves no sentido de que se faça acompanhamento psicológico dos servidores da Segurança. A matéria, que tem um substitutivo de nossa parte, está tramitando aqui e precisa ser discutida e aprovada, mesmo com custos para o estado, porque é fundamental que os servidores da Segurança estejam bem preparados para enfrentar as circunstâncias de um trabalho extremamente difícil, complexo.

O plano de carreira, a possibilidade de um soldado fazer curso de cabo, de o cabo poder fazer curso de sargento é que pode...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Elizeu Mattos, a quem concedemos a palavra por até dez minutos. Em seguida fará uso da palavra o sr. deputado Cézar Cim.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, srs. deputados e sra. deputada, ontem, eu ia falar sobre o Mercosul, sobre a União Parlamentar do Mercosul, e não consegui relatar, deputado Ismael dos Santos, uma viagem à Argentina, representando a Assembléia Legislativa, porque o assunto da pilantragem dominou o debate nesta Casa. Tanto que grande parte - e é bom que se diga - dos nossos parlamentares não estão em plenário neste momento porque estão aplaudindo um pilantra que tentou fazer a extorsão.

Mas quero aqui relatar a questão da União Parlamentar do Mercosul - a UPM -, na qual ingressei quando fui designado pelo meu presidente da comissão do Mercosul, deputado Nilson Gonçalves, que pediu que eu acompanhasse os trabalhos do Mercosul, pela questão de tempo do deputado.

Então, eu comecei a acompanhar essa questão depois que fui designado pelo deputado Nilson Gonçalves, e comecei a estudar os assuntos pertinentes ao nosso estado, deputado Sargento Amauri Soares, principalmente ao sul do Brasil. Comecei a estudar e a levantar algumas questões que dificultam e que nós, dentro da diplomacia e da conversa, podemos facilitar a vida tanto dos irmãos do Mercosul, quanto dos brasileiros que transitam e viajam para os países membros do Mercosul.

A UPM é uma instituição que agrega seis países. Hoje já fazem parte do tratado do Mercosul, deputado Cézar Cim, o Brasil, a Argentina, o Paraguai, o Uruguai. E agora a Venezuela está entrando, e há outros que participam esporadicamente dos encontros do MERCOSUL, mas não fazem parte dele. E na UPM, além desses cinco países já citados, nós também temos o Chile.

Srs. deputados, como é composta a União Parlamentar do Mercosul? Fazem parte dela deputados provinciais, regionais, ou os estaduais, como é o nosso caso. O que nós pretendemos e propomos? Discutir as nossas questões regionais, dos nossos estados do Mercosul, porque o Parlamento do Mercosul, onde nós conseguimos uma cadeira e que fica em Montevidéu, hoje é representado por deputados federais e senadores, sendo que não havia até pouco tempo sequer um representante dos deputados estaduais ou regionais, e agora nós conquistamos, dentro de um convêni, o esse espaço no Parlamento, que fica em Montevidéu, o que nos dá uma força maior.

Nós estivemos na Argentina, em Buenos Aires, na última sexta-feira, com o presidente da Fetranesc, o vice-presidente da Associação Nacional de Transportes e Cargas do Brasil, e o presidente da UPM Internacional, da qual sou o vice-presidente, o deputado Osvaldo Mércuri, em Buenos Aires, discutindo algumas questões relativas ao transporte de cargas do Brasil, passando pela Argentina para chegar ao Pacífico.

Para quem não sabe, deputados Renato Hinnig e Nilson Gonçalves, somente pela Cordilheira dos Andes passam por mês em Mendoza 10.500 caminhões brasileiros com destino ao Pacífico, no Chile. Nós temos enfrentado dificuldades, deputado Cézar Cim, nessa passagem por território Argentino e por territórios que fazem parte do Mercosul, onde não se reconhece a legislação de um país e não há a integração da legislação de trânsito dos países.

Para se ter uma idéia, na Argentina a altura de carga é 20 centímetros mais baixa do que a nossa, e os caminhões-baú que vão para lá são multados porque não há o reconhecimento da nossa legislação. Cada província tem uma legislação própria, e isso está dificultando a passagem dos nossos caminhoneiros que tentam chegar ao Pacífico para exportar, ou importar pelo Pacífico, ou ainda chegar ao continente asiático.

Está-se criando sérias dificuldades, deputado Renato Hinnig, que atrasam a viagem em até dez dias, pela burocracia, deputado Sargento Amauri Soares, pelo não reconhecimento ou pela falta de integração dessa legislação de trânsito, deputado Ismael dos Santos. Isso tem dificultado e gerado muitas multas, porque a multa lá não é como a nossa

aqui, que recebemos em casa, deputado Carlos Hoegen. Lá se paga na hora, ou melhor, virou uma caixa de propina que hoje está afugentando os caminhoneiros e as empresas que trafegam na Argentina para chegar ao Pacífico.

Nós tivemos uma reunião bastante importante em Buenos Aires, juntamente com a Associação Nacional dos Transportes de Carga - ANTC -, para formar uma comissão para estudar uma proposta de pacificação na questão da legislação de trânsito. Tanto é importante, que os argentinos querem a mesma coisa, querem esse reconhecimento, deputado Sargento Amauri Soares, porque eles acham que a lei aqui no Brasil, que não vale para eles, tem causado, deputado Reno Caramori, muitas mortes dos argentinos aqui no nosso país. E inclusive há agências que divulgam que aqui no Brasil eles não são multados. E as loucuras dos argentinos aqui, reconhecidas por eles próprios, têm causado mortes e mais mortes no trânsito porque não há uma lei que possa punir ou multar, uma lei severa que coloque regras no trânsito também dos argentinos aqui.

Foi uma reunião bastante proveitosa, e houve um avanço muito grande e um comprometimento dos argentinos de nos ajudar a achar uma solução para o transporte de cargas.

O Sr. Deputado Renato Hinnig - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Concedo um aparte ao deputado Renato Hinnig, que também é o nosso tesoureiro do bloco brasileiro da UPM e que a partir do mês passado assumiu a tesouraria da UPM nacional. Então, ficamos com a presidência e com a tesouraria aqui no estado de Santa Catarina.

O Sr. deputado Renato Hinnig - Deputado Elizeu Mattos, gostaria de, inicialmente, cumprimentá-lo por ter assumido a presidência do bloco brasileiro da UPM, esse importante mecanismo no qual os parlamentares brasileiros têm a responsabilidade de discutir questões de fundamental importância para a efetiva consolidação do Mercosul.

Quando se fala em Mercosul, tem-se a noção simplesmente da questão econômica, mas é muito mais do que isso. Envolve a questão de integração cultural e a compatibilização das diversas legislações que regulam essa questão do deslocamento das pessoas entre os países e do deslocamento dos caminhões; essa questão da integração que se está buscando agora do canal bioceânico central; e também uma outra ligação interamericana que passa pela Bolívia e Mato Grosso, sendo que a Bolívia assumiu o compromisso de concluir uma ligação asfáltica de 55 quilômetros que ainda falta. E a previsão é que até dezembro de 2009 esteja totalmente concluída, o que vai propiciar algo em torno de 33% de redução no custo do transporte.

É necessário que o Parlamento esteja presente nessas discussões, participando ativamente. O Parlamento tem efetivamente uma contribuição muito grande para dar nessas condições, porque há necessidade de adequação das legislações.

E repito da maior importância que a presidência tenha sido assumida por v.exa., que me deu a honra de me formular o convite de ser o tesoureiro da UPM. E quero me colocar à disposição para, a quatro mãos, podermos fazer um bom trabalho e realizar aquilo que é mister do Parlamento brasileiro nessa importante organização.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Agradeço o aparte de v.exa., nobre deputado.

Ainda há o assunto da aduana, na Cordilheira, que vamos expor para os nossos parlamentares, bem como um tratado de cooperação das entidades ligadas à saúde com os argentinos...

(Discurso interrompido pelo término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, deputado Elizeu Mattos.

O próximo orador inscrito em Explicação Pessoal é o deputado Cézar Cim, a quem concedemos a palavra por até dez minutos para a sua manifestação.

O SR. DEPUTADO CÉZAR CIM - (Passa a ler.)

"Olha aqui, ó... Não é por nada não. Mas a vida e os anos vividos nos mostram que algumas pessoas são capazes de tudo por dinheiro, sucesso, fama ou poder, enquanto que outros não ligam pra isso e são capazes de entregar a sua vida para proteger as pessoas amadas. A gente chega num ponto, então, onde não há como perceber ou distinguir as pessoas ruins das pessoas boas, isso porque, enquanto umas são predominantemente frias, insensíveis e só buscam coisas materiais, pois acreditam que os fins justificam os meios, outras têm muito amor pra dar e transmitir porque acreditam que a felicidade da alma e do espírito é o que importa. Por isso, o essencial é acreditar no amor e no coração e deixar a natureza chamar para a vida, onde a alegria pode ser encantada como a beleza do nascer do sol ou magnífica como uma noite estrelada. Nem mais, nem menos." [sic]

Deputada presidente Ana Paula Lima, o escrito é da lavra do saudoso Horácio Braun, que tanta falta nos faz lá na nossa querida Blumenau.

Sra. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, vou dividir o meu espaço em três vertentes. Na primeira, quero narrar um fato; na segunda, aproveitar a oportunidade para que esse fato possa servir de exemplo para todos os demais catarinenses; e na terceira vertente quero enaltecer a participação das pessoas que fizeram a sua parte no sentido de que esse acontecimento pudesse ter assumido lá na nossa querida cidade de Blumenau.

O fato.

(Passa a ler.)

"Vitória da cidadania

Ainda que possa ser questionada nas instâncias superiores, a decisão da Justiça de Blumenau, favorável a clientes submetidos a tempo de espera em filas de bancos - superior ao estabelecido em lei -, representa uma vitória dos cidadãos. Muito mais do que os valores das indenizações, importa destacar a ação firme do Procon em defesa dos consumidores de serviços bancários, e do Judiciário em relação ao descumprimento de uma lei municipal vigente. Espera-se que o caso sirva de exemplo não só para a cidadania - no sentido de reagir contra ações que violam direitos conquistados -, mas para as instituições financeiras - cujos recortes de lucratividade se sucedem -, de forma a avaliar o atendimento dispensado aos blumenauenses. Se à população é recomendável que insista na cruzada legal em defesa de seus direitos, aos bancos sugere-se bom-senso e a compreensão de que a lei deve ser cumprida por todos."

Registro esse fato porque se nós consultarmos a população mais carente e também pesquisarmos alguns letrados, alguns historiadores, veremos que, na verdade, o cidadão comum não acredita no direito. E eles sabem que a fonte principal, a fonte mais pródiga do direito é a lei.

Esse cidadão comum entende que o direito é o reflexo de uma minoria dominante. E tem mais: ele também percebe que, às vezes, o direito se constitui num simples meio de se valerem os mais fortes da máquina estatal contra os oprimidos de todos os tipos. E outros ainda entendem que o direito se presta a manobras que o desvirtuam completamente e que isso ocorre, na verdade, com grande frequência.

Segundo Franz Kafka, a lei é o segredo de uma minoria que nos domina, deputado Ismael dos Santos. Esse é o entendimento popular. E quando uma lei municipal, e aí está o segundo aspecto, é levada ao Judiciário para que possa aplicar uma multa nos poderosos bancos, é certo que a população com isso vibra, sem dúvida alguma.

Mas nós teríamos que fazer um histórico. Em Blumenau, a Câmara de Vereadores criou uma lei - e aí é que entra o aspecto de isso se tornar exemplo, deputado Aderbal Deba Cabral, para outras comunidades - no sentido de se fazer valer o respeito ao cidadão, que às vezes gasta horas e horas numa fila para levar o seu dinheiro aos bancos. Essa referida Câmara estabeleceu critérios para o tempo nas filas: 35 minutos para os dias de movimento e 20 para os dias normais. Do primeiro ao décimo dia, nas segundas-feiras e pós-feriados, 35 minutos.

Mas esse fato não é o principal. É que, paralelamente a isso, a Câmara Municipal de Vereadores de Blumenau estabeleceu mais critérios. Ela determinou aos bancos que colocassem à disposição dos clientes cadeiras, banheiros, telefone para ligar para o Procon, criando uma senha que tem triplice objetivo. O primeiro deles é estabelecer uma ordem cronológica: chegou à fila não precisa se preocupar porque ninguém vai passar o cliente para trás. O segundo aspecto é desestressar. Eu tenho a minha senha, eu posso ler um jornal, tenho cadeiras para sentar, tenho banheiro, se necessário for, tenho telefone para ligar, ou seja, ninguém vai me passar para trás. Então, eu não vou ao banco com aquela disposição de enfrentar uma batalha. E o terceiro objetivo, que é o principal, é garantir através dessa senha a fiscalização.

Então, o cidadão não precisa sair da fila para ir ao Procon reclamar. Ele se apodera da fila, registra o tempo que ficou nela e depois, quando tiver tempo, vai ao Procon. E aí vem outro aspecto importante. Essa senha serve ao Procon para fiscalizar, e as multas, nesse caso, chegam até R\$ 30 mil. E o Procon de Blumenau usou essas senhas para aflorar essas ações que fez referência anteriormente, srs. deputados Ismael dos Santos, Carlos Hoegen, Nilson Gonçalves e demais deputados (olhem só que maravilha): os bancos foram condenados a pagar a cada cliente, além da multa, cinco salários mínimos, ou seja, R\$ 2.075 mil. Isso não é nada para os bancos, mas é muito para a cidadania. É a vitória do pequeno, do cliente massacrado, desrespeitado. É a vitória da cidadania.

Portanto, é importante fazermos esse registro, para que esse exemplo de Blumenau, deputado Sargento Amauri Soares, possa alcançar as demais comunidades.

Mas eu quero fazer referência a outro aspecto, que seriam os elogios a quem participou dessa empreitada: ao Procon, que representou os consumidores e não fez ação porque até 20 salários mínimos independe de advogado; aos vereadores, que fizeram essa lei maravilhosa, uma lei simples, numa cidade pequena, mostrando aos bancos que é muito mais conveniente e muito mais humano respeitar o cidadão na fila do que pagar uma multa; e ao Judiciário, que fez valer essa ação.

Srs. deputados, essas ações foram afloradas em outubro de 2007 e em apenas oito meses os bancos foram condenados a indenizar as pessoas que ficaram na fila por tempo superior àquele estabelecido pela lei municipal.

Isso merece os nossos aplausos, merece registro e que sirva de exemplo para todo o país.

Quero cumprimentar os consumidores que fizeram a sua parte, pegaram a senha e a levaram ao Procon, como também a imprensa, que divulgou, educou e conscientizou a população.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Realmente isso é um assunto de grande relevância que aconteceu na cidade de Blumenau. Espero que sirva de exemplo para todos os municípios do estado de Santa Catarina e também para o Brasil!

Quero cumprimentar o Procon de Blumenau pelas ações, o Poder Judiciário, que garantiu que isso fosse colocado em prática, a Câmara de Vereadores de Blumenau e, principalmente, o saudoso vereador Mauricio Pacheco, que foi o autor dessa lei.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Pedro Uczai.

(Pausa)

Na ausência do deputado Pedro Uczai, com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Joares Ponticelli.

(Pausa)

Na ausência do deputado Joares Ponticelli, com a palavra o próximo orador inscrito, deputado José Natal.

(Pausa)

Na ausência do deputado José Natal, com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Serafim Venzon.

(Pausa)

Na ausência do deputado Serafim Venzon, com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Professor Grandó.

(Pausa)

Na ausência do deputado Professor Grandó, com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Manoel Mota.

(Pausa)

Na ausência do deputado Manoel Mota e não havendo mais oradores inscritos, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para hoje à tarde, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

AUDIÊNCIA PÚBLICA

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER, PARA DEBATER SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A DEFESA DO CONSUMIDOR, REALIZADA NO DIA 13 DE MARÇO DE 2008, ÀS 14H, NO PLENARINHO DA ALESC

A SRA. PRESIDENTE (deputada Ada De Luca) - O meu boatarde a todos e o desejo de que tenhamos uma audiência produtiva.

Gostaria de chamar para compor a mesa desta audiência o excelentíssimo senhor Justiniano Pedrosa, secretário executivo da Justiça e Cidadania; o excelentíssimo senhor doutor Fábio Trajano, promotor de Defesa do Consumidor do Ministério Público de Santa Catarina; o excelentíssimo senhor doutor Sidinei Parisotto, dirigente do Procon estadual; o excelentíssimo senhor doutor Francisco Alexandre Von Decastille, superintendente do Ministério da Agricultura em Santa Catarina; e a excelentíssima senhora Raquel Ribeiro Bittencourt, diretora da Vigilância Sanitária de Santa Catarina.

(Passa a ler.)

"O primeiro movimento que consolidou a importância da relação de consumo aconteceu no dia 15 de março de 1962, quando o então presidente dos Estados Unidos, John Fitzgerald Kennedy, discursou no Congresso norte-americano e formulou os direitos do consumidor - direitos elencados posteriormente no Código Brasileiro do Consumidor: direito à informação, proteção à saúde, vida, segurança e contra publicidade enganosa e abusiva, direito à escolha e a ser ouvido.

Em 15 de março de 1983 a União Internacional de Consumidores Organizados estabelece referida data como o Dia Internacional dos Direitos do Consumidor. Em abril de 1985 a Assembléia Geral da ONU incorporou a defesa do consumidor aos direitos humanos.

Na França, na Alemanha, na Espanha e nos Estados Unidos os movimentos de defesa dos direitos do consumidor surgiram através de iniciativas populares", o que foi muito importante. "No Brasil, a primeira tentativa de criação do Conselho de Defesa do Consumidor deu-se em 1971. O direito do consumidor brasileiro foi inserido como uma garantia fundamental do cidadão, conforme preconiza o artigo 5º, inciso XXXII, da Constituição Federal. Em seguida o Ministério da Justiça constituiu comissão para elaborar um anteprojeto de Código de Defesa do Consumidor.

Após tramitar em comissões da esfera federal, o projeto foi sancionado com vetos parciais, como a Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990, vigorando após seis meses. Em 20 de março de 1997 foi editado o Decreto Federal 2.181, que regulamentou finalmente o Código de Proteção e Defesa do Consumidor.

Em Santa Catarina, através do Decreto 2.472, de 7 de novembro de 1988, foi criado o Programa Estadual de Orientação e Proteção ao Consumidor - Procon/SC. A Lei Federal 10.504, de 8 de julho de 2002, instituiu o Dia Nacional do Consumidor, que é comemorado anualmente no dia 15 de março, data em que também é celebrado, simultaneamente, o Dia Internacional do Consumidor.

Já são dezessete anos de vigência do Código de Proteção e Defesa do Consumidor. Buscar o equilíbrio nas relações de consumo diante da pujança de fornecedores não é designio fácil. Algumas empresas se adaptam ao sistema, outras resistem. Em tempos de capitalismo selvagem, dos *chavos* e *lobbies*, dos lucros exorbitantes, a luta em defesa do consumidor é trabalho heróico.

O papel dos órgãos e entidades que trabalham com proteção e defesa do consumidor vai além de seu ofício essencial, exercendo tarefa social e de cidadania. Mesmo com os limites que fazem parte da natureza desses organismos, muito se conquistou no âmbito administrativo", e muito ainda tem por se conquistar.

"O consumidor é a parte frágil da relação: não detém informações técnicas que o fabricante detém; necessita de alguém que saiba como intervir por ele. Prevenção e educação, armas eficazes dos consumidores no combate às práticas abusivas", mas no meu ponto de vista só isso não basta. "Enquanto buscamos orientar, prevenir e educar os consumidores, o poder econômico faz cartilha ensinando os funcionários a enrolar os consumidores. Essa notícia que eu vou ler para os senhores é do dia 5 de março de 2008, veiculada no O Globo Online, e diz o seguinte:

"Cartilha de empresário ensinava funcionários a enrolar clientes enganados.

São Paulo. A polícia e o Ministério Público apreenderam nesta terça-feira equipamentos que seriam usados pelo empresário Jack Oliveira para aplicar golpes na venda de produtos de informática pela internet. Oliveira foi preso na semana passada por estelionato. Os equipamentos estavam na loja de Oliveira, a Unique Eletroshop, em Ribeirão Preto, a 319 km de São Paulo.

A polícia também achou uma cartilha orientando os funcionários a proceder quando os clientes reclamavam de atraso na entrega. O texto diz que eles não devem fornecer o próprio sobrenome e têm que dizer que não estão autorizados a dar qualquer informação' - todos nós aqui estamos carecas de escutar e de saber. Todos os documentos e nove computadores foram levados.

Em um computador, o promotor descobriu vendas de mais de R\$ 200 mil, feitas em janeiro. Em outra máquina, foi descoberto um e-mail de um cliente que ainda não recebeu o que comprou. A resposta era a mesma das outras vezes: a loja lamentava o atraso.

O material apreendido vai passar por perícia. A polícia quer confirmar se, mesmo depois da prisão de Jack Roberto Oliveira, as vendas de produtos de informática continuam sendo feitas." Eu também achei uma coisa meio fácil, em 24 horas já teria sabido.

"Lamentável esse procedimento, depois de dezessete anos de Código. A matéria serve de provocação para iniciarmos esta audiência pública e por isso passamos a palavra ao promotor de Defesa do Consumidor de Florianópolis, doutor Fábio Trajano, que falará sobre práticas abusivas e a atuação do Ministério Público." Mas, quebrando o protocolo, pelo fato de o doutor Justiniano Pedroso ter uma audiência a seguir, eu gostaria que ele, como secretário executivo da Justiça e Cidadania, dissesse alguma coisa para nós.

Portanto, peço licença ao doutor Fábio Trajano, do Ministério Público, mas antes concedo a palavra ao doutor Justiniano Pedroso, secretário executivo da Justiça e Cidadania, por até dez minutos.

O SR. SECRETÁRIO EXECUTIVO JUSTINIANO PEDROSO - Eu queria cumprimentar a deputada Ada De Luca e os demais componentes desta mesa; o doutor Itamar Bonelli, diretor do Departamento de Justiça e Cidadania, vinculado a nossa Secretaria e do qual a gerência do Procon faz parte; cumprimentar as senhoras e os senhores, as pessoas realmente preocupadas com a defesa do nosso hipossuficiente, que é o consumidor brasileiro.

Deputada Ada, eu vejo esse Código de Defesa do Consumidor como um grande avanço que o legislador brasileiro fez para toda a nossa sociedade. Inverter o ônus da prova foi um passo de suma importância, como a senhora aqui manifestou, porque o consumidor, de modo geral, realmente tem muito menos condições de fazer frente a uma demanda com essas grandes empresas, às vezes multinacionais, que estão no nosso mercado brasileiro.

Eu, com satisfação, quando foi montada a Secretaria de Justiça e Cidadania, vi que no projeto da última reforma administrativa o Procon ficaria vinculado a essa Secretaria, e após ser convidado pelo governador para assumir o cargo, percebi a valorização que esse governo tem procurado dar ao cidadão mais simples, mais humilde do nosso Estado. E se o Procon está vinculado à Secretaria de Justiça e Cidadania, é porque a defesa da sociedade, também nas relações de consumo, é uma questão de cidadania. E nós, ao assumirmos, conversamos com o doutor Sidinei Parisotto e com o doutor Itamar Bonelli e já visitamos e traçamos algumas metas para o Procon estadual.

Nós estamos buscando implementar, mas a mudança de cultura é difícil, deputada, a senhora sabe, aproveitando a estrutura descentralizada do Estado através das Secretarias de Desenvolvimento Regional, no sentido de também descentralizar as ações do Procon estadual. Hoje nós temos somente 47 municípios, doutor Sidinei, dos 293 do Estado de Santa Catarina, com seu órgão de defesa do consumidor, e passem as senhoras e os senhores com a informação que vou dar agora: faz seis meses que a Capital do Estado instalou o seu órgão de defesa do consumidor municipal.

Eu entendo que cabe ao Procon estadual não atender essa demanda de varejo - não que vá se furta a isso -, do dia-a-dia de alguém que foi ali na loja, comprou um liquidificador e como ele não funcionou foi lá reclamar. Eu acho que essa função, mais de perto com a sociedade, cabe aos Procons municipais. Entendo que ao Procon estadual caberia, sim, formular políticas estaduais de incentivo à defesa do consumidor, de incentivo à criação de Procons municipais.

Agora, nós temos uma realidade. Existem muitos e muitos municípios no nosso Estado que, pela sua pequena densidade populacional, às vezes pelo seu próprio comércio, não justifica a criação de um órgão municipal. Ai, nesse sentido, eu entendo que nós podemos implantar nas estruturas das Secretarias de Desenvolvimento Regional, que são em número de 36 e abrangem todo o Estado de Santa Catarina, os Procons regionais. Isso sem tirar o poder de fiscalização dos Procons municipais; eu entendo que tem que ser uma atividade integrada com os Procons municipais.

Eu sou de Campos Novos, município do meio-oeste, que não é uma cidade grande, mas lá nós temos o Procon municipal. Mas nós temos municípios que fazem parte da Secretaria Regional e que têm cerca de três mil e poucos habitantes e um comércio incipiente. Então, talvez nesses municípios não se justifique a criação de um Procon municipal, acarretando gastos ao município. Ai, sim, nesses casos, eu acho que o Procon regional poderia funcionar no atendimento, principalmente dos municípios que não possuem o Procon municipal.

Entendo também que é função do Procon estadual estar presente nas grandes lutas que afetem todo o Estado ou toda a população do Estado de Santa Catarina, e poderíamos citar como exemplo as tarifas telefônicas, a questão de cartões de crédito, que não são questões individuais do consumidor - ele, consumidor, com aquela loja, com aquela oficina -, mas questões institucionais que afetam, com certeza, toda a sociedade.

Então, nesse sentido, deputada Ada, eu gostaria de agradecer pelo seu convite para participar desta reunião, mas peço desculpas por ter que me retirar, pois pedi uma audiência ao presidente do Tribunal de Justiça e ela foi marcada para hoje, às 15h. Por isso estou me dirigindo ao Tribunal, onde vou tratar de outras coisas mais complexas, até da nossa Secretaria, que abrangem o sistema prisional, a questão do menor infrator, além da defesa civil, que são as três diretorias que fazem parte da Secretaria.

Mas eu quero me colocar à disposição, deputada, e colocar à disposição a estrutura do Procon estadual, da Diretoria de Justiça e Cidadania, à qual está vinculado o Procon, através do doutor Itamar Bonelli, a fim de que a gente possa realmente desenvolver essa parceria e fazer deslançar esses Procons regionais. E para isso eu peço a ajuda dos senhores e das senhoras. O doutor Sidinei vai permanecer aqui e eu acho que é uma troca de idéias interessante para se ver de que forma, de que maneira nós poderemos operacionalizar e realmente implantar.

Desde que eu entrei, em maio do ano passado, eu chamei o doutor Sidinei Parisotto e coloquei a ele essa idéia. Já visitamos diversas Secretarias Regionais e de todas elas recebemos o incentivo. Agora nós precisamos impulsionar, operacionalizar e fazer com que a coisa realmente funcione. Infelizmente, e a senhora sabe disso, deputada Ada, o Poder Público, tanto municipal, como estadual ou federal, é um tanto quanto burocrático, as coisas demoram a acontecer, mas depois que embalam, eu acho que vão embora.

Então, eu pediria a ajuda das senhoras e dos senhores para que juntos possamos fazer o que eu acho seja uma experiência inédita em nível de Brasil, que é termos todos os 293 municípios do nosso Estado atendidos, seja através dos Procons municipais, seja através dos Procons regionais.

Muito obrigado. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (deputada Ada De Luca) - Agora eu passo a palavra, por até dez minutos, ao doutor Fábio Trajano, promotor de Defesa do Consumidor do Ministério Público de Santa Catarina.

O SR. PROMOTOR FÁBIO TRAJANO - Boa-tarde a todos.

Inicialmente eu gostaria de cumprimentar a deputada Ada De Luca, presidente da Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, que teve a feliz iniciativa, numa data tão importante, tão significativa para todos nós, de marcar esta audiência pública para discutir um pouquinho sobre a defesa do consumidor. Cumprimento também o gerente do Procon, Sidinei Parisotto; a doutora Raquel Bittencourt, da Vigilância Sanitária do Estado; os colegas dos Procons municipais, que se deslocaram do interior; o representante do Inmetro; e a senhora Elizabete Baesso, que é presidente da Associação Catarinense de Defesa dos Direitos da Mulher, Donas de Casa e Consumidores. Quero dizer que nós nos sentimos muito felizes em participar de um ato como este.

A defesa do consumidor no Brasil, em termos de legislação, sem medo nenhum de errar, é uma das mais avançadas do mundo. E a preocupação do legislador brasileiro, relacionada à defesa do consumidor, na verdade surgiu em decorrência de uma resolução da ONU incentivando seus Estados-membros a formularem uma legislação, uma política nacional de defesa do consumidor.

A Constituição Federal trata da defesa do consumidor lá no Título II, Dos Direitos e Garantias Fundamentais, que diz que o Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor. Então, ela não deixa alternativa para o Estado, que tem a obrigação de defender todos nós, consumidores, de várias formas. Uma é o Estado legislador, através de legislação federal, legislação estadual e legislação municipal.

A legislação federal é muito avançada, o nosso Código é exemplo para muitos países. Só que, infelizmente... Nós avançamos muito, obviamente, nesses dezessete anos de vigência do Código de Defesa do Consumidor. Aliás, completados agora, no dia 11 de março, sendo que no dia 15 de março, como já mencionado, nós comemoramos o Dia Internacional de Defesa do Consumidor. Então, são datas importantes para que a gente possa, em conjunto, fazer uma reflexão de como nós estamos e quais os caminhos que temos que trilhar para consolidar mais ainda esse direito, que é um direito de cidadania.

Em relação à competência legislativa, o nosso Estado, a Assembléia Legislativa, tem exercido a competência que a Constituição Federal lhe deu, que é legislar acerca de produção e consumo, e editado várias leis que são muito benéficas aos interesses, aos direitos dos consumidores. Poderíamos citar rapidamente algumas: uma que determina que os prazos de validade dos produtos em promoção devem estar destacados; outra que exige que a distribuidora de combustível comercialize combustível apenas para postos de sua bandeira ou bandeira branca; uma outra que trata da exigência da discriminação dos pulsos da telefonia, que embora tenha sido declarada inconstitucional, serve, sim, para levantar o debate, o inconformismo da sociedade por intermédio da Assembléia; outra que trata do tempo de atendimento do consumidor na fila de banco, enfim, poderemos destacar várias leis.

Então, a competência estadual é muito importante para a defesa do consumidor e o nosso Estado vem exercendo essa competência. Os próprios municípios também têm competência legislativa, e muitos, como Florianópolis e outros tantos, vêm ditando leis municipais.

Eu acho que é importante neste momento, deputada, fazermos uma reflexão acerca dos objetivos da política nacional de relação de consumo e quais são eles? Na verdade, esses objetivos são a finalidade do Código de Defesa do Consumidor, que são: atendimento da necessidade dos consumidores; respeito à dignidade do consumidor; proteção da saúde e da segurança do consumidor; proteção dos interesses econômicos do consumidor; melhoria da sua qualidade de vida; transparência, harmonia e boa-fé objetiva.

Eu queria destacar dois aspectos aqui. Um é a boa-fé objetiva, que é um princípio que hoje está incorporado ao Código Civil, mas surgiu com o Código de Defesa do Consumidor na legislação brasileira. Ou seja, o fornecedor, ao agir, tem que agir de forma leal, honesta, tem que demonstrar que não existe artifício algum para enganar o consumidor.

A questão da informação, por exemplo, que é um dever anexo à boa-fé objetiva, é um direito básico do consumidor, mas nós enfrentamos muitas dificuldades no que se refere à informação adequada. A esse propósito, em relação à informação adequada, ao consumidor não poder exercer o seu direito, nós temos uma consulta pública relacionada ao Serviço de Atendimento ao Consumidor por telefone, que são os chamados SACs por telefone. Hoje o consumidor, quando deseja rescindir o contrato de um serviço telefônico ou de uma TV a cabo, por exemplo, ele absolutamente não consegue, como diz a deputada. Você conversa com o atendente e quando manifesta o interesse de rescindir o contrato não é mais aquela pessoa, é uma outra, aí você tem que repetir toda a história e deixam você pendurado... Enfim, os órgãos de defesa do consumidor que estão aqui, os Procons, sabem muito bem do que a gente está falando e todos nós, consumidores, sabemos, pois temos algum conhecimento ou nós mesmos já fomos vítimas disso.

O governo federal, numa atitude corajosa, está pretendendo regulamentar esse serviço de atendimento ao consumidor de serviços telefônicos, de serviços de telecomunicações, de serviços financeiros, de aviação civil, pelo menos nesse primeiro momento. Os órgãos que compõem o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor fizeram uma proposta, que está sendo submetida a uma consulta pública por intermédio do site do Ministério da Justiça, do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor. Nós vamos ter mais três audiências públicas, uma com os representantes do Sistema Nacional, já efetuada; outra com os representantes das agências do governo federal; com os fornecedores; e, finalmente, uma audiência conjunta.

Então, deputada Ada, já fica uma proposta para que a Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais da Assembléia e os Procons, os órgãos de defesa do consumidor de toda a sociedade, façam uma avaliação dessa proposta que está em consulta pública e, aderindo à proposta ou fazendo alguma sugestão, prestem o seu apoio, porque a caminhada, não tenho dúvida nenhuma, vai ser muito difícil, já que os fornecedores vão se insurgir contra a proposta, que na nossa avaliação é muito boa, pois o consumidor tem o direito de ser atendido imediatamente por alguém, em alguns segundos, ou se ele quiser rescindir o contrato este tem que ser feito por aquela pessoa que está atendendo o consumidor. Enfim, essas questões básicas serão resolvidas, mas se não nos unirmos, não vai passar. E como isso tem que acontecer através de uma iniciativa legislativa, parece-me que a Assembléia pode ter um papel muito importante nesse contexto.

Um outro tópico, deputada, que eu gostaria de abordar, se me permite, é a questão dos órgãos que compõem o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, que tem tudo a ver conosco. Em nível federal temos vários órgãos, como o Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor (DPDC), como o Inmetro, que têm atribuições relacionadas à defesa do consumidor. Em nível estadual temos também vários órgãos com atuação na defesa do consumidor, e vamos começar pelos indiretos: o Corpo de Bombeiros, que tem um trabalho muito importante no que se refere à segurança dos consumidores; a Vigilância Sanitária, no que se refere à saúde dos consumidores; a Cidasc, no que se refere à saúde dos consumidores em relação a produtos de origem animal; e outros tantos. E temos também o órgão que deve planejar, elaborar, propor, coordenar e executar a política estadual de defesa do consumidor.

Conforme a fala do secretário Justiniano Pedroso, infelizmente não temos em Santa Catarina um órgão adequado para efetuar o planejamento, a elaboração e a coordenação da política estadual. E por que não temos? Santa Catarina deve ser um dos únicos Estados da Nação que não tem uma legislação atualizada criando o Sistema Estadual de Defesa do Consumidor. A nossa legislação é de antes do Código de Defesa do Consumidor e já estamos, há alguns anos, tentando que seja atualizada - pelo que temos conhecimento existe uma minuta, um anteprojeto, mas que ainda está no Executivo, não veio para a Assembléia.

Então, num momento como este, acho importante que se verifique o andamento desse projeto, dando-se a ele um efetivo encaminhamento.

O Procon estadual funciona, todos nós sabemos, com uma estrutura muito pequena, são poucos servidores e eles não têm condições de fazer esse trabalho de planejamento, de coordenação. Por mais abdicados que os servidores do Procon estadual sejam, e são, torna-se impossível em razão da estrutura e da ausência dessa legislação adequada. O Procon estadual, por exemplo, não tem um fundo seu, que ele possa administrar. Os recursos relacionados a multas do Procon estadual são destinados a um fundo comum e para sacar esse dinheiro exige-se um projeto, há toda uma burocracia. Se nós tivéssemos um fundo administrado pelo próprio Procon, teríamos muito mais facilidade de destinar esses recursos à defesa do consumidor, efetivamente.

Portanto, eu faço dois encaminhamentos: um deles é o apoio a essa proposta de regulamentação do Serviço de Atendimento ao Consumidor do Ministério da Justiça, do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor, de todos os órgãos que compõem o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, que está em consulta pública; e o outro é que se verifique o andamento desse anteprojeto de uma legislação atualizada, uma legislação moderna, que esteja em conformidade com a nova realidade do Código de Defesa do Consumidor. Nós estamos falando de dezessete anos! Os Procons municipais que estão aqui presentes sabem muito bem a dificuldade que têm quando precisam de um órgão para planejar, para coordenar, para promover eventos.

Nós já estamos há algum tempo trabalhando na defesa do consumidor e esse problema sempre vem à tona, apesar de inúmeras promessas, inclusive feitas aqui, em audiência pública - nós já tivemos audiências públicas relacionadas a esse assunto com representantes do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor e infelizmente a coisa não avançou. Quem sabe agora, com o Código completando dezessete anos, com o empenho da deputada Ada, com o empenho da Assembléia, com o empenho da Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, de todos os seus deputados... Santa Catarina, que é um Estado de ponta, muito avançado em relação a muitas Unidades da Federação no que se refere à defesa de direitos inerente aos cidadãos, à cidadania, infelizmente está deixando a desejar.

Muito obrigado, deputada, e nos colocamos à disposição. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (deputada Ada De Luca) - Obrigada, doutor Fábio.

Eu gostaria de registrar a presença do senhor Sérgio Brum, assessor do Inmetro; do senhor Elcio Luiz Schmitz, diretor do Procon de Palhoça; do senhor Maikon Rodrigo Baldessari, diretor do Procon de Florianópolis; do senhor Valmor Adão Povala, atendente responsável pelo Procon de São Miguel do Oeste - parabéns! -; do senhor Itamar Bressan Bonelli, diretor de Justiça e Cidadania da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão; do senhor Alessandro André Moreira Simas, diretor do Procon municipal de Brusque; do senhor Fábio Roberto de Souza, supervisor do Procon municipal de Brusque; e do doutor Ramon Fernandes Filho, advogado da CDL de Florianópolis. Obrigada a todos pela presença.

Concedo a palavra, neste momento, ao doutor Sidinei Parisotto, gerente do Procon de Santa Catarina.

O SR. SIDINEI PARISOTTO - Uma boa-tarde a todos. Eu cumprimento a doutora Ada De Luca e os demais integrantes da mesa; o doutor Fábio Trajano; a doutora Raquel Bittencourt; todos os nossos colegas presentes dos Procons de Florianópolis, de Palhoça, de Brusque, de São Miguel do Oeste, sempre junto em todas as nossas dificuldades, mas sempre lutando para vencer; a doutora Elizabete Baesso, uma guerreira, já ultrapassando seus trinta anos nessa briga do consumidor; o doutor Itamar Bonelli, meu excelentíssimo diretor, a quem não posso deixar de mencionar; o pessoal aqui que está trabalhando, dando esse apoio a todos nós; enfim, a todos os presentes.

É um pouco difícil falar depois do doutor Trajano, uma sumidade na questão da defesa do consumidor, sempre à frente, sempre com pensamentos e decisões à nossa frente - temos muito o que aprender com ele. Mas gostaria de dizer que apesar desses dezoito anos de defesa do consumidor, apesar de por vezes ouvirmos que não temos muito o que comemorar, que o consumidor não tem muito o que comemorar, eu acho que não se faria justiça com essa afirmação se apontássemos para todas essas pessoas aqui presentes, e em nível nacional, que lutam no seu dia-a-dia. Nós costumamos dizer que estamos 24 horas trabalhando nessa defesa do consumidor.

Nós temos, sim, o que comemorar! Eu acho que nós avançamos, talvez não a passos largos como gostaríamos, mas avançamos, sim, nessa questão da defesa do consumidor. E citamos algumas conquistas recentes, como é o caso da telefonia fixa, que está acontecendo agora, como é o caso da telefonia móvel, que foi muito discutido - e haverá algumas alterações na questão dos canais por assinatura -, como é o caso das mudanças na questão dos planos de saúde. Portanto, acho que avançamos em algumas coisas, sim! Temos muito ainda a fazer, temos muito que trabalhar, mas eu acho que houve um avanço. O Ministério da Justiça, sempre atento, junto com o DPDC, busca ao máximo as negociações com essas empresas, e agora com o grande apoio do ministro Tarso Genro, parceiro, preocupado com essas questões das relações de consumo. Em suma, temos, sim, o que comemorar, e com certeza ao longo deste ano teremos muitas novidades. Talvez nós, que chegamos agora, estejamos colhendo os frutos de todos esses guerreiros que vinham brigando há tantos anos, doutor Fábio Trajano.

O Procon estadual, apesar da nossa pequena estrutura, que era muito maior e que infelizmente ao longo dos anos vem diminuindo (chegamos a ter mais de 100 colaboradores e hoje contamos com apenas 37 e uma demanda quatro vezes maior), apesar de estarmos informatizados, temos dificuldades em conseguir prestar um atendimento merecido pelos Procons municipais, até porque a nossa estrutura está ligada diretamente e toda focada no atendimento. Para vocês terem uma idéia, falando em números, somente no segundo semestre de 2007 nós tivemos uma alta de 203% no número de atendimento, mesmo com a criação do Procon da Capital, que absorveu muitos desses atendimentos.

Creio que nós devemos fortalecer os Procons da região, o Procon de São José, que já assinou convênio para o sistema, o Procon de Palhoça, que eu acho que também temos que dar atenção, o Procon de Biguaçu, e depois temos que começar a dar esse apoio merecido ao pessoal dos Procons municipais. Para o transcorrer deste ano temos algumas programações: já trouxemos a Escola Nacional de Defesa do Consumidor e vamos trazê-la novamente, estamos batalhando para isso; teremos alguns cursos de treinamento, no caso da ANS, enfim, teremos uma fiscalização ativa apesar de também ser pequena. Mas mesmo com todas as dificuldades, no ano passado houve um reconhecimento, recebemos um prêmio pela qualidade, pela conformidade no combate à adulteração dos combustíveis, num convênio com o Comitê Sul Brasileiro de Qualidade, em que ultrapassamos mais de trezentos postos fiscalizados.

Então, são números que demonstram um trabalho realizado. É pouco, acho que temos que avançar muito, mas temos, sim, o que comemorar, não resta nenhuma dúvida.

Agradeço a todos. Obrigado. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (deputada Ada De Luca) - Gostaríamos, neste instante, de ouvir o doutor Francisco Alexandro Von Decastille, superintendente do Ministério da Agricultura em Santa Catarina, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. FRANCISCO ALEXANDRO VON DECASTILLE - Boa-tarde a todos. Cumprimento a deputada Ada De Luca e também os outros componentes da mesa já anteriormente citados.

Eu sou superintendente federal de Agricultura em Santa Catarina, que é um órgão que representa o Ministério da Agricultura nos Estados. Então nós temos 27 superintendências federais, uma em cada Unidade da Federação - 26 Estados mais o Distrito Federal. Aqui em Santa Catarina nós implementamos as políticas determinadas pelo Ministério da Agricultura.

Como sugestão de pauta que me foi apresentada, solicitaram que eu me manifestasse nesta audiência pública sobre as pré-embalagens de carnes. Portanto, farei uma introdução para apresentar, de certa forma, como se estrutura o Ministério da Agricultura e depois entro nesse assunto específico.

O Ministério, em nível de Brasília, em nível central, na sede, tem várias secretarias nacionais. A que está mais afeta a esse assunto de fiscalização de produtos é a SDA, a Secretaria de Defesa Agropecuária.

No nosso caso, o serviço técnico relacionado a isso dentro da Superintendência é o Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Agropecuária (Sipag), que lida especificamente com o Sistema SIF, que todo mundo conhece (é um selo já bastante conhecido); com a inspeção de bebidas, cuja fiscalização é de responsabilidade do Ministério da Agricultura, com exceção da água mineral, que passa a ser obrigação do Ministério das Minas e Energia por conta da lavra; e também da classificação vegetal. Ou seja, o Sipag também é responsável por essa classificação, na qual produtos como arroz, feijão, farinha são enquadrados em tipo, permitindo que o consumidor escolha um produto de uma qualidade superior. Por exemplo, um arroz tipo 1 é superior a um arroz tipo 2, ou tipo 3, ou abaixo do padrão, nesse caso permitindo que o consumidor tenha essa possibilidade de cotejar a qualidade do produto que ele está comprando pelo preço que está pagando.

Além da fiscalização desses produtos de origem agropecuária, também fiscalizamos insumos, ou seja, tudo que é utilizado na produção desses produtos: fertilizantes, sementes, agrotóxicos, e também os insumos utilizados na produção animal, como material genético animal, vacinas e os próprios medicamentos utilizados na agropecuária.

Além disso, temos um outro serviço que é o Sedesa, o Serviço de Defesa Sanitária Agropecuária, que em todo o Brasil cuida das enfermidades, das pragas e doenças que podem ocorrer - praga é o termo genérico para vegetais e doença o termo para animais. Sobre isso, Santa Catarina é um Estado que tem uma posição diferenciada em relação ao plano nacional: é o único Estado livre da febre aftosa sem vacinação; é o Estado que tem a melhor avaliação dentro do Programa Nacional de Sanidade Avícola, que cuida de toda a parte da sanidade do nosso rebanho de aves - somos o segundo maior produtor nacional e o maior exportador de aves processadas.

Nesse aspecto, dentro do Sistema SIF, a gente conta com o nosso pessoal que trabalha em contato estreito com as indústrias. Em estabelecimentos em que há abate de animais, existe a inspeção permanente, ou seja, o nosso pessoal acompanha a realização da inspeção antes do abate dos animais, para verificar a sua condição sanitária, e o processamento desse produto. Então se faz a inspeção *ante mortem*, ao acompanhamento do processamento, e o *post mortem*. Nesse processo produtivo que é acompanhado pelo Ministério da Agricultura estão definidos os procedimentos e todo o processo de fabricação dos vários produtos que são elaborados nessa planta; o acompanhamento das condições de higiene operacional, de temperaturas, que devem ser respeitadas, e dos produtos que são juntados ao processo produtivo, como, por exemplo, embutidos, e existem limites para a adição de amidos, conservantes, sal e dos mais diferentes produtos. Tudo isso é descrito num processo produtivo que é acompanhado pelo nosso pessoal.

O nosso pessoal consiste, para essa área técnica, nos fiscais federais agropecuários, que são profissionais de nível superior (engenheiros agrônomos, médicos veterinários, zootecnistas, farmacêuticos e bioquímicos) que cuidam dessa área e contam com o auxílio de agentes de inspeção e de agentes de atividade agropecuária, que são profissionais de nível médio, e ainda temos os auxiliares operacionais em agropecuária, que também são da área técnica. Então, temos um corpo técnico e administrativo em torno de 370 pessoas no Estado, sendo que mais da metade desse pessoal está realmente na inspeção, trabalhando nos frigoríficos.

Com relação ao tema proposto, fizemos um levantamento na nossa área técnica correspondente e verificamos essa questão da pré-embalagem dos cortes de carnes. Na verdade, temos a Portaria 304, de 22 de abril de 1996, que determina que os estabelecimentos que produzem os cortes de carne bovina e bubalina têm que seguir um padrão de qualidade e devem realizar e embalar esses cortes previamente - esses cortes são padronizados e devem ser perfeitamente identificados. O Ministério da Agricultura, quando aprova dentro do Sistema SIF esse processo produtivo, também aprova a rotulagem desses produtos. Então, essa rotulagem tem de estar de acordo com o que dispõe essa portaria.

Os estabelecimentos que dentro do Sistema SIF têm permissão para trabalhar com esses produtos são aqueles diretamente vinculados ao Sistema, cuja adesão é voluntária, ou seja, um frigorífico, ao querer entrar no Sistema SIF, tem que se manifestar nesse sentido e precisa, então, ter o seu processo produtivo aprovado. É registrado o seu estabelecimento através da análise da sua planta, do fluxo de processamento, e depois os vários produtos que a partir daí são produzidos também têm cada um o seu registro no Sistema SIF.

A base legal que nos ampara é o Riispoa, o Regulamento de Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal. É um regulamento já um pouco idoso, ele é de 1952, mas vem sendo atualizado com base em normas, como instruções normativas ou portarias, adaptando-o à necessidade atual, à necessidade contemporânea. Além disso, neste momento está sendo debatida uma atualização para o Riispoa - nós temos um grupo de trabalho que teve sua atuação prorrogada por mais noventa dias. Então o nosso pessoal na área de inspeção de produtos de origem animal está elaborando uma minuta de regulamento, que deverá ser colocada em consulta pública para que a sociedade tenha condições de também adicionar suas sugestões a fim de que o novo regulamento atenda aos reclamos de toda a sociedade.

Quando a gente fala em produtos de origem animal, o leque é bastante amplo, porque nós estamos lidando com carnes, e aí listamos carnes bovina e bubalina, carne suína, carne de aves e ovos. Depois temos outras inspeções que são feitas na área de pescados e todos os produtos da aquicultura e temos uma área mais específica também, que é a de leite e mel.

São mais ou menos essas divisões que ocorrem em nível de Brasília, cada uma cuidando de uma área de inspeção. Aqui no Estado essa estrutura é um pouco mais enxuta, não temos uma grande divisão, de certa forma os nossos fiscais são polivalentes.

A Lei 7.889, de 1989, determinou que pode haver a delegação desses serviços de inspeção para os Estados e também para os municípios, desde que assim eles o requeiram junto à inspeção federal. Então, aqui no Estado nós temos a Cidasc, a Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina, que tem um corpo técnico que administra o SIE - Sistema de Inspeção Estadual -, e vários municípios têm o Sistema de Inspeção Municipal, o SIM. A limitação desses serviços é que quem tem inspeção municipal só pode vender a sua produção no âmbito do município, e a estadual permite que essa produção seja comercializada dentro das divisões do Estado. O comerciante, o industrial que pretender vender a sua produção em todo o País ou queira exportar, obrigatoriamente se vincula ao SIF.

Com relação à Portaria 304, que determina que temos que vender no varejo a carne desossada e rotulada, é uma portaria que fixa diretrizes para um programa de modernização da comercialização da pecuária de corte brasileira. Essa portaria é de 1996 e foi assinada pelo então ministro da Agricultura Andrade Vieira, e começou por algumas cidades, como Porto Alegre e São Paulo, depois passou para a Grande Curitiba e, atualmente, já está difundida em todo o País.

Qual é o foco do Ministério da Agricultura em um momento como este? É garantir a rastreabilidade, ou seja, a origem dessa carne que está sendo posta no mercado, que tenhamos condições de saber a origem dela, e, ao mesmo tempo, existem algumas normas simples de higiene e de temperatura que devem ser observadas.

A Portaria determinou que a temperatura máxima dessa carne deve chegar a 7 graus centígrados. O que isso determina? Que a produção desse produto dá-se numa sala de desossa com baixa temperatura, e essa baixa temperatura permite uma melhor conservação desse produto.

O nosso objetivo, dentro da fiscalização, é garantir a qualidade e a inocuidade desses produtos. Quando essas condições são garantidas pela inspeção, nós acompanhamos a qualidade. O próprio industrial também é responsável pelo produto que põe no comércio, e nós certificamos esse produto ao acompanharmos os registros que fazem parte dessa produção. Ou seja, nós temos os registros de temperatura, temos os registros da entrada de insumos na indústria e temos os registros da saída desse produto.

Eu estou me estendendo um pouco aqui e vou ficar à disposição para que, caso haja interesse, a gente possa falar mais um pouco.

Na verdade, os nossos laboratórios também trabalham nesse aspecto. Inclusive temos um trabalho muito interessante com o Ministério Público no que se refere à qualidade de produtos, como água no frango, como glaze no pescado. Estamos trabalhando junto com o Ministério Público e com o Inmetro na adoção de metodologias que possam evitar dano ao consumidor por fraude ou eventual mau uso de tecnologias que visam permitir a conservação do produto.

Obrigado. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (deputada Ada De Luca) - Obrigada.

Agora, para encerrar a nossa mesa, nada melhor que uma mulher. Então, passo a palavra para a doutora Raquel Ribeiro Bittencourt, diretora da Vigilância Sanitária de Santa Catarina, por dez minutos.

A SRA. RAQUEL RIBEIRO BITTENCOURT - Eu trouxe alguns slides, até para fazer uma apresentação rápida do objeto da Vigilância Sanitária e apresentar alguns dados de dois programas especiais, que são o Monitoramento da Propaganda e o programa Educavisa, que visa a educação e a orientação de crianças, no sentido de vigiar a questão da propaganda.

Mas antes eu gostaria de dizer que em 2008 a Vigilância Sanitária no Brasil comemora duzentos anos de existência. A partir do momento em que a família real portuguesa se instalou aqui e abriu os portos brasileiros para o comércio, a Vigilância Sanitária começou, efetivamente, a monitorar alimentos - não que não o fizesse antes, mas fazia num outro contexto e sem um aval tão forte do Estado, como se deu a partir da abertura dos portos em 1808.

Também, enquanto o doutor Francisco falava da carne, eu comecei a me lembrar que os grandes países, os países que se destacaram na navegação, entre eles Portugal, o fizeram em busca de alimentos e especiarias que mascarassem o sabor da carne podre e o odor da carne estragada, que era o que se tinha para comer na época, e daí o incremento da navegação.

(*Procede-se à exibição de imagens.*)

Rapidamente eu exponho aí o conceito ou a definição da Vigilância na Lei 8080, que é a nossa Lei Orgânica do Sistema Único de Saúde - e aqui eu faço um parêntese para dizer que a Vigilância Sanitária é a parte invisível do SUS. Quando os conselhos de saúde, a política de um modo geral enfoca a assistência e esquece de dizer e de fazer referência a esta área da saúde pública, a Vigilância Sanitária, que é 100% atribuição do Estado e 100% financiada com recursos públicos, tem a função de diminuir e prevenir os riscos à saúde, que vem do consumo de produtos e serviços.

O professor Geraldo Lucchesi diz que a Vigilância Sanitária é a área da saúde pública que gerencia riscos e ameaças à saúde. E nós identificamos que os riscos e ameaças à saúde vão-se incrementando quanto mais vai se sofisticando o nosso consumo. Quanto mais novos produtos e tecnologias são colocados à disposição da população para diversas finalidades, maior o trabalho da Vigilância para gerenciar esses riscos, ou seja, estabelecer limites toleráveis para que não haja prejuízo à saúde de quem consome.

Aí (*aponta para a imagem*) é uma ilustração que normalmente nós usamos para apresentar a Vigilância - e sinceramente faltou espaço para colocar todas as áreas. Trabalhamos no monitoramento de propaganda de medicamentos e produtos para a saúde; produção e comércio de alimentos; o trabalho que a Agricultura faz na área de alimentos de origem animal, da produção até a chegada ao comércio. Do comércio e o pós-consumo somos nós que trabalhamos fazendo a investigação de surtos por intoxicação e a verificação do comércio adequado, respeitando, como no caso da carne, as temperaturas para que a carne esteja exposta para o consumidor com segurança.

Monitoramos a água para consumo humano; serviços de interesse à saúde, como, por exemplo, salão de beleza, academias de ginástica, todos os produtos de limpeza, cosméticos, a parte de portos, aeroportos e fronteiras, que é uma atribuição federal da Vigilância, não é a Vigilância do Estado que faz. Ambientes coletivos climatizados, como este, por exemplo, também é alvo de fiscalização da Vigilância.

Essa (*aponta para a imagem*) é uma colocação que nós fazemos e mostra que as primeiras ações de controle sanitário não aconteceram instituídas pelo modo de produção, ou seja, não vieram com a revolução industrial, foi muito antes.

Quando a humanidade começou a se organizar em vilas, vilarejos, cidades, aldeias, de forma agrupada, a propagação de doenças, a qualidade da água consumida, o alimento produzido já era uma preocupação dos líderes e governantes, de modo que as primeiras ações de controle sanitário visam à proteção da saúde coletiva, e sempre como uma função do Poder Público.

Todas as atividades reguladas pela Vigilância, ou seja, aquelas que nós colocamos normas, limites, dizemos como tem que ser a rotulagem, a apresentação, visam conter riscos. E quase todas elas trabalham com esses três riscos simultaneamente: o risco ao meio ambiente, quando a produção, por exemplo, envasamento da água mineral, pode reproduzir resíduos que venham a prejudicar o meio ambiente e expor aquela população vizinha a riscos ambientais; o risco ao consumidor de produtos ou de serviços; e o risco ao trabalhador, aquele que está lá na linha de produção. Hoje também essa é uma atribuição da Vigilância Sanitária aqui no Estado de Santa Catarina, quando nós verificamos as condições de ambiente de trabalho, conforto térmico, ergométrico, auditivo, exposição a produtos tóxicos, segurança do trabalhador. Então, esses três riscos, de um modo geral, são riscos regulados pela Vigilância.

Aqui (*aponta para a imagem*) eu salientei dois programas, mas vou me referir também rapidamente a outros. O programa de Monitorização de Propaganda começou com a criação da Agência Nacional de Vigilância, que foi criada em 1999. Para toda a área da saúde esse é um marco de visor, o antes e o depois da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

No Estado nós não somos agência, somos uma diretoria. E a Anvisa trouxe respeitabilidade e credibilidade à Vigilância Sanitária, começando pela estabilidade de seus diretores. Antes de existir a agência, havia a Secretaria Nacional, e tivemos anos em que havia mais de seis secretários nacionais de vigilância sanitária, além, obviamente, do saber técnico e a segurança técnica para estabelecer normas e segurança a todos nós consumidores.

O programa de Monitorização de Propaganda - eu trago aqui dados de 2007 - é um trabalho cooperado com vigilâncias estaduais e universidades no País todo. E só em 2007 foram monitorados 602 exemplares de 22 revistas de circulação semanal, quinzenal e mensal, e 3.285 exemplares de jornais (nove jornais impressos). O que a gente olha? A propaganda, a propaganda enganosa.

Outro dia eu fui comprar um colchão de mola, de cama box, e o vendedor dizia a mim e ao meu marido que além das vantagens da mola, do conforto, aquele colchão era revestido com *Aloe vera*, o qual produzía um rejuvenescimento e curava diversas doenças. Ai o meu marido me olhou e disse: "Tu não vai dizer nada?" (r) E eu disse: "Olha, moço, você não pode falar isso. A empresa fabricante diz isso?" E ele: "Diz. Tem uns folhetos aqui." E eu falei: "De-me esses folhetos." E ele: "Não posso". Quer dizer, isso é uma mentira deslavada, tanto é que eu já tenho o colchão há um ano e não rejuvenesci (r). Melhorou minha coluna, mas não rejuvenesci. Eu queria que fosse verdade.

De 2002 a 2007, quando começamos a monitorar propaganda - isso em termos nacionais - foram lavrados 4.260 autos de infração, de notificação, e 24 milhões e 797 mil reais de multas aplicadas. Uma média de 3 milhões de reais de multa ao ano. E o pessoal paga. Essas taxas e multas que a agência recolhe, ela divide depois com o Estado parte do recurso que nos financia. Cerca de cinquenta e uma campanhas publicitárias foram suspensas no período de 2002 a 2007, de todos os veículos de comunicação, inclusive da Internet, que é o meio mais difícil de monitorar, porque você suspende um site e daqui a pouco ele aparece com outro nome. Mas há uma monitoração intensa - e em algumas atividades nós fazemos o monitoramento junto com a Polícia Federal, como, por exemplo, na venda de substâncias entorpecentes, anabolizantes de uso animal, que a garotada gosta de usar e não sabe que está a caminho da morte com isso.

Bom, aqui, são citados os nove jornais, desde o Correio Braziliense, o jornal O Globo, que são jornais de circulação nacional; as revistas quinzenais, mensais e semanais, essas revistas femininas e as revistas de grandes reportagens nacionais - olhamos os encartes, as pequenas propagandas.

Antes de falar do projeto Educavisa, aqui no Estado de Santa Catarina nós monitoramos também, através da Universidade Federal de Santa Catarina, numa parceria com a Agência Nacional, as propagandas em rádio - as peças publicitárias são retiradas tão logo seja constatado o engano que está sendo veiculado; também os folhetos de propaganda que recebemos na rua, nos balcões de farmácias, principalmente farmácias, nos encartes que colocam nos jornais, quando fazem a propaganda também de descontos que não são possíveis de serem aplicados para medicamentos produzidos dentro do rigor da norma sanitária, no qual a gente pega muitas vezes carga roubada, medicamento falsificado; e o engano também naquilo que se atribui a sua finalidade.

O Projeto Educavisa iniciou no ano passado e tem como objetivo desenvolver estratégias de educação e comunicação com as crianças e os jovens que estão em idade escolar, principalmente no ensino médio. Discute-se principalmente o uso correto de medicamentos e produtos sujeitos à vigilância sanitária, de que maneira a propaganda influencia o consumo e provoca o uso abusivo de medicamentos, o uso errôneo.

Como eu disse, a população-alvo são professores e alunos. Os professores recebem uma capacitação para trabalhar com os alunos, um material muito bonito, muito bem elaborado. E Florianópolis é uma das cidades que participa desse projeto. Aqui em Santa Catarina temos em Florianópolis dois colégios que participam, um em São José, dois em Palhoça e um em Santo Amaro.

Quando ingressamos no programa nós optamos por trabalhar aqui com a macrorregião à medida que a Anvisa também tinha capacidade de oferecer o treinamento aos professores.

Os conteúdos abordados vão desde os conceitos do que vem a ser esses produtos sujeitos à vigilância e ações de promoção da saúde. Os resultados são muito interessantes porque as crianças levam para casa. Elas são muito críticas, observadoras e produzem, a partir desse trabalho, peças de teatro, simulação de situações, no qual vão incorporando esses conceitos - e certamente vão ser cidadãos mais críticos.

Aqui (aponta para a imagem) está o material do Educavisa: tem agenda, camiseta, uma bolsa, penal, CD. Um material bonito, de qualidade, com visual muito interessante que marca o trabalho. Os alunos e professores receberam esse material.

Bom, aqui se fala dos resultados.

Antes de finalizar, quero dizer que também salientei esses dois programas, que são de âmbito nacional, porém nem todos os Estados estão envolvidos, o nosso é um dos Estados usados, que mesmo com uma equipe reduzida encara desafios, pois entendemos que através da propaganda, por incrível que pareça, as pessoas caem, compram gato por lebre, compram medicamentos que prometem muitas coisas e não fazem nada.

Nós também monitoramos a presença de antibióticos na carne de frango, no qual verificamos a resistência das bactérias que vão se desenvolvendo a partir da presença de antibiótico; monitoramos a qualidade do leite, num programa chamado Panvet (Programa de Avaliação de Resíduos de Medicamentos Veterinários em Alimentos), que também é resíduo de antibiótico no leite, e até agora nosso leite está o.k. neste aspecto.

Monitoramos a farinha de mandioca, que é altamente consumida no litoral, e fazemos exames laboratoriais. Um parceiro que é indissociável da Vigilância Sanitária é o Laboratório de Saúde Pública, que faz essas análises e subsidia as ações que vamos tomar, se é tirar de circulação o produto, multar, interditar, enfim.

Monitoramos também, junto com o Ministério Público, um trabalho iniciado na gestão do doutor Fábio Trajano, os produtos de origem animal. Fizemos um trabalho conjunto com a Cidasc, o Ministério Público, no qual há dois anos fechamos mais de 80 matadouros, abatedouros de animais de fundo de quintal, que eram um terror e colcavam a carne clandestina em circulação.

O programa chamado Proveme (Programa Nacional de Verificação da Qualidade de Medicamentos), que é um programa de vigilância de medicamentos, da qualidade, tanto da rotulagem quanto do teor propriamente do medicamento. São vários os programas de monitoramento.

Tem um programa, que dentro em breve estaremos divulgando os resultados, que se chama Para (Programa de Análise de Resíduos Agrotóxicos em Alimentos), que certamente nos deixará preocupados, porque temos encontrado, em produtos que constantemente estão em nossas mesas, desde frutas como mamão, banana, tomate, batata, cenoura, morango e outros que vão ingressar este ano, resíduos de agrotóxico acima do tolerável, dos limites permitidos; resíduos de agrotóxicos não permitidos para cultura de alimento, como para tratamento de madeira, por exemplo: resíduos de agrotóxicos que são proibidos no Brasil e que estão entrando por contrabando.

E quando a gente pega um produto que está com resíduo de agrotóxico dessa forma, fazemos o caminho contrário e vamos encontrar um agricultor exposto que certamente não usou nenhum equipamento de proteção, que não foi orientado para usar esse produto. Encontramos uma área de meio ambiente também danificada com resíduos de agrotóxicos em córregos, em solo, em embalagens que não têm destino adequado.

Então, puxando o fio da meada a gente vai encontrando problemas, o que chega à nossa mesa é uma consequência. E às vezes há falha de vigilância na entrada de produtos clandestinos no Brasil.

Coloco aqui o nosso endereço à disposição de todos, nosso site e e-mail, e também dentro em breve estaremos divulgando o número da ouvidoria, que está nessa cartilha que os senhores receberam. A ouvidoria é conjunta com a Secretaria de Estado da Saúde e o Sistema Único de Saúde; ela já está funcionando, mas está sendo reestruturada para melhor.

Finalizando mesmo, na cartilha contamos a história da adequação do Mercado Público de Florianópolis. Leia, está muito interessante. Nós resolvemos colocar porque um dia um colega mais antigo na Vigilância contou-me essa história fantástica, assustadora para quem consumia antes da adequação, e eu disse: "Fernando, essa história é muito interessante e temos que registrar". E aí a gente conta na cartilha, é muito curioso como tudo aconteceu e como demorou ter as condições sanitárias adequadas.

Muito obrigada. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (deputada Ada De Luca) - Bom, antes de passar a palavra para a platéia (quem quiser fazer questionamento a um dos técnicos é só se inscrever), eu gostaria de falar para o doutor Francisco e mesmo para a Raquel, enfim, para todos vocês aqui na mesa, mais a título ilustrativo, que há uns vinte dias cheguei em casa, tipo umas dez horas da noite, e falei: "Amanhã não quero carne, quero frango". Fui ao congelador, puxei um frango e deixei descongelando para a empregada temperar no outro dia. Tal foi a minha surpresa pela manhã ao olhar o frango - estava um daqueles dias quentes. Será que não estragou? Porque não coloquei na geladeira, deixei em cima da pia e fui dormir -, pois tinha mais de um copo e meio de água. Eu pensei: "Meu Deus, como somos enganados."

Esta semana, se não me engano, no Diário Catarinense também tinha outra senhora reclamando. Fui fazer a reclamação, mas no corre-corre da vida, no agito, liguei para o Procon, que perguntou a marca e eu não me lembrava, pois o saco tinha ido para o lixo e eu só tinha aquele frango. Certo, fica para a próxima, pois tenho certeza que não será tomada providência tão rápida, porque sei o regime de lobby, isso, aquilo e aquele outro, como é que é.

Aí, vem o negócio de frutas e agrotóxicos. Estava na casa da minha filha, que mora fora do Brasil, e eu falei: "Que coisa cheirosa, minha filha. O que estás cozinhando?" Ela respondeu: "Cenoura, mãe". Eu fui comer cenoura com gosto de cenoura que eu comia quando tinha 6 anos, 7 anos de idade. A nossa não tem mais gosto de cenoura. Aquela cenoura gostosa, com gosto de cenoura. Quem comeu na infância sabe qual é o gosto, porque hoje em dia não tem.

Então, creio que realmente temos que agir rapidamente, inclusive exigir com mais bravura que as leis realmente sejam assumidas, que a Vigilância faça a sua vigilância dura e rispida, porque nós caminhamos para isso. Imaginem os nossos filhos, os nossos netos!

Agora a palavra está livre. Quem quiser se inscrever para algum questionamento, a secretária Cláudia anotarã.

Concedo a palavra à doutora Elizabete Baesso.

A SRA. ELIZABETE BAESSO - Boa-tarde a todos, boa-tarde à presidente da Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, deputada Ada De Luca, a quem parabeno por esta iniciativa.

Quero parabenizar a doutora Raquel pela explanação do trabalho maravilhoso da Vigilância, que tem anos à frente da vigilância; o doutor Francisco, do Ministério da Agricultura; o Sidinei Parisotto, do Procon; e o doutor Fábio Trajano.

Quero aqui registrar a presença dos meus amigos de Procon, o Elcio, que começamos essa luta desde 1988, nós somos antes do Código, somos aC, e o pessoal que está vindo aí é dC (depois do Código); o pessoal de Balneário Camboriú; o pessoal de Itapema; de São Miguel do Oeste.

Presidente, parabéns para ele, mas todos que vieram aqui da defesa do consumidor são heróicos. É uma cachaça, é uma luta e é uma grande paixão a defesa do consumidor.

O nosso amigo Sérgio, há mais de quinze anos no Inmetro também está nessa luta; o doutor Paulo Tagliari, do Comitê de Defesa do Consumidor Organizado, uma entidade civil criada na época em que fui gerente do Procon - demos toda a orientação; o pessoal de São Bento do Sul. Acabou de chegar uma comitiva de Blumenau. O Maikon, do Procon de Florianópolis, que é o mais recente na defesa do consumidor, é o mais menino.

Então, estou aqui para fazer algumas colocações em homenagem aos dezessete anos do Código de Defesa do Consumidor. Dezessete anos de luta para nós que fomos às ruas colher assinaturas para o abaixo-assinado, para encaminhar ao Congresso Nacional a fim de que se aprovasse o Código. Imagina, abaixo-assinado para aprovar o Código! Eu sou da turma que foi às ruas para o abaixo-assinado. Hoje já temos dezessete anos do Código.

Temos no nosso Estado 293 municípios, e foi colocado aqui que temos 42 Procons municipais. Nós não temos nem 20%. Sabe, presidente, nem 20% nós temos de Procons municipais.

Nós temos que comemorar? O doutor Sidinei disse que temos. Temos, sim, que comemorar a existência da lei, nós temos que comemorar a criação da Escola Nacional de Defesa do Consumidor, mas nós regredimos!

O próprio doutor Sidinei colocou que tivemos Procon estadual com mais de cem funcionários - e nós fomos referência nacional. Santa Catarina foi referência nacional na defesa do consumidor juntamente com o Estado de São Paulo, que foi um dos grandes precursores na história deste País na defesa do consumidor. Eu acho que aí nós não temos o que comemorar, porque temos um Procon com quase quarenta funcionários.

Nós temos dezessete anos de Código. Nós não temos o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, não é doutor Fábio? Nós não temos o fundo e não temos a criação do Procon. Nós temos uma lei de 1988, que criou um programa estadual de proteção ao consumidor antes do Código. Então, nós não temos uma lei que criou um Procon. Eu tenho certeza que os municipais aqui todos foram criados por leis municipais. O nosso estadual ainda é um programa.

Como colocou o nosso secretário de Justiça, nós devemos nos unir, os Procons, os movimentos todos, para nós fazermos movimento sobre ações que atinjam toda a comunidade, toda a coletividade.

Eu quero deixar um desafio: vamos nos unir, vamos unir esses procons que estão aqui, outros que não puderam vir e os movimentos de defesa do consumidor, e realmente fazer um movimento. Mas vamos fazer um movimento pelo fortalecimento da defesa do consumidor, não um movimento para brigar por cartão de crédito. Vamos fazer um movimento pelo fortalecimento, fazer um movimento pela criação do sistema estadual de defesa de consumidor. Vamos criar um conselho estadual de defesa do consumidor, vamos ter uma lei que crie o Procon estadual, vamos fortalecer esse sistema. Se nós não fortalecermos esses 42 Procons municipais que temos ainda, eles vão deixar de existir também.

Sabe, doutor Fábio, eu levanto a sua bandeira. Eu estou do seu lado e gostaria que todos levantassem essa bandeira, que nós tivéssemos essa união, que pudéssemos realmente nos unir e chegássemos a ter 30%, 40%, 50% de Procons neste Estado. É muito pouco. Se não temos nem 20%, nós temos 15%, que força que temos para fortalecer um sistema estadual?

Eu gostaria de pedir o engajamento da presidente da Comissão, a deputada Ada De Luca, que compre essa briga conosco, de nós implantarmos o sistema estadual de defesa de consumidor, o conselho estadual e a criação de um Procon estadual, como nós fomos e como o tivemos como referência.

Falou-se aqui também que deve estar no Executivo uma lei privilegiando a questão do fundo. Com tudo o que foi falado aqui, se nós que somos da área não temos conhecimento, como foi feito isso? Como isso está na mão do Executivo? Quem fez? Se nós, que trabalhamos com a defesa do consumidor, temos a informação que deve estar com o governador, no Executivo um projeto de criação do fundo do sistema, do conselho, quem fez? Quem discutiu? Alguém participou aqui? (pausa) Ninguém participou. Vem de cima. Quais são as necessidades? Isso não teria que ter sido discutido conosco? Isso não deveria estar vindo para cá, para este público ver a necessidade, o que nós buscamos?

Então, quero deixar registrado o meu engajo com o doutor Fábio, o meu engajo com as demais pessoas que querem, os demais guerreiros, lutadores e heróicos dessa área; deixar registrado a nossa solicitação aqui nesta audiência pública, deputada, como presidente, para que tenhamos todos esses instrumentos no nosso Estado, um Estado que há quase vinte anos foi uma das grandes referências nacionais na área de defesa do consumidor.

Muito obrigada. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (deputada Ada de Luca) - Concedo a palavra ao doutor Paulo Tagliari.

O SR. PAULO TAGLIARI - Boa-tarde a todos.

Inicialmente eu gostaria de fazer um profundo agradecimento à doutora Elizabete do convite para esta plenária, porque foi ela quem deu apoio ao Comitê de Defesa do Consumidor, uma ONG que surgiu em Florianópolis no início dos anos 1990, quando iniciamos uma luta em prol dos abusos de preço. Era uma época, todos se recordam antes do Plano Real, em que os consumidores se sentiam esmagados pelos constantes aumentos de preço dos alimentos, das roupas, enfim, das taxas, dos serviços. E com a criação do Comitê, nós tivemos o apoio muito forte da doutora Elizabete, quando era a diretora do Procon - e formamos, em nível nacional, o Fórum das Entidades Cívicas de Defesa do Consumidor, no qual o Idec tem coordenado o fórum, em nível nacional.

Agradeço também à deputada e aos demais presentes, o doutor Trajano, o doutor Francisco, a diretora da Vigilância Estadual, doutora Raquel, e o diretor do Procon.

Gostaria de informar também que possuo a função, em nível estadual, de coordenador estadual do projeto de produção orgânica de alimentos da Epagri.

E quando a doutora Raquel falou da contaminação dos alimentos, eu me lembrei de uns poucos anos atrás, quando a minha filha nasceu e com poucos meses de idade a minha esposa começou a trocar as fraldas da Nanda umas dez a doze vezes por dia, e eu perguntei para ela: "Mas o que está acontecendo, Jane?" E ela respondeu: "Eu estou passando Hipoglós no popô dela toda hora porque tem assadura, ela não pára de ter assadura." Aí eu fui verificar o que estava acontecendo, perguntei o que ela estava dando de alimentação, e ela me contou que estava dando mamão papaia diariamente, porque a minha filha gostava muito.

Acontece que o mamão papaia vem do Nordeste e leva em torno de um a dois dias de viagem, às vezes até mais quando ele pára no Rio ou em São Paulo, e chega aqui extremamente bonito, saudável, pelo menos à vista, mas vem com uma carga de fungicidas violenta. E as crianças, até um ano de idade, não têm o metabolismo resistente a compostos químicos, a estabilizantes, a espessantes, a corantes, que hoje os alimentos de bebês e de crianças... Então, crianças até um ano de idade não têm essa resistência. Resultado: assaduras. Cada indivíduo tem uma forma de expressar uma reação a um determinado produto, e para essa criança era a forma.

Cortei imediatamente o mamão papaia, nunca mais comemos esse mamão em casa, o máximo que comemos, eventualmente, é o mamão maior, e de preferência local.

Para vocês terem uma idéia, os tomates convencionais recebem em torno de quarenta pulverizações de agrotóxicos por safra; a batata, em torno de trinta pulverizações de agrotóxicos, contando inseticidas, fungicidas, herbicidas, acaricidas; a cebola, da mesma forma; a cenoura começou a receber antibióticos, isso nunca ocorria. Mas para manter aquela forma bonita, para agüentar o peso na caixa, ela recebe antibióticos, o doutor Francisco sabe disso. Então, esse programa Para, da Anvisa, é de extrema importância.

Atualmente existe um programa que foi iniciado no ano passado, com a participação importante do Ministério da Agricultura, chama-se SC Orgânicos, que envolve o Ministério da Agricultura, o Ministério do Desenvolvimento Agrário, o Sebrae, a Epagri, a Cidasc, as prefeituras municipais e as SDRs. Então, esse programa SC Orgânicos não tem por objetivo combater o agrotóxico imediatamente, mas substituí-lo pelo alimento saudável, o alimento agroecológico, o alimento orgânico.

Então, esse programa, o SC Orgânicos, objetiva isso: não combater o agrotóxico imediatamente, mas substituí-lo pelo alimento saudável, o alimento agroecológico, o alimento orgânico.

Essa foi uma pequena introdução, porque vim aqui com o objetivo de fazer uma denúncia.

Nós, o Deconor, juntamente com a Associação das Donas de Casa de Tubarão, a dona Reneuza (estamos convidando, também, a doutora Elizabete), estamos pleiteando com a Anatel a liberação de identificador de chamadas gratuito, ou bina, para todos os consumidores, independentemente de serem pobres ou ricos. O telefone fixo virou um serviço de risco, o consumidor está sendo ameaçado todos os dias. Problemas sérios de saúde e até mortes têm ocorrido pelo susto causado por essas ligações, que, normalmente, vêm de presidiários ou pessoas mal-intencionadas. Inclusive na semana passada um senhor de Indaial faleceu depois de receber um telefonema dizendo que a sua filha tinha sido seqüestrada, e eu tenho uma parenta que está à base de tranquilizantes porque recebeu uma chamada dessas.

É um direito nosso saber quem está ligando, mas isso não acontece hoje em dia!

Então, estamos nessa cruzada pedindo o apoio de todos, dos Procons municipais, de todas as lideranças, da Assembléia Legislativa, do doutor Trajano, da doutora Elizabete.

Mais uma vez, agradeço a todos por essa oportunidade.

Muito obrigado. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (deputada Ada De Luca) - Com a palavra a jornalista Patrícia Jacomel.

A SRA. PATRÍCIA JACOMEL - Boa-tarde.

Deputada, gostaria de aproveitar a oportunidade para fazer uma denúncia, uma reclamação, um relato ao doutor Trajano no que se refere à ação das financiadoras de veículos ou das empresas de cobrança que trabalham para essas financiadoras. É o seguinte: quando acontece um atraso no pagamento de uma prestação de financiamento de veículo, que seja de três dias, como ocorreu comigo, a empresa ou a própria financiadora (não sei dizer quem, porque por telefone eles dizem que é uma empresa de cobrança) passa a ligar insistentemente, duas, três, quatro, dez vezes por dia. No começo eles têm até um pouquinho de educação, mas rapidamente isso passa para grosseria, para ameaça, para coação, para não dizer coisas piores. A gente é obrigada a ouvir frases do tipo dessas que anotei para não esquecer: "você tem que dar um jeito", "o banco não vai esperar", "eu não sei como você vai pagar, mas você tem que resolver o problema", "vende essa lata velha e paga de uma vez". Inclusive, já ligaram para o local de trabalho do meu marido, para fazer outro tipo de pressão.

A empresa de cobrança ou a financiadora tem todos os meus dados, telefone, nome, sobrenome, CPF, mas eu não sei nem o nome da pessoa que está do outro lado da linha para poder fazer uma denúncia, até em uma delegacia de polícia, se for o caso.

Então, como consumidora, como vítima de uma atitude abusiva de uma financiadora ou de uma empresa de cobrança, como devo proceder, já que não tenho uma pessoa para denunciar ou a quem recorrer? Que atitude tomar, o que pode ser feito nesse sentido?

Obrigada. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (deputada Ada De Luca) - O senhor Fábio Trajano vai responder.

O SR. PROMOTOR FÁBIO TRAJANO - Bom, em relação à cobrança vexatória, não é a primeira reclamação na Promotoria de Defesa do Consumidor aqui em Florianópolis, já requisitamos a instauração de inquérito policial por um fato semelhante.

Isso é tipificado no Código de Defesa do Consumidor como crime. Então, estamos tratando de um crime. O consumidor, quando faz uma compra, um financiamento... Na verdade, hoje não se vendem automóveis, vendem-se juros. Facilitam sobremaneira para o consumidor adquirir um automóvel e ele acaba pagando duas, três, quatro, cinco vezes, mas quando atrasa uma prestação, há notícias de que são feitas cobranças vexatórias.

Esse é um crime previsto no artigo 71 do Código de Defesa do Consumidor. Então, o consumidor tem que tentar identificar o nome da pessoa; se conseguir, deve se cercar de testemunhas ou mesmo gravar o que está sendo dito na ligação para buscar uma indenização por dano moral contra a empresa.

Todos aqueles que forem vítimas, independentemente da identificação ou não do autor, devem fazer uma reclamação ao Órgão de Defesa do Consumidor, ao Procon, ao Ministério Público, ao promotor de Justiça da sua Comarca. Façam uma representação, porque se vocês não reclamarem, não lutarem para a preservação dos seus direitos, isso vai se repetir cada vez mais. No momento em que processarmos criminalmente um, dois, três, quando fizermos a prova ou, enfim, quando isso tiver consequência, com certeza essa prática vai cessar.

A SRA. PRESIDENTE (deputada Ada De Luca) - Com a palavra o senhor Alessandro Simas, do Procon de Brusque.

O SR. ALESSANDRO SIMAS - Boa-tarde.

Quero cumprimentar a deputada Ada De Luca, presidente desta Comissão; o meu amigo Sidinei, do Procon do Estado, guerreiro nas lutas difíceis em defesa do consumidor; o pessoal da Vigilância Sanitária e do Ministério da Agricultura; e o promotor Fábio Trajano, que desde os bancos acadêmicos ouvimos falar o seu nome, sempre que se falava em direito do consumidor lembrava-se de Fábio Trajano - parabéns pelo trabalho que o senhor executa aqui no nosso Estado à frente da Defesa do Consumidor.

Em relação ao Dia do Consumidor, realmente nós podemos dizer que houve grandes avanços no que diz respeito à defesa do consumidor, principalmente quando a gente vê uma pessoa dizer que foi bem atendida no Procon, que o seu problema foi resolvido. Há muito tempo brigamos por isso.

Eu gostaria de citar um exemplo importante que tivemos agora em Brusque com relação ao problema com a fila nos bancos, a famosa legislação. A Câmara de Vereadores pediu que fôssemos à Comissão de Constituição e Justiça para fazer algumas ponderações. Fomos lá e apenas o presidente da Comissão estava presente, mais ninguém.

Eu acho que o assunto é muito importante para ser tratado de forma simples. A gente está discutindo defesa do consumidor, e principalmente diante da hipossuficiência do Procon de Brusque de lutar, por exemplo, contra uma instituição financeira que hoje é uma das maiores arrecadoras, uma das maiores abocanhadoras da receita no País, acaba fazendo com que a gente sinta esse trabalho difícil, mas a gente vai fazer esse serviço...

Para que todos tenham conhecimento (eu até conversei com o Sidinei), depois de muito custo, de três anos de luta, nós vamos colocar a fiscalização realmente para trabalhar na cidade de Brusque. Isso é um grande avanço. Nós estamos nos adequando cada vez mais para melhor atender o consumidor.

E eu até gostaria de comentar em relação à última vez em que estivemos aqui, naquela audiência pública para tratar da telefonia, e dizer, na presença do doutor Fábio (até gostaria que ele fizesse uma colocação em relação a isso), que de lá para cá, nesse sentido de avanços, tivemos alguns em relação à telefonia móvel e em algumas situações teremos dificuldades ainda com as operadoras, mesmo com as normas, mas em relação à telefonia fixa, principalmente, tem uma série de problemas com a empresa Brasil Telecom.

Hoje, temos ainda aquela tarifação de minutos. E eu já falei naquela oportunidade ao representante da Anatel, que deveria ser o órgão fiscalizador, que para mim não faz absolutamente nada em relação à telefonia fixa, e ele ficou de nos dar uma resposta, mas estamos esperando desde o ano passado.

Gostaria que o senhor nos desse pelo menos uma orientação nesse sentido, se for possível. A partir do momento em que tivemos o plano básico da Anatel, de duzentos minutos... O consumidor paga um determinado preço por isso, certo? Ele pode optar por um plano alternativo que a empresa Brasil Telecom oferece - quatrocentos, seiscentos, oitocentos, mil, dois mil, três mil minutos -, só que se ele falar por quinze segundos nesse plano alternativo terá uma tarifa de complementação de quatro minutos, ou seja, vai falar durante quinze segundos e terá um desconto de quatro minutos da franquia que paga.

Eu acho que isso, grosso modo, é totalmente ilegal. Além disso, no plano básico nós temos a tarifação de dez centavos o minuto e no plano alternativo, esse que tem essa famigerada tarifa de complementação de chamada de quatro minutos, o minuto custa três centavos. Existe diferença, será, no custo do serviço prestado, de a pessoa pegar o telefone e ligar?

Outra situação que ocorre há sete anos, desde que estou no Procon de Brusque, que, acho, é o mais antigo de Santa Catarina, é de 1992: temos uma dificuldade com relação ao Ministério Público, porque sempre... A única vez que um promotor ligou para o Procon ele disse assim: "Meu colega, como é que está o Procon em Brusque? Eu estou a fim de trabalhar com vocês". Ele ligou para mim, eu marquei com ele na outra semana e ele saiu removido.

Infelizmente, a gente sabe que a questão administrativa existe, só que às vezes não temos esse amparo, fica essa dificuldade. Mas como já falei, os avanços existiram, a gente tem um índice de solução de demanda em Brusque de 78%, sem aplicar uma multa sequer. Então, se a gente tiver um pouco mais de força - a gente não vai ser perfeito, é claro -, vai poder atender melhor o consumidor.

Como disse a doutora Elizabete, precisamos nos unir. Neste dia importante, era para estar presentes todos os Procons, como foi na outra oportunidade. Por isso que a gente se desloca, o pessoal de São Miguel, de Brusque, porque é aqui que a gente tem a oportunidade de expor as nossas dificuldades, as nossas vitórias e as nossas principais reivindicações para as pessoas que podem nos auxiliar.

Para encerrar, eu gostaria de deixar essa dívida e solicitar, se fosse possível, algum esclarecimento nesse sentido.

Quero colocar o Procon de Brusque à disposição de todos em relação a reuniões que forem marcadas para tratar da legislação e tudo mais. Nós vamos estar sempre presentes, porque é nosso dever defender os direitos do cidadão brusquense, que confia em nós.

Hoje, as pessoas vão ao Procon por quê? Porque confiam no órgão. Poucas coisas funcionam como o Código de Defesa do Consumidor, e nós estamos aí para cumprir, e vamos cumprir sempre. (Palmas.)

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (deputada Ada De Luca) - Com a palavra o senhor Dárcio Caldeira, do Procon de Balneário Camboriú.

O SR. DÁRCIO CALDEIRA - Boa-tarde a todos. Sou motorista do Procon de Balneário Camboriú.

Quero dizer que em Provérbios há um versículo que diz o seguinte: "A mulher sábia edifica a sua casa, mas a tola a destrói com suas próprias mãos".

Deputada Ada De Luca, a senhora foi sábia ao tomar essa iniciativa.

Eu estou um pouco nervoso... Sabem como é...

A SRA. PRESIDENTE (deputada Ada De Luca) - Fique tranqüilo!

O SR. DÁRCIO CALDEIRA - Eu também já trabalhei num açougue e quero tirar uma dúvida: aquele isopor em que é colocada a carne é um produto químico, é nocivo à saúde? Eu acredito que seja prejudicial à saúde. A linguiça, nós colocávamos numa redinha, e sempre passando óleo. Hoje, nos mercados, a maioria está cheia de bolor, de cabelo, e acredito que também deve ser prejudicial à saúde.

Muitas vezes o Procon não trabalha aos domingos, o que faz com que os comerciantes burlam a lei, o Código de Defesa do Consumidor. Também é proibido vender o queijo já cortado, mas aos sábados e domingos muitos comerciantes de Itajaí (é onde tenho ido) e de Itapema vendem assim, não em uma embalagem com autorização.

Essa é a minha pergunta.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (deputada Ada De Luca) - Obrigada.

A senhora Raquel vai responder.

A SRA. RAQUEL RIBEIRO BITTENCOURT - Neste momento, não há problema com a embalagem de isopor. A embalagem tem que ser de material primário, não pode ser material reciclado. Tudo que entra em contato com o produto, com o alimento, tem que ser material novo. Até onde eu sei, salvo melhor juízo se alguém estiver mais bem informado.

Em relação ao salame, aquele cabelo é mofo. O produto não deve ser consumido. Se está exposto assim, o senhor deve denunciar à Vigilância Sanitária do município, que vai lá e recolhe o produto.

Quanto ao fatiamento, vou passar a palavra ao doutor Francisco, porque é uma legislação da Secretaria da Agricultura, do Ministério da Agricultura. Ele falou a respeito, disse que os comércios que trabalham com frios não podem mais fatiar, tem que haver um entreposto, e esse entreposto é fiscalizado, licenciado pela Agricultura; só recebendo o selo de inspeção é que o produto pode ser exposto.

Quero dizer que nós, tanto Vigilância Sanitária quanto Agricultura, não temos pessoal suficiente nem somos onipresentes para dar conta de todos os locais. Precisamos que as pessoas denunciem (essa denúncia pode ser anônima) o local em que isso está acontecendo para que se acione a Vigilância Sanitária local.

Eu quero deixar aqui o telefone do sobreaviso da Vigilância do Estado de Santa Catarina, que pode ser acionado a qualquer momento: (48) 99601089.

Passo a palavra ao doutor Francisco, para que fale sobre o fatiamento.

O SR. FRANCISCO ALEXANDRO VON DECASTILLE - Na verdade, o objetivo dessa embalagem, ao ser desfeita, é manter a rastreabilidade. Então, esse processo de fatiamento tem que ser realizado num estabelecimento que tenha inspeção, que seja um entreposto, e na nova embalagem deve constar a origem do produto, além das outras exigências das normas da Vigilância e do Inmetro.

Nós também temos conhecimento de que todos os produtos que vão entrar em contato com alimentos devem ter esse grau de segurança para que não haja contaminação. Realmente não há informações de que o isopor e o plástico causem algum tipo de contaminação.

Com relação ao frango, eu gostaria de abrir um parêntese, porque a deputada fez menção ao problema da água no frango, que, realmente, é um dos problemas de fraude econômica que o Ministério está combatendo. O frango, a carcaça inteira, é mergulhado em água para sofrer o resfriamento no abatedouro. O percentual admissível seria na faixa de 6% a 8%, mas temos encontrado casos de mais de 20%. Na verdade, esse programa de combate utiliza um teste, o *dripping test*. O produto é descongelado e é verificado o teor de líquido que solta - a gente tem que levar em conta que ao descongelar um produto ocorre o rompimento de células e uma parte do líquido, que é natural do tecido do animal, do músculo, também é perdida. Então, existe esse programa nacional em que são coletados, tanto na indústria como no varejo, determinados produtos para fazer essa análise.

O Ministério está agindo com mais rigor em cima dos fraudadores, porque tem gente que usa até injeção de água, o que é permitido para produtos temperados. Eles devem mencionar que o produto sofreu injeção de salmoura, mas isso não estava ocorrendo, inclusive, algumas indústrias estavam passando todos os produtos pela injetora sem tempero nem nada. Mas o Ministério está numa atitude agora mais incisiva, denunciando esses casos, levando isso à Justiça. A multa que o Ministério aplica está estabelecida em decreto, mas para a indústria, para o fraudador, muitas vezes é mais vantajoso pagar uma multa de R\$ 25.000,00 (na reincidência dobra). Quer dizer, ela contesta administrativamente até o limite e no fim paga a multa, só que até aí vendeu algumas toneladas de água por frango, saindo no lucro.

O Ministério Público tem ajuizado ações em que o juiz arbitra uma multa proporcional ao prejuízo que possa ter causado ao consumidor, isso está desestimulando.

Outra ação que está sendo feita pelo Ministério da Agricultura é adotar, para estabelecimentos que são reincidentes, um regime especial de fiscalização e, também, a publicação no *site* das empresas que estão com o limite acima do permitido. Isso gerou uma polêmica muito grande, porque as indústrias diziam que estavam sendo expostas, mas conseguimos da consultoria jurídica um parecer favorável para que se fizesse isso. Então, é uma das medidas que está sendo colocada para que o consumidor conheça essas ações para coibir essa fraude econômica. Essa não é uma fraude que afeta a saúde do consumidor, mas, sim, o seu bolso.

A SRA. PRESIDENTE (deputada Ada De Luca) - Muito obrigada.

Como preciso me ausentar, solicito ao doutor Fábio que assumo o meu posto. Tenho uma audiência agora no Centro Administrativo. Não é fácil conseguir esse tipo de audiência, e tenho que estar lá às 16h45min.

Agradeço pela presença de todos e coloco o meu gabinete à disposição, bem como esta Comissão.

Estarei à disposição para o que precisarem enquanto eu for presidente desta Comissão, enquanto eu for deputada e também enquanto eu viver, como ser humano, como mãe, como avó e como brasileira.

Peço ao doutor Fábio que responda a pergunta do diretor do Procon de Brusque, que eu pulei, por esquecimento, preocupada por ter de sair.

Um abraço a todos.

Muito obrigada. (Palmas.)

O SR. COORDENADOR (promotor Fábio Trajano) - Deputada, mais uma vez, muito obrigado pela iniciativa.

A indagação do representante do Procon de Brusque relaciona-se a dois assuntos: a telefonia e a atuação em conjunto do Ministério Público e Procon.

Começando pelo segundo, parece fundamental para todos nós aqui... Nós trabalhamos na área de defesa ao consumidor e temos certeza de que isoladamente não chegaremos a lugar nenhum. Se os órgãos que têm a incumbência de defender os interesses do consumidor não trabalharem em conjunto, o caminho será muito mais difícil de percorrer e o resultado muito mais difícil de conquistar.

A sugestão que dou é que busquem com o promotor de Defesa do Consumidor um contato; continuem buscando, se é que dizem que buscam e não há retorno. Enfim, continuem buscando, porque é muito mais fácil conseguir ações efetivas, resultados exitosos com o engajamento do Ministério Público, do promotor de Defesa do Consumidor, da Vigilância Sanitária, do Procon, do Ministério da Agricultura, do Inmetro, do Corpo de Bombeiros.

Este é o papel de um dirigente de um órgão de defesa do consumidor: articular e unir esses órgãos todos, porque em conjunto é muito mais fácil chegar a um bom termo.

Em relação à telefonia, quero dizer que esse plano básico alternativo foi mudado recentemente. Eu desconheço qualquer questionamento judicial relacionado a essa diferença entre o plano básico e o alternativo.

Então, enquanto não tiver um pronunciamento judicial dizendo que as regras da Anatel não valem, acho que é chover no molhado não obedecer às regras. Podemos, sim, criticar se não são adequadas. Quem sabe fazer um estudo técnico com mais calma, com mais tranqüilidade, aí, sim, chegando-se à conclusão de que violam as regras do Código de Defesa do Consumidor, confrontar e levar ao Judiciário, em razão do Código de Defesa do Consumidor.

A preocupação é relevante. Realmente há um choque entre o que dizem as regras da telefonia e o CDC. Na nossa avaliação, tem que prevalecer sempre o que diz o Código de Defesa do Consumidor.

Em relação à água no frango, quero noticiar que hoje mesmo estamos instaurando uns cinco ou seis inquéritos civis relacionados a empresas situadas em outros estados, porque nós também enfrentamos isso.

Aqui em Santa Catarina, como há uma fiscalização eventualmente mais eficiente, empresas situadas em outros Estados acabam comercializando o frango com excesso de água, provocando uma concorrência desleal. Então o Ministério Público, como já foi noticiado, tem feito um trabalho e hoje está sendo instaurado inquérito civil relacionado a isso.

Bom, em razão da incumbência que a deputada Ada De Luca nos delegou, com a palavra o doutor Ramon Fernandes, assessor jurídico do CDL de Florianópolis.

O SR. RAMON FERNANDES - Boa-tarde a todos.

Eu sou assessor jurídico da CDL de Florianópolis, entidade que está do outro lado da moeda. Nós temos pregado com alguns parceiros, como o Ministério Público, hoje aqui na pessoa do doutor Fábio, a doutora Elizabeth Baesso, o novo Procon municipal e o estadual e outros órgãos e entidades que estejam interessados em melhorar a qualidade de atendimento ao consumidor... Essa é uma bandeira que temos levado adiante. Acharmos que só esse remédio é que vai de fato trazer melhoria, como trouxe, historicamente, na relação de consumo.

Eu digo isso por quê? Porque o doutor Sidinei comentou no início que não tínhamos muito a comemorar. Mas temos, sim.

O mau empresário, que prejudica o consumidor acintosamente, com o intuito exclusivo de receber lucro imediato, já tem sido penalizado, e pregamos para que seja cada vez mais, não só pelos órgãos aqui presentes, pelas entidades, pelo Procon, pelo Ministério Público, enfim, mas pelo principal alimento dele: o consumidor.

Hoje, a livre concorrência já é uma grande arma. Um conselho que trago em nome da entidade, que é a CDL, que representa os empresários, é justamente este: o consumidor que é mal atendido em estabelecimento que não respeita prazo de validade, que não respeita questão de embalagem de produto, como já foi dito aqui, deve fazer um boicote a ele, esse é um exercício imediato que pode ser realizado, vai dar a ele a pior pena de todas.

Eu queria só dar uma objetividade a esta audiência pública de hoje, porque estamos na Casa Legislativa, na Assembléia do Estado de Santa Catarina. Através da iniciativa da deputada Ada De Luca, queremos ter, na prática, de fato e com uma legislação realmente passada a limpo, com a participação de todos, regulamentos, limites e formatos que possam permitir uma evolução cada vez maior.

Temos, sim, a comemorar a evolução da relação de consumo aqui no Brasil. Se voltarmos no tempo 17 anos, 20 anos, vamos ver que havia uma verdadeira floresta, uma selva, talvez um comportamento muito mais prejudicial do que o de hoje. Ainda não estamos no melhor momento, mas já há uma evolução muito grande. Com esses instrumentos jurídicos que a Assembléia Legislativa pode proporcionar a todos, cada um de nós vai poder fazer o exercício em conjunto.

E falo isso em nome do empresário preocupado com o bom atendimento ao consumidor, o respeito à legislação de consumo. Acredito, e digo isso em nome da entidade, que só dessa forma ele pode superar o concorrente no mercado, mostrando que o seu produto e a sua bandeira são respeitados. E não só a relação de consumo, mas todas as outras bandeiras, a ambiental, a social, isso hoje já é uma realidade na casa de todo mundo.

Então, um lembrete ao consumidor que procura numa empresa um produto muito barato, aquele supermercado que vende a embalagem já adulterada e o preço está muito lá embaixo: faça o seu exercício. O Procon e outras entidades podem empregar isso também: o meio legal, legítimo e adequado, e não se pode se afastar disso, de jeito nenhum. O Ministério Público está sempre atuando, e trago o testemunho do doutor Fábio, talvez contrário ao que ouvimos do colega de Brusque, que disse que não teve atendimento no MP: o Ministério Público tem sido sempre muito atuante, receptivo para toda e qualquer reclamação, dando atenção tanto ao consumidor quanto ao empresário. De fato, é uma casa que prestigia o Estado democrático de direito, ouve todos e age sempre.

Vamos procurar as entidades, os órgãos. A proposta é que estejamos todos na mesma mesa. E vamos saber então o que é necessário, o que há de instrumento, de penalização. Fiscalização pesada tem que ter, de fato.

Isso só é um incentivo ao empresário, e digo empresário com E maiúsculo - vai prejudicar, claro, o pequeno empresário, de cabeça, não de tamanho -, porque o empresário com E maiúsculo vai se preocupar sempre em prestar um serviço adequado e decente, dentro da legislação, porque esse exercício legal dele, esse exercício de correção dele é que vai trazer cada vez mais clientes. Claro que o empresário se preocupa com o lucro, sem dúvida, mas o lucro obtido de forma lícita e com respeito a toda a legislação, até a vontade do consumidor.

Vou finalizar dizendo o que já disse: o Procon, talvez, seja a maioria em órgão aqui presente, tanto municipal quanto estadual. É preciso levantar essa bandeira junto com a CDL de Florianópolis. Eu tenho certeza de que vão ser muito bem recebidos em cada uma dessas casas. Que falem do mesmo lado da mesa, e que os dois, então, combatam o mau fornecedor, que é inimigo não só consumidor, mas do empresário preocupado em obedecer ao que determina a lei.

Precisamos estimular a criação de uma lei ou o aperfeiçoamento da lei já existente; que chegue à deputada Ada de Luca e aos presentes a esta mesa e a esta audiência pública que os empresários, ainda que pareçam inimigos na relação de consumo, não são. Os maus empresários, sim.

Então, defender consumidor não é atacar empresário. Em todas as reuniões que estou com o doutor Fábio tenho falado isso. Ele pensa que eu estou brigando com o Ministério Público, mas não. Ele sabe que sentamos do mesmo lado da mesa com o instrumento legal que existe, termos de ajustamento de condutas ou acordos que sejam coletivos ou campanhas preventivas. Então, atacar um empresário não é um alvo tão simples. Tem que atacar o mau empresário.

Quero trazer esse testemunho e pedir para quem for discutir relação de consumo, discutir defesa do consumidor, que lembre que sem o fornecedor não existe relação de consumo. Façam o exercício do boicote, é um exercício importante. Dói no bolso do empresário imediatamente. Ele não precisa ficar esperando ser autuado, ele já é autuado. Se você comprou produto vencido porque aparentemente estava bonito, não compre mais, até ele ficar aparentemente péssimo de ver. Um exemplo é o queijo fora da embalagem, que no segundo ou no terceiro dia ele vai conseguir vender, mas no quinto dia talvez, pelo campo visual, não conseguirá.

Ficamos à disposição.

Agradecemos pelo convite da deputada, agora em nome do doutor Fábio Trajano, para poder participar das próximas reuniões. A cada passo que for dado para evoluir na relação de consumo, estaremos presentes; se não o primeiro, porque o Procon está sempre na frente, mas seremos o segundo a estar na reunião.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. COORDENADOR (promotor Fábio Trajano) - Só para complementar: na verdade, um dos objetivos do Código é a harmonia das relações de consumo, entram os interesses do consumidor, mas também tendo em vista os olhos do fornecedor. Então, o mau fornecedor não tem vez no CDC, mas o bom fornecedor, com certeza.

Concedo a palavra ao senhor Sandro Pompeo, do Procon de Itapema.

O SR. SANDRO POMPEO - Boa-tarde a todos. Eu queria cumprimentar o doutor Fábio Trajano, a doutora Raquel Bittencourt e todos os homens e mulheres aqui presentes.

O que me traz a pedir a palavra é uma questão que vem afligindo... O que eu acho bacana, especialmente nessa época em que se comemora o Dia Internacional do Consumidor, é que os Procons, enfim, os órgãos de defesa do consumidor, atendem demandas individuais que também são demandas coletivas.

O caso que vou expor para vocês é um caso que está regionalizado, acontece na nossa cidade, mas tendo em vista que Itapema é o terceiro destino turístico (aqui no Estado é o terceiro, só perde para Florianópolis e Balneário Camboriú), eu entendo que seja de relevância em nível estadual também, porque é um caso que afeta não só os consumidores, mas a economia do nosso município e o turismo. É a questão do nosso terminal rodoviário - já passei essa questão ao doutor Sidinei Parisotto.

As linhas, e aí vou começar a questionar a ANTT, a Agência Nacional de Transportes Terrestres - a gente questiona muito as agências nacionais... Existem concessões fornecidas para as empresas de ônibus interestaduais e internacionais há quase trinta anos, e há trinta anos Itapema quase não aparecia no mapa. Nós temos uma rodoviária que funciona desde 1996 e recebe um fluxo grande de passageiros. Só para lembrar: 95% dos deslocamentos terrestres acontecem através de ônibus. Então, as empresas de ônibus são fundamentais na questão do direito de ir e vir do cidadão em todo o Brasil.

O que acontece? Por exemplo, as pessoas que viajam de Porto Alegre para Itapema compram suas passagens em Porto Alegre com destino a Itapema. Elas têm que pagar até Balneário Camboriú. As pessoas que vêm no sentido São Paulo ou Curitiba para Itapema, que desejam veranear em Itapema, na própria estação rodoviária da sua cidade está escrito Meia Praia como atração e tal. Elas vêm, deslocam-se, e têm que pagar até Tijucas ou até Florianópolis. Isso dá um acréscimo, dependendo do trecho, de R\$ 2,00, R\$ 3,00, R\$ 5,00, dependendo da linha.

Essa questão vem atingindo sobremaneira a nossa cidade, a ponto de as primeiras reclamações que apareceram no Procon, que a gente registrou, serem respondidas por determinadas empresas da seguinte forma: "Constitui-se infração adentrar ao terminal rodoviário de Itapema." Ora, por que elas adentram, então? Porque, economicamente, elas estão tendo lucro! Eu tenho números aqui: em 2006 foram 123.530 embarques; em 2007, 135.788 embarques. Isso sem contar os desembarques. Então, em apenas um ano houve um aumento de 9,9%, quase 10%.

Essa questão foi levada às empresas e aconteceu a seguinte situação: se a gente for mexer com isso, Itapema vai ficar fora da rota. Eu ouvi de grandes empresas, principalmente das duas maiores que atuam no Estado, o seguinte posicionamento: "Olha, as nossas empresas não precisam de vocês! Se vocês querem comprar essa briga, vocês vão se dar mal, porque nós não vamos poder atender essa questão."

Através de denúncias ou esporadicamente a fiscalização da ANTT bate no terminal. Então, existe um acordo de cavalheiros/ os ônibus entram, as pessoas pagam e tal, e sempre funcionou. Só que esporadicamente ou através de denúncia a ANTT bate no terminal rodoviário de Itapema, e o que acontece? As empresas maiores arcam com a multa. A multa ultrapassa R\$ 3 mil por ônibus, por entrada. As empresas menores, que não têm condições, acabam desviando do terminal. Essa fiscalização ocorre por um ou dois dias.

O que aconteceu, por exemplo, na semana que antecedeu o carnaval, uma semana desastrosa, de chuvas, de barreiras caindo e de muitas pessoas chegando à nossa cidade? As empresas menores estavam contratando vans para deslocar as pessoas até a BR-101; as empresas maiores estavam arcando com as multas; a imprensa local batendo, até porque o Procon intercedeu, mas não havia intercedido ainda via judicial.

Nós não havíamos feito nenhum procedimento justamente prezando pela questão do verão, que é quando a nossa cidade vive. Então, nós preparamos uma representação pública ao Ministério Federal. Essa representação estava com data de 1º de novembro e só foi protocolada no Ministério Público Federal no dia 29 de janeiro, após as fiscalizações já terem começado. Por quê? Porque a gente viu que

independentemente de termos feito alguma coisa ou não, de termos esperado ou não, já aconteceu. "Agora não tem jeito. Nós temos que fazer alguma coisa para tentar resolver porque esse problema vai persistir, o Procon agindo ou não." Então, como era nossa obrigação defender o consumidor, nós protocolamos essa representação no Ministério Público Federal em Itajaí e fomos negociar com imprensa, com taxistas, com o pessoal; fomos negociar com os fiscais da ANTT a saída deles da cidade. Eles inclusive nos deram sugestões. Nós fizemos um adendo a essa representação do Ministério Público pedindo que não houvesse interrupção do serviço, que houvesse o fracionamento da passagem e que não houvesse mais atuação nesse período, para que as empresas pudessem se adequar, até que o Ministério Público Federal apreciasse e, quem sabe, fizesse um termo de ajuste de conduta, alguma coisa nesse sentido. Pois bem, a questão ficou em compasso de espera, a fiscalização saiu da cidade, o assunto esfriou, mas ele está sempre na iminência de acontecer novamente.

Agora, dia 20 de fevereiro, abriu uma audiência (*sic*) pública na ANTT. É isto que eu gostaria de pedir e reivindicar, inclusive ao mandato da deputada Ada, ao Procon estadual, enfim, a todos que possam nos auxiliar, o Ministério Público Estadual: abriu uma audiência (*sic*) pública que vai até amanhã, a data de amanhã. Essa audiência pública está aberta no site www.antt.gov.br. Existe na página inicial, de entrada, a Resolução nº 080, que vem muito ao encontro, porque o que acontece na nossa cidade deve acontecer em vários rincões do Brasil. Ela vem muito ao encontro de nos favorecer no sentido de solucionar por vez esse problema que se arrasta há mais de vinte anos, que seria o seguinte: nessa resolução existe uma minuta que se adequa perfeitamente ao nosso caso, porque não estamos há mais de 10 quilômetros distantes da rota. Um ônibus que entrar na nossa cidade vai ter uma boa acolhida, conforto, é uma rodoviária boa, bem construída, e também não vai atrasar as linhas de ônibus que passam no trecho da BR-101 em mais dez minutos. Então, o nosso município preenche perfeitamente essas condições.

Diante disso, tomamos precaução, porque isso é interesse das empresas, que lucram com a nossa cidade, de, além de fazer essas representações, comunicar por escrito, de fazer encontros com todos os vereadores. Além disso, colhemos mais de três mil assinaturas, e elas estão lá. Então, toda a cidade espera e aguarda ansiosa por isso. Então, nós mandamos carta para as dezesseis empresas que atuam na nossa cidade, que passam pela nossa cidade, observando até amanhã essa audiência (*sic*) pública, que elas podem ingressar através do seu corpo jurídico, enfim, e se adequar.

Portanto, estamos encerrando aqui a nossa participação nessa questão. Só não vai se resolver essa questão se não quiserem, só se as empresas quiserem rasgar dinheiro, porque é impossível uma cidade que recebe tantos turistas estar nessa condição, enquanto muitas cidades menores já têm essa questão totalmente solucionada. E eu gostaria de colocar esta questão: peço que até amanhã, se puderem, as entidades, as pessoas físicas, se manifestem nesse portal no sentido de colocar essa situação e provocar que a ANTT aja nesse sentido.

Quero agradecer pela oportunidade e dizer que no ano passado, através daquela audiência pública que aconteceu aqui na Assembleia Legislativa, em 28 de junho, se não me engano, nós também já havíamos brigado pela questão da unificação da telefonia fixa em dez municípios. Inicialmente, queríamos unificar Itapema, Porto Belo e Bombinhas, que é a Costa Esmeralda, e conseguimos, além disso, unificar de Bombinhas a Barra Velha - dez municípios. Hoje, quem já telefona de um município para outro não paga a tarifa interurbana, isso tudo em virtude das reclamações. Eu acho que o direito de reclamar, antes de direito, é dever do cidadão, porque somente através das reclamações é que a gente pode sensibilizar o nosso governo, as grandes empresas, enfim, procurar uma vida melhor para todos nós.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. COORDENADOR (promotor Fábio Trajano) - Muito obrigado. Só para noticiar, Sandro, nós temos também, aqui na Promotoria de Defesa do Consumidor, inquérito civil que apura essa situação de Itapema. É uma reclamação de um consumidor que pagou até Balneário Camboriú. Então, também estamos atentos ao que está acontecendo lá.

Finalmente, até em razão do adiantado da hora, concedo a palavra ao senhor Valmir Fordesck, diretor do Procon de São Bento do Sul.

O SR. VALMIR FORDESCK - Boa-tarde a todos. Cumprimento o doutor Fábio Trajano e em seu nome os demais membros da mesa. Agradeço pelo espaço.

Eu gostaria de falar um pouco, para os amigos do Procon, referente à nossa primeira audiência pública, que foi no ano passado, onde estiveram aqui as empresas de telefonia fixa e celular. Lembro que naquela audiência todos ficamos contentes, e talvez por causa disto hoje aqui não tenha a maioria dos Procons que participou daquela audiência, porque haveria alguns avanços em relação à telefonia fixa e celular.

E o avanço que aconteceu foi o seguinte: meados do mês de novembro do ano passado, se não me engano, a Tim, que tinha sistema de ouvidoria aqui em Santa Catarina, simplesmente fechou o escritório! Saiu a audiência pública, a Tim fechou o escritório, mandou para o Paraná. Para você conseguir fazer o cancelamento de um telefone celular, simplesmente se ligava para a Silvana e o pessoal da ouvidoria, que sempre nos atenderam muito bem, e cancelava na hora. Agora, eles estão pedindo para o Procon o seguinte: ou você notifica, que leva mais ou menos em torno de trinta dias (não sei se é o caso de todos os Procons aqui) ou encaminha a assinatura da pessoa em três vias! Uma dificuldade que é fora do comum! Então, não sei o que está acontecendo e eu quero socializar isso com os nossos amigos para ver o que a gente pode atuar em cima dessa situação, porque isso é fora de brincadeira. Agora só falta a Brasil Telecom fechar o escritório! Ai estamos bem.

(*Manifestação fora do microfone inaudível.*)

É. Tem que fechar mesmo, porque aí não sei o que vai acontecer, pode ser que aconteça uma revolução, e alguma coisa vai acontecer.

Esta semana, em São Bento do Sul, n[os] estamos com quatro mil telefones há dois dias sem funcionar. Quatro mil telefones! Você liga para a Brasil Telecom: "Ah, não, vamos anotar um protocolo. A responsabilidade é da Koerich!" E vai para os tribunais, porque eles sabem que vai demorar seis meses, oito meses, um ano, e não se resolve nada, gente. Eu quero deixar isso bem claro e quero colocar esta minha revolta e indignação, porque não dá mais para aguentar!

Gostaria de falar outra coisa com relação à Brasil Telecom - não sei se vocês podem me ajudar. Em meados de outubro, também no mês de novembro, descobri o seguinte: a BR Turbo, que é uma empresa que trabalha em parceria com a Brasil Telecom, lançou nas faturas de telefone em torno de R\$ 25,00 a R\$ 19,00, e tem pessoas que não tinham nem computador em casa! Fiz uma estimativa, e naquele mês eles devem ter ganhado uma base de R\$ 50 bilhões em Santa Catarina, no mínimo! Em São Bento, conseguimos dar baixa em torno de umas duzentas. Mas o pessoal que não fez a baixa? Aquele senhor idoso, aquelas pessoas que são de pouca cultura e que vão pagando as faturas telefônicas e não fazem a baixa. Ai, você quer fazer a baixa, mas passou de noventa dias e não fazem a devolução de valores. Mas que noventa dias são esses? Quem foi que instituiu essa regra, ou esse critério, ou essa lei?

Então, são pontos que devem ser trazidos para esta audiência pública, para que a gente possa ver... A gente encaminha para o Ministério Público 10, 20, 200, 300 reclamações e alguns promotores dizem que não é de interesse público! Então, se não é de interesse público, não sei mais o que é! Para mim, duas reclamações já são de interesse público. Mas você encaminha para lá e volta toda aquela papelada dizendo que não é de interesse público. E, aí, vamos fazer o quê? Ai a mídia vem e diz: "Vão para o Procon, vão lá que o Procon resolve! Vocês têm que ir ao Procon da sua cidade." Agora, condições de trabalho ninguém dá. Eles não sabem como é difícil conduzir o Procon em uma cidade do interior, se numa cidade grande já deve ser difícil de conduzir. Lá, têm dois funcionários, uma secretária e um diretor (*riso*) para tocar e fazer o atendimento. E você está olhando para aquela pessoa idosa, que tem o direito líquido e certo, sendo burlado, e às vezes ainda dizem que tem que aguardar trinta dias para fazer todo o processo administrativo. Então, ficam aqui essas minhas colocações.

Mas eu gostaria de fazer uma reivindicação: vamos agilizar a questão da implantação do cadastro nacional. Vamos fazer isso, pessoal do Estado! Eu faço esse apelo. Sei que é difícil, mas acho que hoje, no interior, cada Procon já consegue ter, no mínimo, um ou dois computadores, já não está tão difícil! Vamos fazer essa questão do cadastro nacional, das reclamações fundamentadas. Isso ajuda muito!

Eu não consegui fazer o meu cadastro via computador e coloquei lá na parede. Quer dizer, publico na parede lá do Procon todas as empresas, com todos os problemas. E agora, através das rádios e dos jornais locais, dizem que vão processar. Se vão processar, não tem problema nenhum, um processo a mais ou a menos! Também estamos publicando o *ranking* das empresas locais, para com isso eles entenderem que a gente tem essa força de fazer a publicação, e as pessoas acabam se desviando dessas empresas para não fazerem suas compras.

Então, a gente publica lá no mural do Procon, manda para o jornal local e para o jornal da Prefeitura. É isso o que estamos fazendo.

Agradeço a todos. (*Palmas.*)

O SR. COORDENADOR (promotor Fábio Trajano) - Senhor Valmir, muito obrigado. O senhor fez referência ao Ministério Público, e nós temos o impeditivo em atuar em casos individuais. Então, eventualmente, uma reclamação de dois, três, quatro, cinco, não se configura interesse coletivo para justificar uma eventual ação judicial, uma instalação de inquérito civil. É só para fazer essa observação.

Em relação às reclamações perante o telefone, volto a minha fala relacionada a essa consulta pública do Ministério da Justiça. Eu acho que se os Procons municipais, a Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, enfim, todos nós nos engajarmos, a possibilidade de essa regulamentação sair e de os consumidores e os Procons terem com quem falar, o consumidor, eventualmente, ter com quem cancelar o serviço, isso já vai ser um grande passo.

Temos mais duas inscrições, peço que sejam bem objetivos em razão do adiantado da hora, já que 17h é o previsto para encerrar.

Com a palavra, o senhor Aloísio Antunes, do Procon de São Bento do Sul, que por problemas não foi chamado antes.

O SR. ALOÍSIO ANTUNES - Quero agradecer a todos, especialmente às mulheres, já que neste mês teve o Dia Internacional da Mulher. Talvez pela luta das mulheres é que tem o Dia Internacional do Consumidor.

Eu venho acompanhando algumas coisas. Sempre gostei de ler (não muito), e em 1982, quando eu me preparava para o vestibular, eu lia muito a revista Veja e o jornal, lá no Rio Grande do Sul, tomando um bom chimarrão, Zero Hora. Nessa época, saiu uma matéria, tanto na Veja como no Zero Hora falando sobre os anabolizantes e sobre os conservantes. Isso em 1982, e algumas pessoas daqui ainda não tinham nascido. Muito se falava sobre o uso desses conservantes e agrotóxicos. Inclusive se falou que no frango e na margarina usavam dois produtos semelhantes para o crescimento do frango, e isso era muito avassalador, prejudicial à saúde do ser humano. Até porque está dando uma demanda grande de inversão de valores (não sei se de valores ou de quê), nós estamos mudando de lado: o homem meio que dobrando a mão e a mulher bancando... Segundo informação desses artigos que saíram nessa época, eram produtos usados na margarina e no crescimento do frango que estavam causando essas alterações no consumidor.

Mais na frente, em 1984 ou 1985, começou a se fazer alguns movimentos em proteção do consumidor, tirando do mercado gelatina e fermento de pão. Era para tirar tudo (não sei se alguém está lembrado disso), porque era extremamente judicial à saúde. Em seguida, saiu uma resolução, voltou tudo para o mercado e tudo aquilo foi consumido. E foi comprovado que isso era prejudicial à saúde.

Hoje, em 2008, vinte e poucos anos depois, nós estamos vendo os mesmos problemas, estão vindo à tona, e parece que novamente cai por terra. Eu comprei para minha filha um salgadinho, porque ela estava chorando, pedindo (eu não costume fazer disso). A minha esposa estava esperando para ser atendida no consultório médico, entramos - ela com o salgadinho Pingo d'ouro -, e o médico olhou e falou: "Você não tinha outra coisa a não ser veneno para dar à tua filha?" Eu disse: "Doutor, eu não costume dar esse produto." Hoje, eu ainda chamei atenção do meu amigo Sidney que comprou uma bolacha, ofereceu-me e eu não aceitei. E esses produtos também são taxados de veneno pelos médicos!

Inclusive, hoje, está em São Paulo o filho de um amigo meu que teve um problema intestinal, e, segundo a médica que o atendeu em São Paulo, foi a má alimentação da criança que causou esse problema. Ele teve que levar o menino de Joinville para São Paulo de avião, contratou um jatinho, para poder salvar a vida dele. Parece que consegui, mas daqui para frente, em toda sua vida, ele será tratado de maneira especial, com alimentação especial, devido à alimentação de hoje.

Então, eu deixo aqui a pergunta: não seria possível tirar do mercado esses produtos que causam danos irreversíveis à saúde? E não somente os famosos salgadinhos Chips?

Também as frutas. Você vai ao mercado, tem aquelas frutas, como falou o nosso amigo, que não está aqui agora presente, do mamão (eu sou consumidor de mamão). Chega laranja, maçã, você vai ver: coisa linda! Mas você corta a fruta (não sei se já aconteceu com vocês) e ela está toda seca ou com manchas por dentro, causadas por agrotóxicos ou por produtos usados para a deixarem bonita. A mesma pergunta, novamente: será que não temos como tirá-los do mercado ou fazer com que isso possa inverter, que se possa reverter essa situação? Principalmente com o salgadinho.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. COORDENADOR (promotor Fábio Trajano) - Passo a palavra para a doutora Raquel, representante da Vigilância Sanitária, que vai fazer alguns comentários.

A SRA. RAQUEL RIBEIRO BITTENCOURT - A Vigilância Sanitária tem muitas normas em relação a alimentos, mas essas normas nascem do risco conhecido, mensurável, na maioria das vezes, com notificações acumuladas ao longo dos anos, não só no Brasil, mas em outros países - hoje, a comunicação é bastante rápida e efetiva. Dentro do que é possível ter de controle, há normas para diminuir o risco. Eliminar 100% do risco no consumo de produtos alimentícios, principalmente por aditivos químicos, agrotóxicos e tudo o mais é impossível. Mas é possível conhecer o dano que isso venha a causar e diminuí-lo o máximo possível.

O que fazemos com os produtos que estão sendo identificados com excesso de agrotóxico ou com agrotóxico não permitido para alimentos? Todo o rastreamento da cadeia produtiva, e o primeiro passo é a notificação do comércio onde foi colhido esse alimento, porque o comerciante tem a obrigação de qualificar o seu fornecedor. Eu acho que o representante da CDL já saiu daqui, mas, se ele estivesse, concordaria comigo. Ele qualificando, comprando de bons fornecedores, conhecendo como esse fornecedor trabalha, sua qualidade, o cumprimento das regras sanitárias, ele vai ter produtos mais saudáveis e bons.

Em relação ao Chips, já há o estudo de uma norma (se não está em consulta pública, deve entrar em breve) na questão do excesso de sal nesses produtos. Hoje, nós já temos crianças hipertensas, além da obesidade, pela má alimentação com esses produtos de fácil consumo. Há a pressão alta também, a hipertensão, o que é um desastre. Uma criança hipertensa vai ser um adulto com uma vida de péssima qualidade. Então muitas vezes a vontade é retirar tudo do mercado, mas não é possível. Realmente, não é possível.

Só para mostrar como muitas vezes o hábito nos traz produtos ou tecnologias que são absolutamente desnecessárias, mas que nós também não temos como proibir 100%, porque se usados com determinada segurança o dano é mínimo... Porém, como muitas vezes não se usa... Exemplo: as câmaras bronzeadoras. Não sei se os senhores sabem, mas o Estado de Santa Catarina, principalmente ali na região do Vale do Itajaí, lugar em que temos uma população com a pele extremamente clara, é onde tem a maior concentração de câmaras bronzeadoras. Naquela região de Blumenau, ali no Alto Vale, é uma quantidade enorme, e nas nossas inspeções temos verificado que a maioria delas não faz a manutenção correta, as pessoas são expostas a uma quantidade absurda de radiação. E nós moramos num país tropical, com sol durante grande parte do ano; se não tem sol aqui no Sul, tem no Centro Oeste, no Sudeste, no Norte, no Nordeste. Num país que não tem invernos como na Europa não justifica o uso de câmara bronzeadora. Mas está aí, é um tipo de tecnologia que foi colocada no mercado e que nós apenas temos normas para segurança, nós não podemos proibir o seu uso totalmente.

O SR. COORDENADOR (promotor Fábio Trajano) - Muito obrigado.

O senhor Valmir falou que teriam sido inseridos serviços não solicitados na Brasil Telecom em São Bento do Sul, cerca de duzentos consumidores?

(*O senhor Valmir Fordesck manifesta-se fora do microfone: "BR Turbo."*)

BR Turbo. Mas foi inserido na conta telefônica?

(*O senhor Valmir Fordesck manifesta-se fora do microfone: "Até eu dei um alerta, na época (ininteligível)."*)

É.

Eu só queria noticiar (alguns de vocês do Procon já sabem) que nós temos uma liminar, numa ação movida pelo Ministério Público, que determina a devolução em dobro dos valores cobrados de serviços não solicitados e fixa uma multa por cada vez que descumprir a liminar. Então cada cobrança indevida é uma multa. Então, os Procons que receberam reclamações relacionadas à cobrança de serviços não solicitados, por favor, encaminhem cópia da reclamação à Promotoria de Defesa do Consumidor aqui de Florianópolis para que nós possamos informar ao juízo para aplicação da multa.

Com a palavra o senhor Roberto da Luz, do Procon de Blumenau, último representante inscrito de uma entidade de defesa do consumidor a se manifestar. Tendo em vista que já ultrapassamos o tempo marcado, peço que seja breve, senhor Roberto.

O SR. ROBERTO DA LUZ - Boa-tarde, doutor Trajano, Parisotto, demais membros da mesa, companheiros aqui presentes, pessoal de São Bento. Eu fiz aqui algumas anotações dos problemas que nós enfrentamos lá no dia-a-dia e as soluções que nós tentamos buscar para resolver os nossos calos.

Com relação aos preços na vitrina, em Blumenau, nós praticamente conseguimos resolver numa parceria com o Ministério Público. O Procon se encarregou de fazer o auto de constatação. Com uma maquininha fotográfica, fomos às lojas que estavam descumprindo: fotografávamos, anotávamos todos os dados, o lojista assinava e encaminhávamos esses autos para o Ministério Público. Eu acho que o Ministério Público já fez em torno cinquenta ajustes de conduta em Blumenau. Hoje, se vocês forem a Blumenau (o presidente do Procon estadual deve ter passado por lá), praticamente todas as lojas - pelo menos na região mais central, onde tem acesso ao comércio mais organizado - têm o preço e, quando a venda é a prazo, traz as demais informações, como taxa de juros mensal, anual, multa. Então, isso nós conseguimos resolver em parceria com o Ministério Público.

Outro calo que nós temos em Blumenau, que afeta também os demais municípios, são as filas de banco. Lá, nós temos a lei municipal. A gente sabe que demora o resultado da aplicação das multas. Fizemos um mutirão de aplicação das multas; isso já está em grau de recurso na Procuradoria; e, além disso, baseado em ações que foram feitas em outros Estados da Federação e para incentivar o consumidor, nós passamos a fazer no Procon ação individual de dano moral. O Procon faz a ação e, para a gente poder utilizar o Juizado Especial, a gente sabe da limitação: o Procon não pode demandar em nome próprio no Juizado Especial, mas em nome do consumidor. Então nós fazemos as ações limitadas a vinte salários mínimos e o consumidor tem assinado. Nós já temos em torno de cem ações judiciais de dano moral individual.

Isso incentiva o consumidor a ajudar na fiscalização, para que a gente possa, com aquela mesma senha que ele traz para nós, também iniciar a multa administrativa. É uma forma de resolver o

problema de fiscalização. Nós não temos como fiscalizar todos os bancos, então o consumidor tem incentivo para trazer a senha para nós. Essa é uma medida que a gente está conseguindo, também numa certa parceria com o Juizado Especial, que toda a segunda-feira agora reservou uma pauta só para as ações do Procon. Nós temos dois advogados trabalhando no Procon só fazendo isso.

Eu vi o colega falar sobre a questão dos serviços não solicitados. De fato, a BR Turbo é uma empresa do grupo da Brasil Telecom, e eles lançam mesmo a cobrança para pessoas que nem têm ADSL em casa. Quando a pessoa contrata a Brasil Telecom imediatamente eles entram em contato tentando vender, e algumas vezes... Eu acho que, como os vendedores ganham por comissão, mesmo não fazendo esse contato eles lançam a cobrança disponibilizando o serviço. E o transtorno não é só ligar uma vez e pedir para cancelar: é que isso se prorroga! A pessoa liga uma vez, liga duas, três, quatro vezes, são quarenta minutos, cinquenta minutos, uma hora no telefone, e muitas vezes eles ainda querem cobrar uma multa de fidelidade. Isso ocorre também quando o serviço não é adequado da ADSL. Então, a Brasil Telecom quer cobrar aquela famosa multa de fidelidade.

Baseado em que cada um deve ter o seu tempo respeitado e que hoje o nosso tempo é muito limitado para ficar correndo atrás e ficar exigindo o cancelamento, nós orientamos as pessoas para que cada vez que ligarem anotem o número do protocolo que solicitou o cancelamento daquele serviço não solicitado e que não foi atendido. E também fizemos ações individuais de dano moral, porque nós entendemos que a Brasil Telecom não pode utilizar indevidamente o cadastro do consumidor, passar para uma empresa parceira sua e essa empresa, sem autorização nenhuma, lançar um serviço que causa todo um transtorno que gera, sim, dano! Você tem que ligar três vezes, quatro vezes; você tem que sair da sua residência e ir ao Procon para tentar cancelar; você não consegue cancelar e tem que entrar com uma ação para cancelar o serviço que você não solicitou? Eu acho que o Judiciário, na hora em que avaliar essas ações, vai acabar dando dano moral, e isso contribui para que essas empresas tenham um pouco mais de cuidado.

Também fico contente com o conhecimento dessa ação civil pública. Eu não sabia, e vamos passar essas informações para cá.

Nós tivemos muitos problemas, também, com a questão do artigo 18: produtos mais de trinta dias na assistência técnica. Infelizmente, hoje as assistências técnicas não estão cumprindo a sua função, não estão atendendo... Antes, tinha aqui um representante da CDL, e nós temos até algumas parcerias com a CDL. Os empresários investem uma fortuna para construir uma loja, o fabricante investe uma fortuna para produzir a tecnologia de um serviço e a assistência técnica acaba falhando. Você compra um produto novo, surge um problema, e fica dois dias, três dias, ou uma semana, ou um mês (têm empresas que oferecem garantia até de dez anos), leva para a assistência, e lá dão o prazo: vinte dias, trinta dias, quarenta dias sem solução. As principais que não tiveram solução são a Cinza Bank(?), que também já virou ação civil pública lá e a Gradiente. Só que muitos lojistas ainda não têm esta consciência de que eles são responsáveis solidários, pela correção do vício, e é obrigação deles reparar o consumidor e trocar o produto.

Então, nós temos mais de cem ações do Juizado Especial de Blumenau pedindo a devolução do valor quando passa dos trinta dias. Passou dos trinta dias, estamos pedindo a devolução do valor. Há muitas empresas fazendo acordo; algumas não fazem acordo, como a Brasil Telecom. Mas têm muitas empresas fazendo acordo e resolvendo rapidamente o problema do consumidor, até porque a média é de trinta dias para se marcar audiência no Juizado Especial. Isto é bastante rápido, para ocorrer a audiência. A gente protocola e em trinta dias já ocorre audiência.

Quanto às filas de banco, eu passei para vocês o que nós estamos fazendo. Ah, tem um problema que também estamos enfrentando, que é o pagamento antecipado. Em um financiamento de automóvel, se está em atrasado tem toda aquela dificuldade, aquela cobrança de forma até agressiva. Mas com relação ao pagamento antecipado, se você quer pagar antecipadamente, o Código fala em desconto proporcional. E o que as empresas financeiras fazem? Elas aplicam uma multa porque você quer pagar antecipadamente. Ai, o consumidor, muitas vezes, precisa antecipar, porque vai trocar de carro ou coisa assim, e o que nós estamos aconselhando? Estamos fazendo uma tabela *price* com o desconto adequado; ele leva ao conhecimento, protocola na financeira; se eles cobrarem valor a mais, ele paga aquele valor a mais, pega o recibo e também entra no Juizado Especial pedindo a devolução em dobro porque está sendo cobrado indevidamente.

É isso que nós estamos buscando fazer no Procon de Blumenau, em parceria com o Ministério Público e com o Juizado Especial, que é instrumento muito eficaz para nos ajudar, porque temos grau de solução muito grande naquilo que é possível sentar e conversar com o fornecedor e fazer o acordo. Mas tem coisa que eles ainda são refratários e nessas questões é preciso utilizar o Judiciário.

Aqui, ficou somente uma anotaçãozinha com relação à Internet. A gente sabe de todo o esforço que está se buscando fazer no sentido de regulamentar melhor as negociações pela Internet. Por enquanto, nós, em Blumenau, estamos nos limitando a aconselhar os consumidores a utilizar a Internet para fazer pesquisas a fim de comprar na nossa região, porque é muito difícil adquirir um produto de um outro Estado, de outra região: na hora em que você precisa da garantia, na hora em que você precisa trocar o produto ou encaminhá-lo à assistência técnica, você tem que pagar Sedex, quando consegue localizar; às vezes, paga e não recebe o produto. Então, o ideal é que se utilize essa tecnologia da Internet para fazer compra na cidade, na região: você faz a pesquisa, escolhe o carro, escolhe o produto que quiser comprar. Às vezes, é até um pouco de ilusão. A pessoa diz: vou economizar R\$ 30,00 para comprar uma máquina fotográfica, ou R\$ 40,00. Se der problema, vai ser um transtorno: eles não vão comparecer na audiência no Procon; algumas vezes o consumidor até paga e perde o produto. Então, lá, a nossa política é dizer para as pessoas que evitem comprar na Internet fora da nossa região, fora do nosso município.

Era isso que eu tinha para dizer. Agradeço o convite para participar aqui e falar um pouco daquilo que a gente está fazendo.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. COORDENADOR (promotor Fábio Trajano) - Acho que a fala do Roberto exprime como nós podemos resolver, apesar de muitas dificuldades, as questões relacionadas à defesa do consumidor. Muitas vezes, questões que se pensa que não se pode resolver, porque são insolúveis, com idéias simples você vê que o resultado vai ser alcançado. Esta idéia de ter uma ação de natureza individual pronta para encaminhar ao consumidor, eu acho que poderia, Sidinei, ser encaminhada, até pegando a sugestão do Roberto, a todos os Procons, porque realmente é uma iniciativa muito salutar.

Chegando próximo ao encerramento, eu gostaria de convidar a Elizabete Baesso, para vir até a mesa, porque acho que ela é a decana na defesa do consumidor. Em Santa Catarina, deve ser uma das batalhadoras mais antigas na área de defesa do consumidor. Em seu nome, Elizabete, eu gostaria de homenagear esta data, estes 17 anos do Código de Defesa do Consumidor.

Quero agradecer imensamente à presidente da Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, a deputada Ada De Luca, que proporcionou estes momentos. É um momento pequeno, todavia com o grande significado de possibilitar que integrantes de órgãos do Sistema de Defesa do Consumidor, desde Procon, Vigilância Sanitária, Ministério de Agricultura, enfim, todos, transmitam isso a toda sociedade catarinense através da TV AL. Essas datas têm que ser marcadas, elas são importantes. Só assim nós consolidamos este grande Código, essa grande legislação que o Brasil tem, mas que, como eu falei, falta muito. Porém, nós avançamos muito também. É bom que se diga: nós temos muito que comemorar. Se nós compararmos o que tínhamos antes do Código, há 15 anos, 20 anos, com o que temos hoje, nós avançamos muito, muito mesmo.

Informo que a Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais vai entregar o Kit Cidadania a cada um dos presentes. E eu já mencionei que esta audiência pública está sendo transmitida pela TV AL.

Serão feitos encaminhamentos de praxe. Como proposta pessoal, eu gostaria, Elizabete, que ficasse registrada a seguinte solicitação: que a Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais acompanhasse de forma atenta este projeto para modernizar, para atualizar, essa legislação. Vai criar o Sistema Estadual de Defesa ao Consumidor, para possibilitar, quem sabe, que os Procons municipais se reúnam com muito mais frequência, a fim de possibilitar que o Procon Estadual faça a sua coordenação, enfim, planeja a política estadual de defesa do consumidor.

Muito obrigada a todos pela presença, especialmente àqueles que se dirigiram do interior até aqui.

Alguém da mesa gostaria de fazer uso da palavra? (Pausa)

Então, declaro encerrados os trabalhos. (Palmas.)

DEPUTADA ADA DE LUCA

PRESIDENTE

*** X X X ***

ATAS DAS COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER REFERENTE À 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE ABRIL DE 2008, ÀS 10:00 HORAS.

Às dez horas e quinze minutos do dia nove do mês de abril do ano de dois mil e oito, sob a Presidência da Senhora Deputada Ada De Luca, Presidente da Comissão, amparado pelo Art. 123 do § 1º do Regimento Interno, foram abertos os trabalhos da 3ª Reunião Ordinária da Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais de Amparo à Família e à Mulher, referente à 2ª Sessão Legislativa da 16ª Legislatura. Foram registradas as presenças dos Senhores (as) Deputados (as): Pedro Uczai (vice-presidente), Elizeu Mattos, Serafim Venzon, Genésio Goulart, Kennedy Nunes, e justificada a ausência da Sra. Deputada Odete de

Jesus. Iniciando os trabalhos, foram aprovadas as Atas da; 2ª Reunião Ordinária, realizada na data de 26 de março do corrente ano; e da Audiência Pública, que tratou das Políticas Públicas às Mulheres Catarinenses, realizada na data de 06 de março do corrente ano. Os Senhores Deputados passaram a relatar as matérias: o Senhor Deputado Serafim Venzon leu o seu parecer no Projeto de Lei nº 0158.0/2007, que dispõe sobre a metragem mínima para a construção de habitações populares no Estado de Santa Catarina, de autoria do Deputado Jailson Lima da Silva, exarando parecer pela aprovação que posto em discussão e votação foi aprovado por maioria, já que o Senhor Deputado Elizeu Mattos votou contrário ao parecer do relator, por entender que onera o Estado e provoca um déficit habitacional. Na seqüência o Senhor Deputado Pedro Uczai solicita um aparte, por entender que é desumano e indigno, uma família morar em um imóvel com menos de 45 metros quadrados. Cita que atualmente a economia está em alta, existe crédito, e nunca se arrecadou tanto em impostos. Pela ordem a Senhora Deputada Ada De Luca, diz que comunga com as idéias do Senhor Deputado Pedro Uczai, e que os 45 metros não é o ideal, mais que melhora e muito às condições das famílias carentes destas habitações. Na seqüência a Senhora Presidente convida o Senhor Deputado Kennedy Nunes para ler o parecer do Deputado Serafim Venzon (que ausentou-se por alguns minutos) no PL nº 0151.4/2007, que propõe ao SERASA e quaisquer outros órgãos de cadastros negativos, sejam obrigados a comunicar ao consumidor, por carta registrada na modalidade de aviso de recebimento (AR), quando da negativa de seu nome, de autoria do Deputado José Natal Pereira, exarando parecer pela aprovação do Projeto com Emenda Modificativa no âmbito desta Comissão, que posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. Ato contínuo a Senhora Presidente convida o Senhor Deputado Kennedy Nunes para ler o seu parecer no PL nº 0058.8/2007, que assegura a gratuidade dos transportes coletivos municipais intermunicipais às pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos e renda inferior a 02 salários mínimos e adota outras providências, de autoria do Deputado César Souza Júnior, exarando parecer pela aprovação com a Emenda Modificativa aprovada na Comissão de Constituição e Justiça, que posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. Na seqüência a Senhora Presidente convida o Deputado Elizeu Mattos, para o ler o parecer do Deputado Genésio Goulart. (que ausentou-se por ter audiência com o presidente da Casan) no Projeto de Lei nº 0084.0/2007, que dispõe sobre os direitos e deveres dos estudantes e das entidades estudantis no Estado de Santa Catarina, de autoria da Deputada Ana Paula Lima, que posto em discussão e votação, foi solicitado vista em gabinete ao Deputado Elizeu Mattos. Antes de encerrar a presente reunião a Sra. Presidente, agradece a participação dos Deputados membros, dos funcionários da Imprensa, TVAL, Rádio AleSC, som, copa e funcionários da Comissão. Nada mais havendo a tratar a Senhora Presidente encerrou a presente reunião, da qual, eu, Claudiane B. Remor Borghezán, Chefe de Secretaria, lavei a presente Ata, que após ser lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo senhor Presidente e, posteriormente, publicada no Diário desta Assembléia. Sala das Comissões, em 09 de abril de 2008.

Deputada Ada De Luca
Presidente
Florianópolis, 09 de abril de 2008
*** X X X ***

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E MINAS E ENERGIA REFERENTE À 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA.

Às nove horas do dia três de junho do ano de dois mil e oito, sob a Presidência dos Senhores Deputados Romildo Titon, Jorginho Mello e Jean Kuhlmann, reuniram-se as Comissões de Constituição e Justiça, Finanças e Tributação e a de Trabalho, Administração e Serviços Públicos. Presentes os demais membros: Deputada Odete de Jesus, Deputados Herneus de Nadal, Jaime Pasqualini, Pedro Baldissera, Pedro Uczai, Marcos Vieira, Narcizo Parisotto, Gelson Merísio, Silvío Dreveck, José Natal, Décio Góes, Manoel Mota, Jandir Bellini e Renato Hinnig. Aberto os trabalhos, o Deputado Romildo Titon agradeceu a presença de todos e convidou o Deputado Herneus de Nadal para relatar o PLC/050.6/07, que exarou parecer favorável com emendas. O Deputado Romildo Titon lembrou que conforme acordo de lideranças, está encerrado o prazo para a apresentação de emendas e que o Projeto encontra-se com vista coletiva a todos os senhores Deputados. Ao final da reunião foi convocada nova reunião conjunta para o dia 10 de junho do corrente, para deliberação da matéria. Nada mais havendo a tratar, os Presidentes agradeceram a presença dos Senhores Deputados e encerraram a presente reunião, da qual, eu, Robério de Souza, Chefe de Secretaria, lavei a presente ata, que após lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelos Presidentes e, posteriormente, publicada no Diário desta Assembléia Legislativa.

Sala das Comissões, em 03 de junho de 2008
Deputado Romildo Titon
Presidente da CCJ
Deputado Jorginho Mello
Presidente da CFT
Deputado Jean Kuhlmann
Presidente da CATSP
*** X X X ***

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E MINAS E ENERGIA REFERENTE À 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA.

Às dezoito horas do dia quatro de junho do ano de dois mil e oito, sob a presidência do senhor Deputado Silvío Dreveck, amparado no Regimento Interno, foram abertos os trabalhos da terceira reunião ordinária da Comissão, que contou com a presença dos senhores deputados Pedro Uczai, Renato Hinnig e Elizeu Matos. O senhor presidente colocou em deliberação e votação a ata da reunião anterior, a qual foi aprovada por unanimidade. Em seguida, falou da carta de Florianópolis do "Sustentar 2008: Fórum sobre Energias Renováveis e Consumo Responsável" e parabenizou o deputado Pedro Uczai pela autoria do requerimento e pelo sucesso que foi o evento, superando as expectativas, tendo uma repercussão muito positiva. Na seqüência, o deputado Pedro Uczai disse que tinha um projeto a relatar da deputada Ana Paula de Lima, sendo o dele voto de vista, sendo que o próprio deputado Professor Grandó solicitou a retirada desse voto por ter disposição de alterar o parecer dele em relação a esse projeto solicitando a retirada do mesmo, e disse não ter mais nenhuma matéria a relatar. Dando seqüência, o senhor presidente passou a palavra ao deputado Elizeu Matos, que inicialmente cumprimentou o deputado Pedro Uczai pelo evento "Sustentar 2008", dizendo que o pessoal de seu gabinete elogiou a organização dos trabalhos. Em seguida, falou do projeto de lei PL 0038.4/2008, que "Concede ao município de São João do Oeste o título de capital catarinense da língua alemã", de autoria do deputado Herneus de Nadal, cabendo a ele a relatoria. Falou que pesquisou e não achou nenhum outro município com essa denominação; que o que tem é colonização alemã, mas não a denominação de capital da língua alemã. Disse que estudando o projeto viu dados interessantes como, por exemplo, que 100% da população compreende português e 94.7% compreende alemão, sendo essa uma grande justificativa para conceder ao município o título de capital catarinense da língua alemã, sendo ele favorável ao projeto. O senhor presidente perguntou ao deputado Elizeu Matos - sem contestar -, para ter uma informação mais segura, de como foi feito esse levantamento para ter esses números. Respondendo, o deputado Elizeu Matos falou que o município de São João do Oeste tem um percentual maior de pessoas que falam alemão do que o município de Pomerode, tendo o deputado Pedro Uczai concordado com ele, falando de outros municípios que também compreendem o alemão como Tunápolis e Itapiranga, que é um município-mãe, e que São João do Oeste, sendo um município menor, acabou mantendo na cultura alemã o seu principal foco, salientando também que o município foi conceituado pelo MEC como tendo o maior índice de alfabetização do País. Enfatizou que o deputado Herneus de Nadal pediu a ele agilidade e que ele se apressou em fazer a pesquisa em razão de uma festa que haverá no município, preocupando-se em pesquisar para ter certeza que não existe no Estado outro município com essa denominação. O senhor presidente questionou de que forma foi feita essa pesquisa para que no futuro não falem que um projeto foi aprovado apenas por informações e sem documentos comprobatórios, e que de fato essa pesquisa foi feita pelo Ibope, pelo Mapa; votou favorável fazendo uma ressalva nesse aspecto. O deputado Pedro Uczai concordou com a preocupação que o presidente da Comissão mostrou ter e que, segundo ele, deve constar em ata a preocupação sobre a pesquisa feita, tratando com seriedade os dados e as informações fornecidos ao projeto. Dando continuidade, o senhor presidente colocou em votação o projeto, o qual foi aprovado por unanimidade. Na seqüência, o deputado Pedro Uczai agradeceu a todos os membros da Comissão pelo grande evento que foi o "Sustentar 2008" salientando a participação dos membros e funcionários desta Comissão, que com a generosidade, a integridade e profissionalismo de todos foi possível atingir esse objetivo; citou a carta de Florianópolis, onde será lançado o "Sustentar 2009", falou da cooperação do presidente da Casa ajudando em toda a logística, das entidades que querem ser parceiras no próximo evento; sugeriu, também, que poderiam promover a primeira feira catarinense das energias renováveis, trazendo setores de todo o Brasil para Santa Catarina virar modelo para o mundo. Enfatizou que nunca vai utilizar esse evento para promoção do seu mandato, da sua liderança, que só quer dar a sua contribuição, e desejou que no próximo ano mais deputados e assessores se envolvam para fortalecer mais o Parlamento, construindo mais políticas públicas para deixar um legado para a história de Santa Catarina. O senhor presidente endossou as palavras do deputado Pedro Uczai, ressaltando a colaboração dos servidores, o seu comprometimento, a sua dedicação profissional e elogiou o Parlamento catarinense com os eventos realizados valorizando com isso os políticos e a Casa Legislativa, e deixou a Comissão à disposição. Na seqüência, o deputado Elizeu Matos falou que o presidente Júlio Garcia é um grande incentivador das ações deste Parlamento, e que assumiu a União Parlamentar do Mercosul e quer, depois das eleições, fazer um grande encontro do Mercosul nesta Casa, aproveitando a permanência do deputado Júlio Garcia na presidência. Na continuidade, o senhor presidente falou do projeto do

deputado Herneus de Nadal, PL - 0479.3/2007 que **“reconhece o município de Sul Brasil como a capital catarinense do frango caipira”**, sendo feita a leitura do projeto pelo seu relator, deputado Renato Hinnig, que deu seu parecer pelo diligenciamento, sendo aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a reunião, da qual eu, Elenice Martins Ferreira Ramos, chefe de secretaria da Comissão, lavrei a presente ata, que, após ser lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo senhor presidente e, posteriormente, publicada no Diário desta Assembléia Legislativa.

Deputado Silvio Dreveck

Presidente

*** X X X ***

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO E DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS, REFERENTE A 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA.

Às nove horas e trinta minutos do dia dez de junho do ano de dois mil e oito, sob a Presidência dos Senhores Deputados Romildo Titon, Jorginho Mello e Jean Kuhlmann, reuniram-se as Comissões de Constituição e Justiça, Finanças e Tributação e a de Trabalho, Administração e Serviços Públicos, para deliberação do PLC/0050.6/07. Presentes os demais membros: Deputada Odete de Jesus, Deputados Herneus de Nadal, Jaime Pasqualini, Pedro Uczai, Marcos Vieira, Narcizo Parisotto, Gelson Merisio, Silvio Dreveck, José Natal, Décio Góes, Manoel Mota, Professor Grando, Elizeu Mattos, Dirceu Dresch e Renato Hinnig. Aberto os trabalhos foram aprovadas as atas da 8ª, 9ª, 10ª, 11ª, 12ª e 13ª reunião ordinária, e da 1ª reunião extraordinária da Comissão de Constituição e Justiça. O Deputado Herneus de Nadal passou a relatar o PLC/0050.6/07, interrompendo a leitura do seu relatório, favorável com emendas, devido ao tumulto instalado na sala de reunião. O Deputado Pedro Uczai, exarou o voto de vista da Bancada do Partido dos Trabalhadores, pelo arquivamento do projeto. O Deputado Jaime Pasqualini, exarou o voto de vista da Bancada do Partido Progressista, favorável desde que com todas as emendas apresentadas pelo Partido. O Deputado Romildo Titon, colocou em votação o parecer do relator, que foi aprovado por maioria. No âmbito da Comissão de Finanças e Tributação, foi aprovada a ata da 15ª reunião ordinária. O Presidente Deputado Jorginho Mello, avocou a relatoria do PLC/0050.6/07 e adotou o parecer aprovado na CCJ. O Deputado Décio Góes exarou o voto de vista da Bancada do Partido dos Trabalhadores, pelo arquivamento. O Deputado Silvio Dreveck, exarou o voto de vista da Bancada do Partido Progressista, favorável desde que com todas as emendas apresentadas pelo Partido. Colocado em votação, foi aprovado por maioria o parecer aprovado na Comissão de Constituição e Justiça e adotado pelo relator Deputado Jorginho Mello. No âmbito da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público o Deputado Jean Kuhlmann avocou a relatoria do PLC/0050.6/07 e adotou o parecer aprovado na Comissão de Constituição e Justiça, que foi aprovado por maioria. Nada mais havendo a tratar, os Presidentes agradeceram a presença dos Senhores Deputados e encerraram a presente reunião, da qual, eu, Robério de Souza, Chefe de Secretaria, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelos Presidentes e, posteriormente, publicada no Diário desta Assembléia Legislativa.

Sala das Comissões, em 10 de junho de 2008

Deputado Romildo Titon

Presidente da CCJ

Deputado Jorginho Mello

Presidente da CFT

Deputado Jean Kuhlmann

Presidente da CATSP

*** X X X ***

ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO, REFERENTE A 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA

Ao primeiro dia do mês de julho de dois mil e oito, sob a Presidência do Deputado Joares Ponticelli, Vice-Presidente, amparado no Art. 128 do Regimento Interno, foram abertos os trabalhos da oitava reunião ordinária da Comissão. Foi registrada a presença dos Senhores Deputados Joares Ponticelli, Renato Hinnig, Elizeu Mattos, Professor Grando, Dirceu Dresch e José Natal Pereira. Em seguida, o senhor Presidente em exercício colocou em discussão e votação a ata da reunião anterior - que foi aprovada por unanimidade. Ato contínuo colocou em discussão e votação os Projetos de Lei Complementar nºs 0001.8/2008, de autoria do Governador do Estado, que “Institui o Programa de Habitação Popular - Nova Casa -, cria o Fundo de Habitação Popular do Estado de Santa Catarina, e estabelece outras providências”. Relator: Deputado Jean Kuhlmann. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade, e o PLC/0010.9/2008, que “Altera dispositivos da Lei Complementar nº 381, de 2007, que dispõe sobre o modelo de gestão e a estrutura organizacional da Administração Pública Estadual”. Relator: Deputado Professor Grando. Posto em discussão e votação o parecer, foi apro-

vado por unanimidade; Projetos de Lei nºs 0076.0/2008, de autoria do Executivo, que “Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de empréstimo junto ao Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES -, para atender o Programa de Modernização da Administração das Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial da Administração Estadual - PMAE -, e estabelece outras providências”. Relator: Deputado Jean Kuhlmann. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade, com as emendas Modificativa, Aditiva e Supressiva, aprovadas na Comissão de Constituição e Justiça; 0125.2/2008, de autoria do Deputado Kennedy Nunes, que “Declara de utilidade pública a Associação Morião, no Município de Joinville”. Relator: Deputado Elizeu Mattos. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0126.3/2008, de autoria do Deputado Dagomar Carneiro, que “Declara de utilidade pública o Instituto Amea, no Município de Joinville”. Relator: Deputado Dirceu Dresch. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0127.4/2008, de autoria do Deputado Julio Garcia, que “Declara de utilidade pública o Grupo Galpão, no Município de Florianópolis”. Relator: Deputado Jaime Pasqualini. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0128.5/2008, de autoria da Deputada Ada de Luca, que “Declara de utilidade pública a Associação Cultural, Social e Terapêutica da Região da Amurel, no Município de Laguna”. Relator: Deputado Jaime Pasqualini. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0133.2/2008, de autoria da Deputada Odete de Jesus, que “Declara de utilidade pública a Fundação Fênix de Apoio aos Portadores de Insuficiência de órgãos, com sede no Município de Criciúma”. Relator: Deputado Jaime Pasqualini. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0135.4/2008, de autoria do Deputado Silvio Dreveck, que “Declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Bela Vista do Toldo, com sede no Município de Bela Vista do Toldo”. Relator: Deputado Dirceu Dresch. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0142.3/2008, de autoria do Deputado Genésio Goulart, que “Declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Capivari de Baixo - APAE -, com sede no Município de Capivari de Baixo”. Relator: Deputado Dirceu Dresch. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0143.4/2008, de autoria do Deputado Jorginho Mello, que “Declara de utilidade pública a Associação Regional Esportiva Cultural de Judô - ARECJ -, com sede no Município de Joaçaba”. Relator: Deputado Elizeu Mattos. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0145.6/2008, de autoria do Deputado Marcos Vieira, que “Declara de utilidade pública o Esporte Clube Água Verde, com sede no Município de Blumenau”. Relator: Deputado Renato Hinnig. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0147.8/2008, de autoria do Deputado Julio Garcia, que “Declara de utilidade pública o Grupo Escoteiro Padre Pedro Bron, com sede no Município de Itajaí”. Relator: Deputado Professor Grando. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0155.8/2008, de autoria do Deputado Pedro Uczai, que “Declara de utilidade pública a Associação dos Deficientes Físicos de Mafra, com sede no Município de Mafra”. Relator: Deputado José Natal Pereira. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0158.0/2008, de autoria do Deputado Edson Dias (Piriquito), que “Declara de utilidade pública a Associação de Moradores do Bairro Várzea - AMBV, com sede no Município de Itapema”. Relator: Deputado Dirceu Dresch. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0177.3/2008, de autoria do Deputado Julio Garcia, que “Declara de utilidade pública a Associação de Voluntários Herdeiros do Futuro, com sede no Município de Curitiba”. Relator: Deputado José Natal Pereira. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0274.3/2007, de autoria da Deputada Odete de Jesus, que “Determina a afixação de informação sobre aumento de tarifa, nos veículos de transporte coletivo intermunicipal, nos terminais rodoviários que operam no Estado de Santa Catarina, nos estabelecimentos e postos de venda de passagens”. Relator: Deputado José Natal Pereira. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0580.0/2007, de autoria da Deputada Odete de Jesus, que “Declara de utilidade pública o Desafio Jovem Encontro com Deus, no Município de Jaraguá do Sul”. Relator: Deputado Dirceu Dresch. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0640.5/2007, de autoria do Deputado Moacir Sopelsa, que “Declara de utilidade pública o Coral Encantos, no Município de Florianópolis”. Relator: Deputado Joares Ponticelli. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0653.0/2007, de autoria do Deputado Jean Kuhlmann, que “Declara de utilidade pública a Associação Coral Santa Cecília, no Município de Blumenau”. Relator: Deputado Elizeu Mattos. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0654.0/2007, de autoria do Deputado Jean Kuhlmann, que “Declara de utilidade pública o Clube de Skat Hermann Berg, no Município de Blumenau”. Relator: Deputado Elizeu Mattos. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade;

0659.5/2007, de autoria do Deputado Darci de Matos, que "Declara de utilidade pública o Instituto Consulado da Mulher, no Município de Joinville". Relator: Deputado Professor Grandó. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade e os Ofícios nºs 0019.8/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Sociedade Espírita de Joinville, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado Renato Hinnig. Posto em discussão e votação o parecer, pelo diligenciamento, foi aprovado por unanimidade; 0038.0/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades do Conselho Comunitário do Bairro Costa e Silva, de Joinville, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado Dirceu Dresch. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0043.8/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades do Instituto Pedagógico de Reabilitação e Inclusão, de Joinville, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado Dirceu Dresch. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0050.7/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades do Hospital de Caridade Senhor Bom Jesus dos Passos, de Laguna, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado Dirceu Dresch. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0054.0/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Associação de Serviços Sociais Voluntários de Caçador, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado Professor Grandó. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0060.9/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Balneário Camboriú, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado Renato Hinnig. Posto em discussão e votação o parecer pelo diligenciamento, foi aprovado por unanimidade; 0061.0/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades do Grupo de Voluntários do Hospital Regional Hans Dieter Schmidt, de Joinville, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado Jean Kuhlmann. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0062.0/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Associação de Pais, Funcionários e Amigos do CERJ, de Joinville, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado Elizeu Mattos. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0063.1/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Associação Hospitalar e Educacional de Pomerode, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado José Natal Pereira. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0064.2/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Associação Passos de Integração, de Itajaí, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado Professor Grandó. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0065.3/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Rede Feminina de Combate ao Câncer de Joinville, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado José Natal Pereira. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0066.4/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades do Centro de Recuperação Nova Esperança - CERENE, de Blumenau, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado Elizeu Mattos. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0067.5/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Associação Voluntários de São Roque, de Blumenau, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado Dirceu Dresch. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0069.7/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades do Grupo de Apoio à Vida, de Joinville, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado Renato Hinnig. Posto em discussão e votação o parecer pelo diligenciamento, foi aprovado por unanimidade; 0071.1/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Sociedade Espírita de Recuperação, Trabalho e Educação, de Florianópolis, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado José Natal Pereira. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0072.2/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Associação Joinvilense de Obras Sociais, de Joinville, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado Renato Hinnig. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0073.3/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São Francisco do Sul, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado Elizeu Mattos. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0074.4/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Urussanga, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado Dirceu Dresch. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0075.5/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Associação Terapêutica Novo Amanhecer, de Mafra, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado Dirceu Dresch. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0077.7/2008, que

"Encaminha o Relatório de Atividades da Associação Ecos de Esperança, de Joinville, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado José Natal Pereira. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade. Ao final, o Deputado Joares Ponticelli deu conhecimento aos membros presentes de um ofício recebido do Presidente da Câmara Municipal de Criciúma, Senhor Itamar da Silva, de nº /353/08, contendo cópia da Moção nº 005/2008, aprovada neste Poder na sessão do dia 29/05/2008, versando sobre a jornada de trabalho da classe trabalhadora brasileira. O Deputado Dirceu Dresch fez o registro da visita de várias centrais sindicais à Bancada do PT neste dia, que estão trabalhando em cima do piso salarial do Estado, sendo que esse tema já foi tratado neste Poder em várias oportunidades. Diz que como a Comissão é de Serviços Públicos terá muito trabalho para acompanhar todo esse processo, em dialogar com o Governo do Estado, já que é matéria do Executivo, fazendo a interlocução do Governo do Estado com as entidades sindicais para que Santa Catarina siga os exemplos de outros Estados, como do Rio Grande do Sul, Paraná e São Paulo, para ter seu piso salarial maior, visto que a Constituição Federal nos garante essa perspectiva. Comunica, ainda, que as lideranças sindicais estão programando nove atividades regionais sobre esse tema, em Santa Catarina. Nada mais a tratar, o Senhor Presidente encerrou a presente reunião, da qual, eu, Estela Maris Rossini, Chefe de Secretaria, digitei a presente ata, que após ser lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo senhor Vice-Presidente e, posteriormente, publicada no Diário desta Assembléia.

Deputado Joares Ponticelli
Vice-Presidente
*** X X X ***

AVISO DE RESULTADO

AVISO DE RESULTADO

A Pregoeira da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, designada pela Portaria nº 1206/2008, comunica que, atendidas as especificações constantes do edital próprio, a licitação modalidade Pregão nº 026/2008, referente a aquisição de 01 (um) switcher de vídeo, obteve o seguinte resultado:

Item único -

Vencedora: FERRARI & FERRARI COM E REP ART. FOT. E INF LTDA ME
Valor do Último Lance: R\$ 19.100,00
Florianópolis, 10 de julho de 2008.

BERNADETE ALBANI LEIRIA
PREGOEIRA
*** X X X ***

EXTRATO

Extrato Nº 085/2008

REFERENTE: 02º Termo Aditivo ao Contrato CL nº 034/2006, celebrado em 10/07/2006.

CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina

CONTRATADA: E-Biz Solution S/A - Soluções Tecnológicas

OBJETO:

1. Prorrogar a vigência do contrato até 10 de julho de 2010;
2. Promover as adequações necessárias ao projeto básico, ratificando integralmente os compromissos assumidos pela Contratada através do Contrato original e do Edital de Pregão 017/2006, em especial ao que consta ao Anexo I do referido Edital, obedecidas as tarefas em quantidades e preços unitários que constam nos quadros demonstrativos consignados no instrumento legal.

VALOR GLOBAL: Dá-se como valor global para o referido aditamento a importância de R\$ 4.178.691,12 (quatro milhões cento e setenta e oito mil seiscentos e noventa e um reais e doze centavos) que serão pagas em 24 (vinte e quatro) parcelas mensais de R\$ 174.112,13 (cento e setenta e quatro mil cento e doze reais e treze centavos), as quais se referem aos compromissos e responsabilidades assumidas pela Contratada conforme itens 2.1.2 do Termo Aditivo.

VIGÊNCIA: a partir de 11 de julho de 2008 e o término programado para 10 de julho de 2010.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 57, II c/c art.65, II, "b" e seu parágrafo único da Lei 8.666/93; Cláusula Quarta, item 2 e Cláusula Quinta, item I do Contrato Original c/c o item 12.6 do Edital de Pregão nº 017/2006 e Autorização administrativa.

Florianópolis, 10 de julho de 2008.

Deputado Julio Garcia - Presidente ALESC

Jaime Leonel de Paula Júnior - Diretor de Tecnologia E-BIZ

Vera R. de M. P. Pupo Netto - Diretora Administrativa E-BIZ

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 146/08**

Estende o *Prêmio Educar*, instituído pela Lei nº 14.406, de 2008, com a denominação de *Prêmio Jubilar*, aos servidores inativos do Quadro do Magistério Público Estadual da Secretaria de Estado da Educação e da Fundação Catarinense de Educação Especial e estabelece outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica estendido o *Prêmio Educar*, instituído pela Lei nº 14.406, de 09 de abril de 2008, com a denominação de *Prêmio Jubilar*, aos servidores inativos do Quadro do Magistério Público Estadual da Secretaria de Estado da Educação e da Fundação Catarinense de Educação Especial.

Art. 2º O valor do *Prêmio Jubilar* será pago a partir de 1º de agosto de 2008, com base nos seguintes critérios:

I - R\$ 200,00 (duzentos reais), para os aposentados no cargo de Professor, com carga horária de 40 horas semanais, que estejam percebendo gratificação de regência de classe;

II - R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais), para os aposentados nos demais cargos, com carga horária de 40 horas semanais.

Parágrafo único. Os aposentados no cargo de Professor que não percebem gratificação de regência de classe não terão direito ao *Prêmio Jubilar*.

Art. 3º O valor do *Prêmio Jubilar* será concedido proporcionalmente ao regime de trabalho.

Art. 4º Sobre o valor do *Prêmio Jubilar* não incidirá nenhum adicional, gratificação ou vantagem, exceto a gratificação natalina, bem como não servirá de base de cálculo para as consignações a que estiver sujeito o servidor, exceto a tributação de outra esfera de governo.

Art. 5º O *Prêmio Jubilar* não poderá ser percebido cumulativamente com o *Prêmio Educar*, instituído pela Lei nº 14.406, de 09 de abril de 2008.

Art. 6º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias do Estado.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 2 de julho de 2008

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

PROJETO DE RESOLUÇÃO**PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 003/08**

Aprova a apresentação de Proposta de Emenda à Constituição Federal.

Art. 1º Fica aprovada a apresentação, ao Senado Federal, das Propostas de Emendas Constitucionais constantes dos Anexos I a IV desta Resolução, nos termos e para os fins do disposto no inciso III do art. 60 da Constituição Federal.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,
Deputado Julio Garcia

Presidente

Deputado Clésio Salvaro

1º Vice-Presidente

Deputada Ana Paula Lima

2º Vice-Presidente

Deputado Rogério Mendonça

1º Secretário

Deputado Valmir Comin

2º Secretário

Deputado Dagomar Carneiro

3º Secretário

Deputado Antônio Aguiar

4º Secretário

Lido no Expediente

Sessão de 10/07/08

JUSTIFICATIVA

Por um movimento que bem pode denominar-se federalista, pretende-se dar efetividade ao princípio federativo inscrito no artigo 1º da Constituição Federal, como verdadeiro eco de 15 de novembro de 1889. Seu primeiro passo não poderia ser outro senão o de interromper a concentração de poderes no plano federal, para que os Estados membros da Federação não fiquem apenas com os poderes que remanescem depois da repartição deles entre a União e os Municípios.

Pretende-se, com este projeto de resolução, ampliar os poderes dos Estados membros, pois a Federação brasileira tem tido como característica o fato de, a cada reforma constitucional, reduzir-se o âmbito de competência dos Estados. A bem dizer, na prática, a Federação vai deixando de existir.

Ficam assim, as populações dos Estados, inegavelmente, condicionadas ou à legislação federal ou à legislação municipal, em claro movimento político que se contrapõe ao princípio federativo, inscrito na Constituição Federal desde seu artigo 1º.

Cumpra retomar o caminho do autêntico federalismo, ameaçado a cada dia pelo crescente poder normativo da União e dos Municípios em detrimento dos Estados.

É o sentido do presente projeto de resolução, com fundamento no inciso VI, do art. 184 do Rialese, que apresenta a Proposta de Emenda à Constituição da República, visando a fazê-la retornar ao leito do federalismo instaurado desde a Constituição de 1891, mas que ainda não se implantou verdadeiramente, em que pese o apreço que se lhe devota em todos os meios políticos, judiciais e acadêmicos.

O Brasil é o país da diversidade, a ponto de se dizer dele que são muitos os "Brasis". É preciso que a Constituição Federal passe a refletir esse fato, que se põe à vista de todos e que exige legislação que se amolde às peculiaridades de cada Estado federado.

ANEXO I**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**

Altera os arts. 22, 24, 61 e 220 da Constituição Federal e dá outras providências.

Art. 1º O inciso I, do art. 22 da Constituição Federal, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 22. (...)

I - direito civil, comercial, penal, eleitoral, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;"

Art. 2º O art. 24 da Constituição Federal passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 24. (...)

XI - direito processual;

XII - previdência social, assistência social e proteção e defesa da saúde;

(...)

XVII - licitação e contratação, em todas as modalidades, para as administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais, obedecido o disposto no art. 37, inciso XXI, e para as empresas públicas e sociedades de economia mista, nos termos do art. 173, § 1º, inciso III;

XVIII - propaganda comercial;

XIX - trânsito e transporte;

XX - direito agrário.

(...)

§ 2º As normas gerais versam sobre princípios, diretrizes e institutos jurídicos.

§ 3º Compete aos Estados e ao Distrito Federal suplementar as normas gerais no que for de predominante interesse regional.

§ 4º Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados e o Distrito Federal exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades.

§ 5º A superveniência de lei federal sobre normas gerais suspende a eficácia da lei estadual ou distrital, no que lhe for contrário."

Art. 3º Fica acrescentado ao art. 61 o seguinte § 2º passando o seu § 2º a vigorar como § 3º:

"Art. 61. (...)

§ 2º Mediante proposta da maioria dos membros de qualquer das Casas do Congresso Nacional, poderá ser apresentado projeto de lei que verse sobre matéria de iniciativa privativa do Presidente da República, exceto quanto a criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública e quanto às matérias previstas no art. 165."

Art. 4º O § 3º do art. 220 da Constituição da República passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 220. (...)

§ 3º Compete à lei:

I - regular as diversões e espetáculos públicos, cabendo ao Poder Público informar sobre a natureza deles, as faixas etárias a que não se recomendem, locais e horários em que sua apresentação se mostre inadequada;

II - estabelecer os meios legais que garantam à pessoa e à família a possibilidade de se defenderem de programas ou programações de rádio e televisão que contrariem o disposto no art. 221, bem como da propaganda de produtos, práticas e serviços que possam ser nocivos à saúde e ao meio ambiente."

Art. 5º Ficam revogados os incisos XI, XXIV, XXVII e XXIX do art. 22 da Constituição Federal.

Art. 6º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

JUSTIFICATIVA

Assinada por mais de metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, conforme exigido no inciso III do art. 60 da Constituição, esta Proposta de Emenda Constitucional resulta de proposta do Colegiado dos Presidentes das Assembleias Legislativas.

No concerto entre os entes federativos, verifica-se a premente necessidade de ampliação do campo de atuação institucional dos Estados, os quais se vêem como que "comprimidos" entre a União e os Municípios. Pela nossa sistemática constitucional de repartição de competências, aos Estados compete legislar sobre tudo quanto não lhes for expressamente vedado pela Lei Maior, enquadrando-se nessa interdição constitucional as matérias expressamente cometidas à União bem como os assuntos de interesse local, a cargo dos Municípios.

O inciso XI do art. 24 da Constituição da República já estabelece como competência concorrente os procedimentos em **matéria processual**, cabendo à União, pois, fixar apenas normas gerais. Não obstante, deve-se reconhecer a dificuldade de distinguir as normas processuais daquelas que disciplinam os procedimentos. Assim, nada mais acertado que deixar o direito processual dentro da competência concorrente, de forma que a União estabeleça as normas gerais, permitindo aos Estados suplementar a legislação federal. Esta alteração permitirá aos Estados adotar medidas que ofereçam celeridade à prestação dos serviços jurisdicionais, que apresentem peculiaridades de caráter regional.

O inciso XVII do art. 22 da Constituição da República reporta-se a **direito agrário**, matéria que se desenvolve por inteiro em território estadual, ficando cada um dos Estados, que, por isso mesmo, têm melhores condições de regrá-los em suas peculiaridades, limitado a fazê-lo segundo normas gerais fixadas pela União.

Objetiva-se ainda, com a proposta ora apresentada, proceder a alterações no texto constitucional, reduzindo-se o âmbito de competência privativa da União, de que trata o art. 22, e, paralelamente, ampliando-se a competência estadual na via da legislação concorrente. Assim, propõe-se a revogação dos incisos XI e XXIX do art. 22, que se referem a **trânsito e transporte e a propaganda comercial**. Não há razão plausível a justificar que tais assuntos sejam disciplinados privativamente pela União, sobretudo se consideradas as disparidades regionais, de modo que se preconiza a possibilidade de os Estados tratarem dessas matérias na via da legislação concorrente, o que seria viabilizado mediante a alteração proposta. Ao deslocar a propaganda comercial para a competência concorrente, torna-se necessário ajustar a redação do art. 220 da Constituição da República.

Outrossim, propomos a revogação dos incisos XXIV e XXVII do art. 22 da Constituição Federal. Nesse passo, trata-se de afastar impropriedade técnica constante do texto constitucional. Com efeito, segundo o inciso XXIV, compete privativamente à União legislar sobre as **diretrizes e bases da educação nacional**. Ora, diretrizes e bases da educação nacional enquadram-se, a toda evidência, no conceito de normas gerais, e já está consignado no art. 24, inciso IX, que compete à União estabelecer normas gerais sobre educação, cultura, ensino e desporto, o que evidencia a ociosidade do referido inciso XXIV.

A mesma orientação técnica recomenda a supressão do inciso XXVII do art. 22, o qual estabelece como competência privativa da União estabelecer "normas gerais de **licitação e contratação**, em todas as modalidades, para as administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, obedecido o disposto no art. 37, inciso XXI, e, para as empresas públicas e sociedades de economia mista, nos termos do art. 173, § 1º, inciso III". Ora, alcança-se o mesmo efeito prático incluindo a matéria relativa a licitação entre aquelas de competência concorrente.

São também propostas alterações incidentes sobre os parágrafos do art. 24, de modo a afastar pequenas impropriedades técnicas, bem como fazer inserir o § 2º, que busca dar contornos mais nítidos ao que sejam normas gerais. Tal alteração se impõe diante de recorrentes injunções indevidas da União no domínio legiferante dos Estados, a pretexto de estabelecer normas gerais. Cumpre deixar bem vincado o que vêm a ser normas gerais, de modo a impedir tais abusos legislativos.

A par do rearranjo da sistemática de competências legislativas ora proposto, cabe também alterar a disciplina normativa que versa sobre iniciativa legislativa, com vistas a reforçar as prerrogativas do Legislativo, sobretudo diante de situações em que há a formação de uma consistente base consensual em torno da regência legal de determinada matéria, esbarrando, contudo, a ação parlamentar na barreira intransponível da reserva de iniciativa do Poder Executivo.

Com efeito, o art. 61, § 1º, da Constituição Federal traz o elenco das matérias sob reserva de iniciativa do Chefe do Executivo. Longe de se pôr em dúvida a relevância da atividade desenvolvida no âmbito desse Poder, é preciso, de outra parte, conferir aos representantes do povo capacidade de influir mais decisivamente no processo político. Não se trata de antagonizar os Poderes, mas de fomentar o debate e a cooperação entre eles.

Assim, propõe-se que, mesmo em se tratando de matérias reservadas à iniciativa do Executivo, haja a possibilidade de flexibilização dessa regra de iniciativa, desde que o projeto seja apresentado pela maioria dos membros do Poder Legislativo. Apenas ficam ressalvadas as matérias de natureza orçamentária e de organização interna do Executivo. Resta preservada a iniciativa privativa e absoluta do Chefe do Poder Executivo para apresentar projeto de lei referente às leis relacionadas no art. 165 da Constituição da República e para disciplinar sua organização interna.

Ao mudar as regras atinentes à reserva de iniciativa no plano federal, abre-se espaço para que as Constituições Estaduais promovam as devidas mudanças para se adaptarem à Lei Maior.

ANEXO II

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Altera o disposto no art. 198 da Constituição Federal e o § 4º do art. 77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Art. 1º O art. 198 da Constituição Federal, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 198. (...)

§ 3º (...)

I - o percentual de recursos que a União aplicará anualmente, em ações e serviços públicos de saúde;

(...)

§ 7º Leis complementares dos Estados e do Distrito Federal, que serão reavaliadas pelos menos a cada cinco anos, definirão, com base no disposto no § 2º, os percentuais que Estados, Municípios e Distrito Federal aplicarão, anualmente, em ações e serviços públicos de saúde, com fundamento em critérios relativos ao índice de desenvolvimento humano regional e local e ao conjunto das demandas sociais."

Art. 2º O § 4º do art. 77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 77. (...)

§ 4º Na ausência das leis complementares a que se referem os §§ 3º e 7º do art. 198, a partir do exercício financeiro de 2005, aplicar-se-á à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios o disposto neste artigo."

Art. 3º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

JUSTIFICATIVA

Assinada por mais de metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, conforme exigido no inciso III do art. 60 da Constituição, esta Proposta de Emenda Constitucional resulta de iniciativa do Colegiado dos Presidentes das Assembleias Legislativas.

A alteração proposta incide sobre o art. 198, § 3º, inciso I. Trata-se de disposição constitucional segundo a qual compete à União editar lei complementar que estabelecerá, entre outros, os percentuais que indicarão os recursos mínimos a serem aplicados anualmente pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios em ações e serviços públicos de saúde.

Objetiva-se, com a proposta ora apresentada, alargar o domínio de atuação institucional dos Estados. Não se afigura razoável que, em uma autêntica federação, os Estados não possam sequer estabelecer normativamente os percentuais mínimos a serem aplicados em serviços públicos de saúde, sobretudo se considerarmos as enormes disparidades regionais próprias de um país de dimensões continentais como o nosso.

Assim, propõe-se que os Estados possam editar lei complementar que definirá, com base no disposto no § 2º do art. 198 da Constituição Federal, os percentuais que aplicarão, anualmente, em ações e serviços públicos de saúde, com fundamento em critérios relativos ao Índice de Desenvolvimento Humano regional e ao conjunto das demandas sociais, o que é formalizado mediante o acréscimo de parágrafo ao referido artigo.

Importa dizer que, quanto a essa matéria, a Constituição contém disposições tanto no seu corpo permanente, mais precisamente no referido art. 198 e seus desdobramentos, quanto na parte transitória, mais precisamente em seu art. 77. O § 4º desse dispositivo estabelece que, na ausência da lei complementar a que se refere o art. 198, § 3º, a partir do exercício financeiro de 2005, aplicar-se-ão à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios os percentuais constantes do art. 77. Como a proposta ora apresentada prevê a edição de leis complementares no âmbito dos Estados, além da lei complementar da União, impõe-se alterar também o referido § 4º.

ANEXO III

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Acrescenta Parágrafo único ao art. 26 da Constituição Federal e dá outras providências.

Art. 1º Acrescenta Parágrafo único ao art. 26 da Constituição Federal, com a seguinte redação:

"Art. 26 (...)

Parágrafo único. O disposto no *caput* deste artigo aplica-se aos Estados constituídos a partir da transformação de territórios federais em Estado, desde a data da transformação."

Art. 2º O Poder Executivo Federal, no prazo de noventa dias contados da data da publicação desta Emenda Constitucional, providenciará, caso ainda não o tenha feito, a transferência, para o patrimônio do Estado constituído a partir da transformação de território federal, dos bens pertencentes ao território que lhe deu origem ou dos bens de propriedade da União nele situados, respeitado o disposto no art. 20.

Art. 3º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

JUSTIFICATIVA

Assinada por mais de metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, conforme exigido no inciso III do art. 60 da Constituição, esta Proposta de Emenda Constitucional resulta de iniciativa do Colegiado dos Presidentes das Assembleias Legislativas.

Afigura-se necessário que melhor se defina o conjunto dos bens pertencentes aos Estados que, anteriormente ao seu surgimento, constituíam território federal.

A Constituição da República de 1988 não fixou regras a esse respeito. Limitou-se a dizer, no § 1º do art. 18, que podem ser criados Estados a partir da transformação de territórios. No art. 26 apenas estabeleceu os bens pertencentes aos Estados.

Quando da transformação de territórios em Estados, é possível que parte dos bens pertencentes à autarquia ou, embora pertencentes à União, situados no território objeto de transformação, e que não se encontrem relacionados no citado art. 26, tenham permanecido sob domínio federal. É possível, em termos práticos, que tais bens não tenham sido transferidos pela União para o novo Estado. Todavia, seria justo e razoável que tal transferência se operasse, não só como forma de reforçar a autonomia político-administrativa da unidade federada, mas também para que a nova entidade conte com estrutura patrimonial suficiente para exercer suas atribuições constitucionais.

Em razão disso, estamos propondo duas regras. A primeira insere parágrafo único ao art. 26, de modo a deixar claro que o conteúdo de tal dispositivo se aplica aos Estados constituídos a partir da transformação de territórios federais, desde a data da transformação.

A segunda regra, que tem caráter transitório, dispõe que o Poder Executivo federal, no prazo de noventa dias contados da data da publicação desta Emenda à Constituição, providenciará a transferência, para o patrimônio do Estado constituído a partir da transformação de território federal, dos bens pertencentes ao território que lhe deu origem ou de propriedade da União nele situados, respeitado o disposto no art. 20, caso ainda não tenha sido implementada a medida.

ANEXO IV

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Altera o art. 132 da Constituição Federal.

Art. 1º O art. 132 da Constituição Federal, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 132. Os Procuradores dos Estados e do Distrito Federal, organizados em carreira, na qual o ingresso dependerá de concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as suas fases, exercerão a representação judicial e a consultoria jurídica das respectivas unidades federadas.

§ 1º A representação judicial e a consultoria jurídica das Assembleias Legislativas poderão ser exercidas por sua Procuradoria-Geral ou Advocacia-Geral, a quem caberá também a representação do Estado em processo judicial que verse sobre o ato praticado pelo Poder Legislativo ou por sua administração, observado o disposto no *caput* deste artigo quanto à carreira e à forma de ingresso dos respectivos servidores.

§ 2º Aos Procuradores referidos no *caput* e no § 1º deste artigo é assegurada estabilidade após três anos de efetivo exercício, mediante avaliação de desempenho perante os órgãos próprios, após relatório circunstanciado das Corregedorias."

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

JUSTIFICATIVA

Assinada por mais de metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, conforme exigido no inciso III do art. 60 da Constituição, esta Proposta de Emenda Constitucional resulta de iniciativa do Colegiado dos Presidentes das Assembleias Legislativas.

O acréscimo do § 2º ao art. 132 da Constituição da República, de modo a deixar claro que os Legistas estaduais podem ter Procuradoria e Consultoria Jurídica próprias, é medida que tem plena sustentação jurídica em vista da autonomia administrativa, financeira, orçamentária e funcional assegurada ao Poder Legislativo. No contexto de sistemas jurídicos democráticos não deve haver assimetria entre os poderes. A existência de órgão jurídico próprio fortalece a autonomia do Poder Legislativo.

De outro parte, embora os Poderes devam conviver em harmonia, nem por isso deixam de muitas vezes encampar a defesa de teses jurídicas distintas. Esse embate de idéias favorece a densificação dos valores democráticos. Não deve predominar a opinião jurídica emanada de órgãos diretamente subordinados à Chefia do Poder Executivo.

Não se afigura necessário, diversamente do que ocorre com a Advocacia da União, exigir lei complementar para a organização dos órgãos jurídicos estaduais. Basta considerar que a Constituição da República, no referido art. 132, não impõe que as Procuradorias do Poder Executivo Estadual sejam organizadas por meio de lei complementar. Em respeito à autonomia política dos Estados, deve-se deixar por conta das respectivas Constituições Estaduais a definição da espécie normativa adequada, lei ordinária ou lei complementar.

*** X X X ***

PORTARIAS

PORTARIA Nº 1363, de 10/07/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **JOSE DOS REIS GARCIA**, matrícula nº 2606, do cargo de Assessor de Deputado da Mesa, código PL/GAM-43, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de julho de 2008 (2ª Vice-Presidência).

Neroci da Silva Raupp

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1364, de 10/07/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento nos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, e em conformidade com as Resoluções nº 001 e 002/2006, e suas alterações,*

NOMEAR MAURA DOS REIS GARCIA, para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor de Deputado da Mesa, código PL/GAM-43, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de julho de 2008 (2ª Vice-Presidência).

Neroci da Silva Raupp

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1365, de 10/07/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR SILMARA APARECIDA PADILHA, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-35, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de julho de 2008 (Deputado Jean Kuhlmann).

Neroci da Silva Raupp

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1366, de 10/07/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR a servidora **BIANCA REGINA ROCHA**, matrícula nº 5634, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-1, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de julho de 2008 (Deputado Adherbal Ramos Cabral).

Neroci da Silva Raupp

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1367, de 10/07/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **EDESIO INERCI MARCELINO**, matrícula nº 5289, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-70, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de julho de 2008 (Deputado Adherbal Ramos Cabral).

Neroci da Silva Raupp

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1368, de 10/07/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR a servidora **MARIA APARECIDA VARGAS CARDOSO**, matrícula nº 5635, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-1, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de julho de 2008 (Deputado Adherbal Ramos Cabral).

Neroci da Silva Raupp

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1369, de 10/07/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **PLINIO CESAR DOS SANTOS**, matrícula nº 5270, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-70, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de julho de 2008 (Deputado Adherbal Ramos Cabral).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1370, de 10/07/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **ROBSON CARLOS DOS SANTOS**, matrícula nº 5633, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-1, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de julho de 2008 (Deputado Adherbal Ramos Cabral).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1371, de 10/07/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **LEONALDO LANDMANN**, matrícula nº 4640, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-16, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de julho de 2008 (Deputado Nilson Gonçalves).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1372, de 10/07/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR LEONALDO LANDMANN, matrícula nº 4640 para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-24, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de julho de 2008 (Deputado Nilson Gonçalves).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1373, de 10/07/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **LUIS GUSTAVO PEREIRA FUSINATO**, matrícula nº 5221, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-58, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 15 de julho de 2008 (Deputado Silvio Dreveck).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1374, de 10/07/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR ROBERTO SOFIA, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-58, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 15 de julho de 2008 (Deputado Silvio Dreveck).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1375, de 10/07/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR GUIMARÃES FLORES BORGES, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-26, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de julho de 2008 (Deputado Jailson Lima).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1376, de 10/07/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 100, de 15 de fevereiro de 2002,

RESOLVE: *com fundamento no art. 84, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, c/c art. 5º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991,*

INCLUIR na folha de pagamento dos servidores a seguir nominados, quotas de **ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO**, incidentes sobre os respectivos vencimentos, com o início de vigência e percentual enumerados na seqüência:

Nome servidor	Matr	Percentual		Vigência	Processo nº
		Concedido	Total		
Julia da Silva Milis	4176	3%	9%	31/03/08	1130/08
Syracuse					
Emir Jose de Souza	2142	3%	36%	30/06/08	1131/08
Guido Wiggers Junior	1851	3%	30%	01/07/08	1132/08
Isabella de Araujo B. Flores	1847	3%	30%	30/06/08	1134/08
Gabriel Barbato	1203	3%	33%	27/06/08	1135/08
Vergilio Ponciano	1002	3%	36%	30/06/08	1136/08

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1377, de 10/07/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 62, I, e art. 63, caput, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

CONCEDER LICENÇA para tratamento de saúde aos servidores abaixo relacionados:

Matr	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc. nº
1349	Elizabeth Silveira Brandalise	15	07/07/08	218/08
0451	Marília Machado	30	01/07/08	215/08

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1378, de 10/07/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 62, I, e art. 63 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

PRORROGAR LICENÇA para tratamento de saúde dos servidores abaixo relacionados:

Matr	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc. nº
1487	Stela Maris Martins da Silva	15	04/07/08	1217/08
1077	Geraldo Martins Bittencourt	90	06/07/08	1219/08
1547	Vera Lehmkühl	45	07/07/08	1220/08

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1379, de 10/07/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, tendo em vista o que consta do Processo nº 1216/08,

RESOLVE: *com fundamento no art. 62, II, e art. 63, caput, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

CONCEDER LICENÇA por motivo de doença em pessoa da família à servidora **JOYCE DOS SANTOS ALVES**, matrícula nº 1178, por 30 (trinta) dias, a contar de 07 de julho de 2008.

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***